

Ladislau Dowbor

A Revolução Digital
Uma sociedade à beira de rupturas

São Paulo, 17 de junho de 2024

Sumário

INTRODUÇÃO	5
PARTE I – UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO	12
1 – Fratura social: nova escala de exploração	13
2 - As novas formas de apropriação do excedente social: rentismo	20
3 - A manipulação capilarizada: os eixos de mudança	29
PARTE II – O CONHECIMENTO COMO PRINCIPAL FATOR DE PRODUÇÃO	37
1 – O conhecimento como fator de produção	38
2 – A luta pelo controle: copyrights, patentes, acesso aberto	41
3- Direitos de quem?	44
4 – A liberdade de acesso e controle da transmissão	48
5 - O custo do acesso	50
6 – O acesso desigual	51
7 – A remuneração dos aportes	53
8 – O potencial empresarial	56
9 – A universalização do acesso	58
10 – O absurdo universitário	60
11 - Um processo aberto	63
PARTE III – O RENTISMO COMO MECANISMO DE EXPLORAÇÃO	66
1 – Os juros extorsivos	68
2 – Evasão fiscal e renúncias fiscais	72
3 – O absurdo tributário	73
4 – Um dreno rentista	75
PARTE IV – NOVOS ENFRENTAMENTOS	78
1 – A questão da soberania frente à exploração global	80
2 - Resgatar o controle do dinheiro	82
3 - Resgatar a liberdade de acesso ao conhecimento e à informação	84
4 – Enraizar a democracia nos governos locais	87
5 - Resgatar a função pública de articulação e coordenação	89
CONCLUSÃO	94
BIBLIOGRAFIA	98

Nota

Nos dizem que para uma análise objetiva, devemos ser de certa forma isentos, desinteressados. Efetivamente, não tenho nenhum interesse comercial na forma como apresento os argumentos do presente livro, mas não sou desinteressado. A indignação com a injustiça, com a crueldade que vemos no mundo, com a incompetência com que governos ou corporações gerem os nossos recursos, sempre me moveu. Ser objetivo, explicava Gunnar Myrdal, não é ser indiferente, e sim deixar claro para o leitor as suas motivações. Achei interessante que a primeira frase de Tom Malleson no seu livro *Against Inequality* (contra a desigualdade) seja tão explícita: “Elon Musk, o CEO da Tesla e pessoa mais rica no mundo, possui atualmente \$270 bilhões de dólares. O trabalhador americano médio precisaria trabalhar sete e meio milhões de anos para ganhar isso.” A cada 14 minutos o Musk ganha o equivalente ao que o americano típico ganha em 40 anos de trabalho. Isso não é capitalismo, um sistema que supostamente assegurava equilíbrios básicos através dos mecanismos de mercado, da “mão invisível”, e recompensava esforços. Pois na verdade as formas como minorias – estamos falando do 0,01% de adultos do planeta – se apropriam dos recursos ao mesmo tempo que travam o desenvolvimento e destroem o meio ambiente não são invisíveis. Mas são hoje apenas mais complexas, e conseqüentemente menos compreendidas. O presente livro trata de tornar visível e compreensível como os mecanismos funcionam na atualidade. Sim, porque nas últimas décadas as coisas mudaram.

Para quem acompanha a sequência das minhas pesquisas, com livros como *A reprodução Social*, *Democracia Econômica*, *Tecnologias do Conhecimento*, *O Pão Nosso de Cada Dia*, *A Era do Capital Improdutivo*, *O Capitalismo se Desloca*, *Resgatar a Função Social da Economia*, ou os numerosos artigos, ficará claro o objetivo de explicitar os mecanismos econômicos que nos regem. Porque se não tivermos mais gente entendendo como se dão as falcatruas (é um termo muito moderado para o que efetivamente acontece), dificilmente criaremos a força para corrigir os rumos. Essa sequência de pesquisas me levou a gradualmente entender melhor a dimensão global, sistêmica, das mudanças das últimas décadas, que são simultaneamente ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Aproveitando tantas pesquisas, nacionais e internacionais, sobre diversos aspectos das mudanças, cheguei à convicção de que temos de juntá-las para entender como se articulam. A lógica do conjunto mudou, resultado da revolução digital, tão profunda, a meu ver, como foi a revolução industrial de mais de dois séculos atrás. Temos de ir além das análises de como o passado se deforma, e entender que nova realidade está surgindo.

Estamos enfrentando um sistema muito mais perverso do que o capitalismo industrial, sem dúvida explorador, mas também produtivo. A desigualdade hoje se aprofunda de maneira mais acelerada, e com pouca base produtiva: é essencialmente extrativa. E se dá às custas de uma destruição ambiental cada vez mais catastrófica. Pior: gera um sistema de controle político que destrói a democracia, e, portanto, a nossa capacidade de reverter o processo. Chamar isso de capitalismo, por mais explorador que o capitalismo tenha sido, é lhe dar um verniz de legitimidade.

Não é um elenco das nossas desgraças que aqui apresentamos. Os dramas sociais e ambientais que nos desafiam estão escancarados, bem como o caótico comportamento

das grandes corporações que os geram. Por trás das desgraças está o problema maior, que é o da nossa impotência em enfrentá-las. Ou seja, o que está no centro da discussão é a questão da governança, de como assegurar um processo decisório que nos permita reverter as tendências. Não hesito em dizer que estamos enfrentando uma crise civilizatória.

INTRODUÇÃO

“Neoliberalism has given rise to enormous “rents”, the monopoly profits that are a major source of today’s inequalities...neoliberalism as an economic system is not sustainable.”
Joseph Stiglitz, *The road to Freedom*, 2024¹

Há tempos estamos rodando em torno do pote, sem meter efetivamente a colher. O que aconteceu com o capitalismo que conhecíamos? Como os novos mecanismos não cabem nos conceitos tradicionais de análise do capitalismo industrial, acrescentamos qualificativos: Robert Reich fala sobre capitalismo corporativo, Mariana Mazzucato sobre capitalismo extrativo, Grzegorz Konat sobre capitalismo real, Joel Kotkin sobre neo-feudalismo, Zygmunt Bauman sobre capitalismo parasitário, Brett Christophers sobre capitalismo rentista, Shoshana Zuboff sobre capitalismo de vigilância, Eric Sadin sobre capitalismo cognitivo, Jonathan Haskel e Stian Westlake sobre capitalismo sem capital, este último no mínimo um qualificativo estranho: o capitalismo sem capital ainda é capitalismo? Interessante também o conceito de *cannibal capitalism* de Nancy Fraser, que devora as capacidades produtivas de longo prazo, o próprio corpo da economia, ou ainda o conceito de *corporate aristocracy* de Marjorie Kelly, uma classe que hoje vive de rendas, ainda que se chamem de investidores. Thomas Piketty explicitou bem: fazer aplicações financeiras rende mais do que investir em produção, sobretudo se podemos submeter as atividades produtivas aos novos mecanismos de extração de dividendos.

O capitalismo é chamado assim em época relativamente recente, e adquire raízes teóricas e científicas de análise a partir de Adam Smith em 1776, e Karl Marx um século mais tarde. No centro do conceito, está o mecanismo de acumulação de capital. Ou seja, não é ter riqueza, gente rica com bens ou dinheiro, isso sempre teve, e sim estar inserido no processo de reprodução de capital, que vai se valorizando através de investimentos: não é ter iates e aviões, que constituem patrimônio, é ter uma empresa, que por exemplo produz aço, que vai ser vendido para outras empresas que irão produzir casas e automóveis, fornecendo mais bens e serviços, e gerando lucros que serão reinvestidos em mais capacidades produtivas, mais capital. É precisamente a acumulação de capital, um processo expansivo. Essa capacidade de investimento que vai se expandindo é alimentada por lucros, gerados a partir do pagamento aos trabalhadores de um salário que é inferior ao valor produzido: a mais valia. Trata-se, portanto, de exploração, mas de uma exploração que se transforma em mais investimentos, mais empregos, mais lucros, mais capital e mais impostos para assegurar políticas públicas. Era um sistema. Injusto, mas produtivo.

O conjunto do processo foi e continua sendo cada vez mais alimentado pela revolução científica tecnológica que nos deu a máquina a vapor, a locomotiva e o transporte ferroviário, a eletricidade, o motor a combustão, a criação de novos materiais através da química, e tantas inovações que explodiram no século XX com eletrificação

¹ O neoliberalismo permitiu a geração de enormes “rentas”, os lucros de monopólio que são uma fonte maior das atuais desigualdades...o neoliberalismo como sistema não se sustenta.” Joseph Stiglitz – *The road to Freedom: economics and the good society* – Norton, New York, 2024, p. 287

generalizada, o carro, o avião, a televisão, o computador, a química fina, a biologia e os primeiros passos na manipulação do genoma e assim por diante. Essa pequena enumeração das transformações científico-tecnológicas é necessária porque se trata do principal motor das transformações: as pessoas tendem a glorificar o capitalista, que aplicou os avanços científicos, mas muito menos os cientistas que os criaram. James Watt, Benjamin Franklin, Michael Faraday, Albert Einstein, Marie Curie, pesquisadores que revolucionaram a base energética do planeta, colocando nas máquinas industriais e nas nossas mãos um volume de energia que multiplicou por um fator de centenas ou milhares o que era a força dos nossos músculos, e deslocaram de forma estrutural a relação entre o homem e a natureza. A transformação científica foi e continua sendo o motor principal das transformações econômicas. O capitalismo foi uma forma passageira de sua aplicação.²

A Rússia sai da idade média em 1917, e se torna em poucas décadas uma potência industrial, a China se expandiu de maneira absolutamente impressionante, utilizando diferentes formas de organização política e social. A Europa se cobriu de ferrovias e de empresas de transporte, organizadas e geridas pelo Estado, que funcionam de maneira eficiente. E as empresas industriais capitalistas contribuíram também sem dúvida para multiplicar as nossas capacidades produtivas exponencialmente. Esse olhar mais amplo é importante para lembrarmos que a sociedade está em plena mutação, que as tecnologias atualmente avançam ainda mais rapidamente, e que manter a ideia de que a nossa relativa prosperidade se deve aos “capitalistas” e aos “mercados” simplesmente significa um congelamento da forma como olhamos as transformações do planeta. O vetor principal das transformações foi a base científica da humanidade, com aporte transitório do capitalista industrial, e também de outras formas de organização.

Aliás a fase mais próspera do capitalismo é a dos trinta anos de ouro do pós-guerra, em que houve um equilíbrio inovador entre o setor público e o mundo empresarial, no quadro do Estado de Bem-Estar, e que funcionou apenas no grupo de países mais ricos, cerca de 15% da população mundial. Hoje gerou uma aristocracia financeira, gigantes da comunicação (as plataformas) e corporações mundiais de intermediação de commodities (os traders), com a sua entusiasmada rapaziada manejadora dos algoritmos, que pouco têm a ver com o empreendedor industrial tradicional. Essa profunda mudança do sistema é que alimenta tantos qualificativos que se acrescenta ao “capitalismo”, simplesmente porque a nova realidade não cabe nos antigos conceitos. Mas não basta acrescentar qualificativos: é preciso pensar se isso ainda é capitalismo. Ou entender melhor como as diferentes mudanças se coagulam num novo formato, em novo modo de produção.

Elencamos aqui vários mecanismos de apropriação do excedente social no quadro da evolução do capitalismo industrial para o rentismo digital. Esses mecanismos envolvem o domínio das plataformas relativamente às empresas tradicionais, e em particular o fato de se tratar do controle do imaterial, ou intangível, o que permite mecanismos muito mais amplos de apropriação, em escala planetária, sem a correspondente criação de bens

² Stiglitz lembra bem: “A maior parte da inovação que elevou os níveis de vida nas recentes décadas repousa nos fundamentos da ciência básica, financiada e frequentemente conduzida pelo governo. Mas não é só o caso que os mercados por si mesmos não serão suficientemente inovadores, eles empurram a inovação na direção errada.” – J. Stiglitz, *The Road to Freedom*, 2004, p. 227

e serviços, empregos e bem-estar econômico. Os sistemas de intermediação financeira, o controle financeiro dos sistemas comerciais e de marketing, a apropriação privada das infraestruturas, a intermediação do acesso a recursos naturais, o rentismo baseado na apropriação de imóveis rurais e urbanos, o uso especulativo das políticas sociais, como saúde e educação, a guerra para dificultar o acesso ao conhecimento acumulado na sociedade, com patentes e copyrights, são exemplos de uma conjunto de atividades em que acima do nível do produtor efetivo de bens e serviços, do pesquisador, do país dono de recursos naturais, gerou-se uma classe de rentistas que se apropriam de cada movimento, colocando juros, tarifas, sobre-preços, levando por sua vez à formação de um clube dos ricos que detém imenso poder econômico, financeiro, político e midiático, essencialmente ao controlar direitos sobre atividades ou patrimônio de terceiros.

Há uma década o ETH, instituto federal suíço de pesquisa tecnológica, apresentou uma pesquisa de grande importância, primeiro estudo global da estrutura do poder corporativo mundial, que utilizei no meu livro *A era do capital improdutivo*.³ No essencial, os autores mostraram que no mundo 737 grupos controlam 80% do mundo corporativo, e nestes um núcleo de 147 controla 40%. A qualificação de “clube dos ricos” é dos autores, e a justificam: no topo, são inclusive pessoas que se conhecem, e criaram instituições de articulação, como o IIF. Guerras sim, para ver quem compra quem, mas nada de concorrência para prestar melhores serviços: eles essencialmente gerem ‘ativos’ (*assets*), ou seja, constituem uma superestrutura de controle e extração, por meio do mundo digital. O estudo do ETH (Glattfelder e outros) representou um avanço sem dúvida, mas hoje precisamos de pesquisa em nível mais amplo, já que o denominador comum do controle encadeado (A controla B, que controla C, D, E etc.) com tomadas cruzadas de participação, hoje se amplia pelo fato dos sistemas digitais permitirem dinâmicas em escala muito mais ampla.⁴

Michael Hudson tem razão em afirmar que está em jogo o destino da civilização.⁵ Uma BlackRock tem mãos nos mais diversos setores, nos mundos da saúde, da mineração, da comunicação, trabalhando em nível planetário. A infraestrutura produtiva – a indústria com as suas máquinas, proprietários de meios de produção, trabalhadores assalariados – é controlada por plataformas, computadores, algoritmos e inteligência artificial, mas a superestrutura – o Estado regulador e marco jurídico correspondente – está em busca de novos rumos.

Enquanto não surge um sistema regulador global, os interesses corporativos, nas suas diversas dimensões que vimos acima, simplesmente reinam. E drenam. A economia mundial está na era digital, as instituições públicas, a gestão política, as regras do jogo, continuam no século passado, na era analógica. Sem instrumentos de influência ou

³ L. Dowbor – *A era do capital improdutivo* – Autonomia Literária, São Paulo, 2018 - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

⁴ O ETH de Zurich, na Suíça, representa de certa maneira o que o MIT representa nos Estados Unidos, e tem mais de 30 prêmios Nobel científicos. Um início de pesquisa da estrutura do controle corporativo no Brasil, utilizando metodologia semelhante, pode ser encontrada na revista Pesquisa e Debate, da PUC-SP: Eduardo Rodrigues Magalhães, *Quem está no comando: poder econômico entre grupos hegemônicos no Brasil – 2023* - https://dowbor.org/wp-content/uploads/2023/09/Revista-Pesquisa-e-Debate_PUC_SP.pdf

⁵ Michael Hudson – *The Destiny of Civilization* – Islet, 2022 - <https://dowbor.org/2022/09/destiny-of-civilization-finance-capitalism-industrial-capitalism-or-socialism.html>

regulação, o mundo se aprofunda na catástrofe econômica, social e ambiental. A impotência institucional que enfrentamos nos leva a uma desarticulação sistêmica desastrosa, justamente quando a ciência e a riqueza que produzimos permitiriam uma vida digna para todos, sem destruir o planeta. Nosso problema não é econômico, é de governança. A gestão pública não é o problema, é o caminho.

Como listamos os diferentes adjetivos – rentista, extrativo, canibal, parasitário, etc. - que tantos pesquisadores consideraram necessário acrescentar ao “capitalismo”, a questão básica é se continuar a chamar este sistema de capitalismo é de todo adequado. A sugestão aqui é que é cientificamente mais produtivo e teoricamente mais adequado reunir as diferentes transformações do sistema capitalista e considerar que estamos perante um novo modo de produção, um novo sistema. O fato básico é que a revolução digital trouxe mudanças tão profundas ao sistema capitalista, como a revolução industrial trouxe aos diferentes modos de produção rurais, em particular ao sistema feudal. Em termos teóricos, é bastante coerente considerar que a partir de certo nível de mudanças quantitativas, o sistema sofre uma mudança qualitativa, que exige uma reformulação conceitual mais ampla. A imagem clássica utilizada é que a borboleta constitui uma evolução da lagarta, parte dos mesmos componentes, mas tem outra natureza, funciona de outra maneira.

A infraestrutura técnica mudou radicalmente, com as tecnologias que nos ligam instantaneamente em todo o mundo, dinheiro virtual, acesso virtual à informação e ao conhecimento. O tempo e o espaço pertencem atualmente a outro paradigma de organização. Mais importante ainda, o principal fator de produção passou a ser o conhecimento, com IA, informação virtual, a tecnologia em geral. As máquinas podem ser trancadas numa fábrica, mas o conhecimento é radicalmente diferente, na medida em que pode ser difundido sem custos adicionais, levando ao entendimento do conhecimento como bem comum. O mecanismo dominante de extração de excedentes econômicos, por outro lado, passou da exploração através de baixos salários, mas com atividades produtivas, para plataformas financeiras, de comunicação, de informação e de apropriação de dados privados. Consiste mais na extração de renda do que na acumulação de capital produtivo, no que também tem sido chamado de financeirização, sem a correspondente contribuição produtiva.

O conceito de modo de produção, neste sentido, volta a ser particularmente interessante. Permite um recuo no tempo, e um enfoque de mudança estrutural do próprio sistema que nos rege. O esquema abaixo, ainda que possa parecer simplista, ajuda a repensar a atualidade de uma forma sistêmica:

Modos de produção feudal, capitalista, informacional

Revolução Agrária	Revolução Industrial	Revolução Digital
...1760	1760-1980	1980...
Terra	Máquinas	Conhecimento
Feudos	Fábricas	Plataformas
Servos/escravos	Operariado	Precariado
Aristocratas	Capitalistas	Rentistas
Taxas/dízimo	Salários/Mais-valia	Drenos financeiros
Províncias	Nações	Global
Porrete e Inquisição	Porrete e Liberalismo	Porrete e Neoliberalismo

Quando há 10 ou 12 mil anos atrás começou a se generalizar a agricultura, indo além da caça e colheita, essa atividade passou a ser o eixo estruturante das sociedades. Até a revolução industrial no século 18, a base da economia era a terra, o seu controle gerava feudos, o trabalho era com servos ou escravos, em proveito de diversos tipos de aristocracia. A apropriação do excedente social se dava por taxas de diversos tipos que os trabalhadores da terra tinham de pagar. Os territórios eram províncias, ou feudos, essencialmente divisões territoriais mantidas com força militar, o porrete, e a inquisição. Na narrativa, era o sangue azul dos nobres e a vontade de Deus.

A revolução industrial leva a que a máquina se torne o principal eixo estruturante da sociedade. A agricultura não desaparece, mas passa a ser coadjuvante. Onde o núcleo de poder econômico era o feudo com os servos, portanto a posse da terra, agora temos fábricas e operários. Os que se apropriam do excedente social são os capitalistas, por meio salários baixos e mais-valia. Os operários são livres de pedir emprego, é o liberalismo. No caso de greves mais amplas, sempre há o porrete. No espaço expandido, formaram-se as nações, fenômeno recente, inclusive na Alemanha e na Itália.

O conceito de revolução digital permite pensar a era atual não como uma “deformação” do capitalismo industrial, mas como um novo modo de produção, informacional. A indústria não desaparece, e nem a agricultura, mas o eixo estruturante passa agora a ser a informação, o conhecimento, a tecnologia, as finanças, a economia imaterial. No esquema acima, colocamos o conhecimento como a principal base de construção da economia, as plataformas com forma de organização, o surgimento do precariado em que o trabalhador é chamado quando necessário, e a principal forma de apropriação do excedente social torna-se o rentismo, cujos formatos atuais veremos abaixo. As grandes fortunas e o poder econômico e político não dependem mais de aristocratas, ou de capitães da indústria como Henry Ford, e sim dos donos das plataformas, os GAFAM, ABCD, SIFIs, gestores de sinais magnéticos no nível planetário. Aqui também, no quadro do neoliberalismo, que justifica com suas narrativas a desigualdade e a destruição ambiental, e nos mantém colados nas telinhas, temos, no caso de não aceitação das narrativas, o porrete.⁶

⁶ GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft; ABCD: ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus; SIFIs: Systemically Important Financial Institutions.

O que temos em comum nas diferentes eras, é que sempre temos elites prontas para viver do trabalho dos outros, usando para isso diversos mecanismos econômicos da apropriação do excedente que a população produz, mas também narrativas para justificar a apropriação, e o porrete para quem não acredita nas narrativas. Mecanismo, narrativa e porrete. É tempo de nos civilizarmos. Inclusive porque o conhecimento, sendo imaterial, com potencial de multiplicação sem custos adicionais, pode ser a base de uma sociedade colaborativa planetária.

É importante notar que enquanto o controle das novas tecnologias e as formas de organização do rentismo já estão na era digital, a política e a regulação, o que chamamos de democracia, ainda andam perdidas em leis da era analógica, dos tempos da dominância da produção material. Nos níveis político e institucional, estamos assistindo a tentativas de correr atrás das profundas transformações tecnológicas provocadas pela revolução digital: as nossas leis e regulamentos são para a economia material do século passado. As finanças e outras plataformas funcionam em escala global, enquanto a regulação é basicamente gerida em escala nacional, levando a vazios institucionais catastróficos, paraísos fiscais entre outros, mas também à impotência das instituições internacionais que datam de Bretton Woods, de outra época. Basta olha a fragilidade das resoluções da ONU.

Eu sugeriria que seria muito mais produtivo identificar os principais desafios – ambiente, desigualdade, pobreza, as principais causas do sofrimento e do desespero humanos – e trabalhar nas mudanças institucionais indispensáveis. Isto significa que temos de reconciliar as instituições com a modernidade, com as novas engrenagens e estrutura de poder da revolução digital. Não se trata de uma questão de ambição excessiva, mas de uma compreensão clara de quão dramáticos são os nossos desafios, em escala global. A mudança institucional tornou-se vital, no sentido original da palavra. Compreender que enfrentamos um novo conjunto de desafios, tendo a revolução digital como base de um novo sistema, ajudar-nos-á a construir soluções sem carregar o fardo de tantas simplificações e polarizações ideológicas em relação ao que conhecíamos como capitalismo. Keyu Jin, ao apresentar as inovações de governança da China, no seu *The New China Playbook*, sugere que estamos além do socialismo e do capitalismo.⁷

Se colocamos aqui a importância de mudarmos de paradigma de análise – de simples alterações do capitalismo, para a constituição de outro modo de produção, não o passado que se deforma, mas o futuro que se articula – é que é cientificamente mais adequado. Quando surgem as manufaturas no século 18, podíamos considerar que o feudalismo estava se modernizando, mas o significativo era o novo que surgia. Um segundo ponto importante, que desloca a base de análise da sociedade, é que com as

⁷ Keyu Jin – *The New China Playbook: beyond socialism and capitalism* – Viking, New York, 2023 – É bom lembrar que a China ultrapassou a economia dos Estados Unidos em 2015, em termos de PIB ajustado por poder de compra (produção efetiva, descontadas as diferenças de câmbio). Stiglitz lembra que em 2023 a produção da China é quase 25% superior. (Stiglitz, 2024, p.25) Os dados são detalhados no *World Economic Outlook Database April 2022* do FMI, 2022. A previsão do Fundo para 2024 é de um PIB de 35 trilhões de dólares para a China, 27 trilhões para os Estados Unidos.

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April/weo-report?c=924,532,546,111.&s=PPPGDP.&sy=2020&ey=2027&ssm=0&scsm=1&scc=0&ssd=1&ssc=0&sic=0&sort=country&ds=.&br=1>

novas tecnologias hoje produzimos o suficiente para toda a sociedade viver de maneira digna e confortável. Os 110 trilhões de dólares de bens e serviços que hoje produzimos, o PIB mundial, representa o equivalente a 21 mil reais por mês por família de quatro pessoas: o desafio não é produzir mais, e sim de reorganizar o que produzimos, para quem, e com que impactos ambientais. Mais do que econômico, no sentido de falta de recursos, o nosso desafio é de organização social e política. Terceiro ponto, a transformação da base tecnológica do planeta abre perspectivas para uma reorganização radical do sistema, da guerra de todos contra todos no quadro da maximização de lucros, para um processo colaborativo: quando o principal fator de produção passa a ser o conhecimento, este pode ser compartilhado sem custos adicionais. Diferentemente dos bens físicos, o conhecimento que compartilho continua comigo. Não é um bem rival, o acesso pode ser generalizado. E o conhecimento é a principal força transformadora. Temos não só um desafio vital, mas uma imensa oportunidade.

Se o enfoque que aqui apresento pode parecer demasiado ambicioso, ou até sonhador, devemos levar em conta que a humanidade está sim enfrentando um momento transformador. Apenas os inconscientes não se dão conta da catástrofe que representa a convergência do desastre ambiental, da desigualdade explosiva, do caos financeiro e da violência que se generaliza. É tempo sim de considerarmos de forma sistêmica as novas arquiteturas sociais que se desenham, e que avançam rapidamente, carregadas pelas novas tecnologias, pela sociedade do conhecimento.

PARTE I – UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO

*“Never across the entire expanse of human history has such a level inequality been seen before...In 2015, the top 0,01% had an average income of \$31.6 million, nearly 2,100 times more than a minimum-wage worker’s average income. The top 1% of Americans own 40% of the country’s wealth, whereas the bottom 40% own virtually nothing.”*⁸

Tom Malleson, *Against Inequality*, 2023, p.1

⁸ “Nunca durante toda a história da humanidade foi visto um tal nível de desigualdade...Em 2015, os 0,01% no topo tinham uma renda média de \$31,6 milhões, quase 2100 vezes mais do que a renda média de um trabalhador com salário mínimo. O 1% dos americanos no topo possuem 40% da riqueza do país, enquanto os 40% na base não possuem praticamente nada.”

Não ser capitalismo não significa não haver apropriação do excedente social por minorias, como houve nos diferentes modos de produção. O sistema escravagista se apropriava do produto de outros por meio da propriedade das pessoas, o modo de produção feudal através da posse da terra e do controle dos servos. Não foi preciso esperar o capitalismo industrial para termos exploração, com minorias se apropriando do produto social. Mas enquanto o capitalismo industrial gerava ao mesmo tempo apropriação do excedente e geração de mais capacidades produtivas, o rentismo se apropria do excedente sem a contribuição produtiva correspondente. Como escrevem Gar Alperovitz e Lew Daly, é uma “apropriação indébita”.⁹ O sistema que herdamos das últimas quatro décadas é incomparavelmente mais injusto em termos de econômicos, e destrutivo em termos ambientais, do que o capitalismo industrial.

1 – Fratura social: nova escala de exploração

No centro do novo processo está a financeirização. É essencial entender o impacto do fato do dinheiro não ser mais material, sob forma de notas impressas por governos, que levávamos na carteira e os bancos guardavam nos cofres. Segundo o *How Money Works*, 92% da liquidez global é digital: ou seja, na carteira fica apenas um cartão, nos bancos o computador, o conjunto é gerido por algoritmos. E por constituir apenas sinais magnéticos, o espaço financeiro se tornou global, girando no quadro do *High Frequency Trading*, em volumes radicalmente desconectados da economia real. A BlackRock, gestora de ativos (*asset management*) administra 10 trilhões de dólares, enquanto o orçamento federal dos Estados Unidos é da ordem de 6 trilhões. O mercado de derivativos atinge em 2022 630 trilhões de dólares, para um PIB mundial de 110 trilhões, no qual aliás se incluem os lucros financeiros como se fossem ‘produto’.

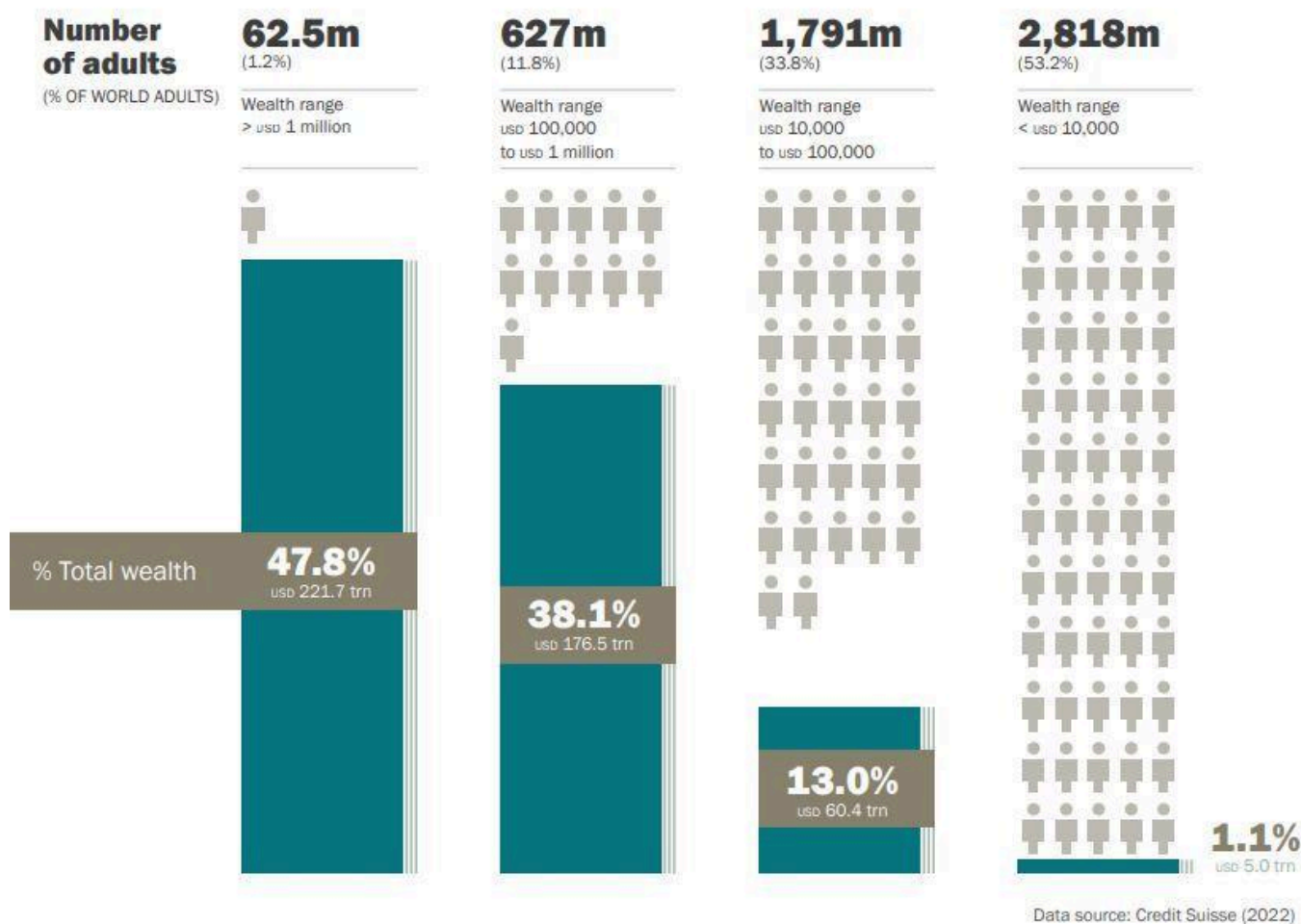
Enquanto a apropriação do excedente por baixos salários é hoje bastante clara na mente das pessoas, levando inclusive à legalização de sindicatos, e lutas pelos reajustes periódicos, os mecanismos de exploração financeira já são bem descritos em tantos trabalhos, inclusive os mencionados acima, mas continuam uma realidade nebulosa para a quase totalidade da população, que não sabe quanto o banco leva quando realiza um pagamento com cartão, que fica abismada ao se encontrar atolada em dívidas – precisam de educação financeira, comentam os banqueiros – e para quem o conceito de paraíso fiscal, onde hoje as grandes corporações colocam mais de 60% dos seus lucros – lembra ilhas com coqueiros, não o Estado de Delaware, Wall Street ou a City de Londres.

Um ponto chave é que a escala de apropriação do excedente por minorias mudou radicalmente. Os dados abaixo são do Crédit Suisse (hoje UBS), incluídos no relatório da ONU:¹⁰

⁹ Gar Alperovitz e Lew Daily – *Apropriação Indébita* – Senac, São Paulo, 2010 - <https://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html>

¹⁰ Unrisd – *Crises of Inequality* – 2022 – p.1 - <https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/2022/full-report-crises-of-inequality-2022.pdf>

Figure 0.1 Global wealth distribution



Fonte: UNRISD – *Crises of Inequality* – October 2022 – p. 5

Na coluna à esquerda, vemos que 62,5 milhões de pessoas, 1,2% da população adulta, detêm 47,8% da riqueza acumulada, 221,7 trilhões de dólares. Na coluna seguinte, vemos que 627 milhões de adultos, 11,8% do total, detêm 38,1% da riqueza, 176,5 trilhões. O que podemos classificar de classe média baixa, na terceira coluna, com riqueza acumulada entre 10 e 100 mil dólares, tem 13,0% da riqueza, 60,4 trilhões. E 2,818 bilhões de adultos, 53,2% do total, detêm apenas 5,0 trilhões, 1,1% do total. Basicamente, podemos dizer que excluídos ou inseridos de forma precária no sistema estão cerca de dois terços da humanidade, os 53,2% da última coluna mais uma parte da terceira. Interessante é constatar que se tirarmos 2,2% da fortuna do grupo mais rico, que eles mal notariam, daria para dobrar a riqueza dos 53,2% mais pobres. E para quem é pobre isso significaria uma enorme melhoria da qualidade de vida. Em termos de bem-estar gerado, o dinheiro na base é incomparavelmente mais produtivo.

Os dados constam da análise que a UBS realiza da distribuição da riqueza familiar mundial, estimada em 463,6 trilhões de dólares nas mãos de 5,3 bilhões de adultos do planeta. O que o mundo tem de riqueza pessoal acumulada é de cerca de 87 mil dólares por adulto. Numa família com dois adultos, isso representaria 174 mil, equivalentes a

900 mil reais. Pela primeira vez na história da humanidade, temos o suficiente para todos, isso sem contar o valor das infraestruturas.

Mas o que nos interessa mesmo aqui é a fratura estrutural profunda da apropriação da riqueza da sociedade, com uma escala de exploração sem precedentes no próprio capitalismo. Não visível neste gráfico, é o fato do profundo desnível dentro do 1,2% mais rico, pois o grosso das fortunas desta coluna está nas mãos dos 0,1 e em particular do 0,01%. O relatório da ONU que apresenta a tabela acima comenta que “as atuais extremas desigualdades, destruição ambiental e vulnerabilidade a crises não constituem um defeito do sistema, mas a sua característica”. Hoje os dados mais detalhados encontram-se no WID (World Inequality Database), nos relatórios da Oxfam, em particular em *Survival of the Richest* (2023) e *Desigualdade S.A.* (2024), e analisados em tantos textos indignados, como *The Triumph of Injustice*, ou *Against Inequality*.¹¹

Além da desigualdade em termos de riqueza familiar, que contabiliza por exemplo o valor da nossa casa, outras propriedades, o dinheiro no banco (deduzindo as dívidas), gerando o que se qualifica de patrimônio domiciliar líquido (*net household wealth*), também se contabiliza a desigualdade de renda. Aqui também a situação é catastrófica, com bilhões de pessoas atoladas em situação de pobreza. A relação com a riqueza acumulada é direta, pois enquanto o dono de 1 bilhão apenas, aplicando por exemplo seu dinheiro para render moderados 5% ao ano, aumenta a sua riqueza no ritmo de 137 mil ao dia, a imensa maioria da população, os dois terços que mencionamos, como aproximação, mal consegue fechar o mês, que dirá se tornarem “investidores” para acumular riqueza.¹² É o que o Banco Mundial e outras instituições chamam de “*poverty trap*”, armadilha da pobreza.

A África enfrenta uma situação particularmente desastrosa, mas na América Latina dois terços dos adultos estão sem qualquer acumulação significativa de riqueza, abaixo de 10 mil dólares. Segundo o Global Wealth Databook do Crédit Suisse (2022), “a distribuição de riqueza tanto na América Latina como na região Ásia-Pacífico se assemelha ao padrão do mundo como totalidade, com a América latina mostrando 65% e a região Ásia-Pacífico 63% com patrimônio de menos de 10 mil dólares.”(133) Estamos falando de dois terços da população vivendo da mão para a boca.

Mas não faltam recursos. O mesmo relatório apresenta o estilo de vida e fonte de riqueza dos que têm mais de um milhão de dólares (HNW), e dos que têm mais de 50 milhões (UHNW): “Os indivíduos HNW e UNHW estão fortemente concentrados em

¹¹ Oxfam - *Survival of the richest* – Jan 2023 – *Desigualdade S.A.* – Jan. 2024
<https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621477/bp-survival-of-the-richest-160123-en.pdf> Em português: <https://materiais.oxfam.org.br/a-sobrevivencia-do-mais-rico-davos-2023> e <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>; Emmanuel Saez e Gabriel Zucman – *The Triumph of Injustice* - Norton, New York, 2019 ; Tom Malleson – *Against Inequality*- Oxford University Press, New York, 2023 - <https://dowbor.org/2024/06/against-inequality-the-practical-and-ethical-case-for-abolishing-the-superrich.html>

¹² O investimento produtivo, que gera capacidades ampliadas de produção, deve ser distinguido das aplicações financeiras, que geram dividendos. Os que manejam papéis financeiros, diversos tipos de aplicações, mas não produzem, preferem se qualificar de ‘investidores’, mesmo quando drenam a capacidade de investimento da empresa por meio da ampliação de dividendos. A Petrobrás é um bom exemplo de luta interna entre investimento produtivo e extração de dividendos. O que a massa da população soma são dívidas, não “investimentos”.

regiões e países particulares, e tendem a compartilhar estilos de vida semelhantes, participando nos mesmos mercados globais de bens de luxo, mesmo quando residem em continentes diferentes. A composição de riqueza (*wealth portfolios*) desses indivíduos tende também a ser semelhante, com mais foco em ativos financeiros e, em particular, detendo ações de empresas abertas (*public companies*) negociadas nos mercados internacionais...Os indivíduos UNHW com patrimônio acima de US\$50 milhões são atualmente 264.180, no mundo, segundo os nossos cálculos. Entre os países, os Estados Unidos lideram com 53% dos adultos UNHW. A China chega num distante segundo lugar com 12% do total de membros do UHNW”.(118) São poucos, são muito ricos, estão concentrados nos Estados Unidos, e as suas fortunas não são de produtores, mas de donos de aplicações financeiras.¹³ É a nova aristocracia financeira. Hugh Grosvenor, duque de Westminster, herdou em 2016 11,4 bilhões de dólares, com 25 anos.¹⁴ Produtivo?

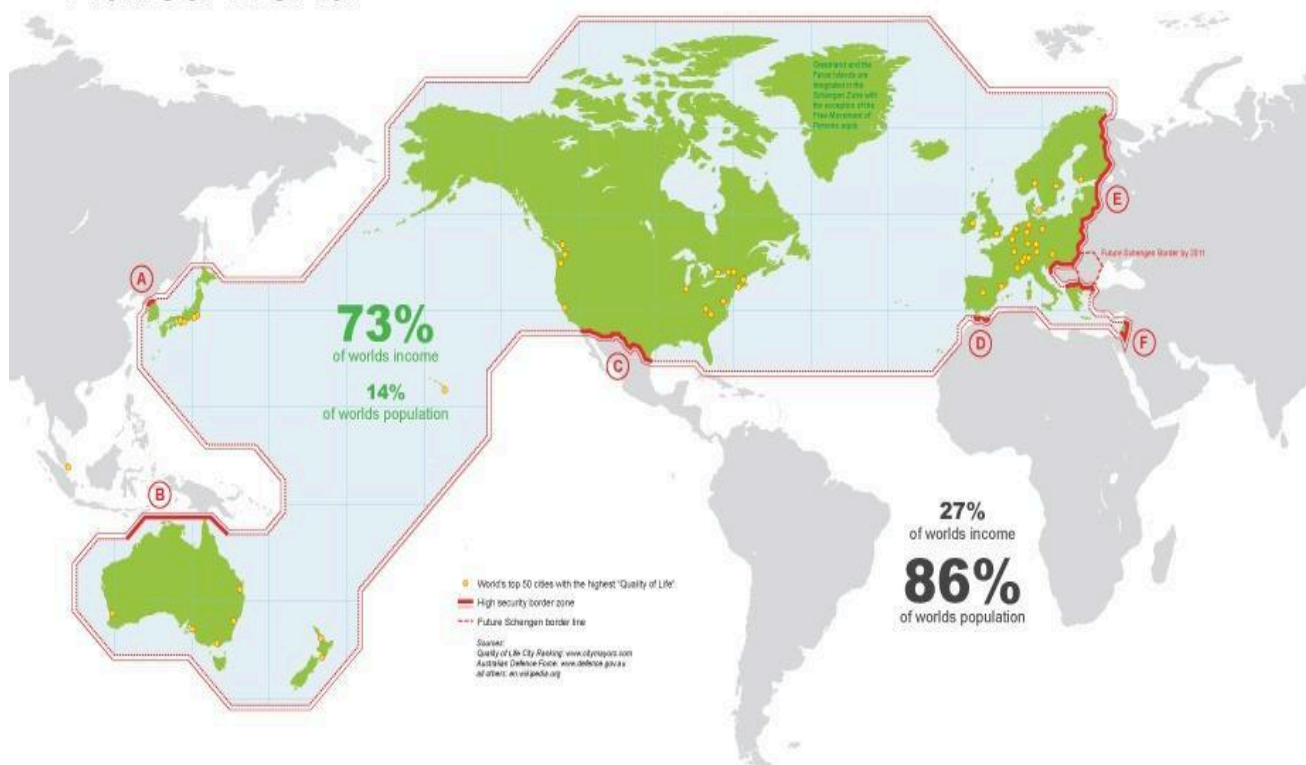
¹³ Crédit Suisse – *Global Wealth Databook 2022* – páginas 118 e 133

<https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=global+wealth+databook+2022>

¹⁴ Tom Malleson – *Against Inequality* – Oxford University Press, 2023 - p. 86 -

<https://dowbor.org/2024/06/against-inequality-the-practical-and-ethical-case-for-abolishing-the-superrich.html>

Walled World



A The Demilitarized Zone (or DMZ) in Korea is a strip of land running across the Korean Peninsula that serves as a buffer zone between North and South Korea. The DMZ was created in the ceasefire of July 27th 1953 and cuts the Korean Peninsula roughly in half. It is 246 km long and approximately 4 km wide.

B The Australian Defence Force (ADF) conducts surveillance and response operations in Australia's northern approaches. Since September 2001 it doubled the number of days Customs vessels are at sea and increased flying hours for surveillance aircraft by 20 per cent. Under a proposed legislation from June 2006 all new boat arrivals would be transferred offshore to have their asylum claims processed. In May 2008 the Ministry of Defense laid out a plan for an enlarged navy to conduct independent military operations.

D The Melilla border fence is a separation barrier between Morocco and the Spanish city of Melilla. The razor wire barrier cost Spain €33 million to construct. It consists of 11 km of parallel 3 m high fences topped with barbed wire. Its height is doubled to 6 m.

The Ceuta border fence

is a separation barrier between Morocco and the Autonomous City of Ceuta. In Spain. Construction of the €30-million razor wire barrier was financed by the European Union. It consists of parallel 3-metre fences topped with barbed wire.

E Schengen Border is an agreement among European states which allows for common policy on the temporary entry of persons and a border system. A total of 31 countries – including all European Union states except the Republic of Ireland and the United Kingdom, but including non-EU members Iceland, Norway, and Switzerland – have signed the agreement and 25 have fully implemented it so far. The Republic of Ireland and the United Kingdom did not sign the Schengen Agreement but take part in the Schengen co-operation and use the Schengen Information System for law enforcement purposes.

C The United States–Mexico barrier is actually several separation barriers designed to prevent illegal immigration into the United States. The 3,140 km border between the United States and Mexico traverses a variety of terrains, including urban areas and deserts. The barrier is located mainly in the urban sections of the border which include San Diego, California and El Paso, Texas. Between 1995 and 2004, 1,954 persons are officially reported to have died along the US-Mexico border. According to 'No More Deaths', 1,085 bodies of migrants have been recovered in the southern Arizona desert between 2004 and 2006. The 'Secure Fence Act of 2006' enacted in October 2006 allows for over 1,100 km of double-reinforced fence.

F The West Bank barrier is a physical barrier being constructed by Israel consisting of a network of fences with vehicle barrier berms surrounded by an on average 60 meters wide exclusion area and up to 8 meters high concrete walls. As of January 2006 the length of the barrier as approved by the Israeli government is 670 kilometers. Approximately 50% has been constructed, 9% is under construction and construction has not yet begun on 33%.

Accelerated through the fear from the attacks of 9/11 and all what followed, the so called "Western Society" is constructing the greatest wall ever build on this planet. On different building sites on all five inhabitable continents, walls, fences and high-tech border surveillance are under construction in order to secure the citizens and their high quality of life within this system.

The fall of the Berlin Wall was described as the historical moment that marks the demolition of world's last barrier between nation states. Yet it took the European Union only six years to create with the Schengen Agreement in 1995 a new division only 80km offset to the east of Berlin. Together with the wall in Israel, the US-Mexican border, the Australian Coast Defence and the DMZ in Korea, it makes part of a worldwide system that contains an exclusive society (14% of worlds population) with an average income of € 2.500,-/month versus the ones in front of the wall with an average income of only € 150,-/month.

Fonte: BIG THINK – Strange maps – October 12, 2019

Uma outra escala desta fratura estrutural da sociedade, no mapa acima, pode ser compreendida ao passarmos da análise por estratos da população para desigualdade entre países.¹⁵ Como ordem de grandeza, temos que o capitalismo desenvolvido, que chamamos de "Norte Global", ou de "Ocidente", é constituído por apenas 14% da população mundial, mas controla 73% da renda. O resto do mundo, 86% da população, apenas 27%. Sem a China, esses números seriam ainda mais críticos. Interessante esse gráfico apresentar o capitalismo desenvolvido como uma "gated community", um tipo de condomínio planetário, com seis portarias cada vez mais guardadas. A fratura social e a fratura territorial se cruzam e reforçam.¹⁶

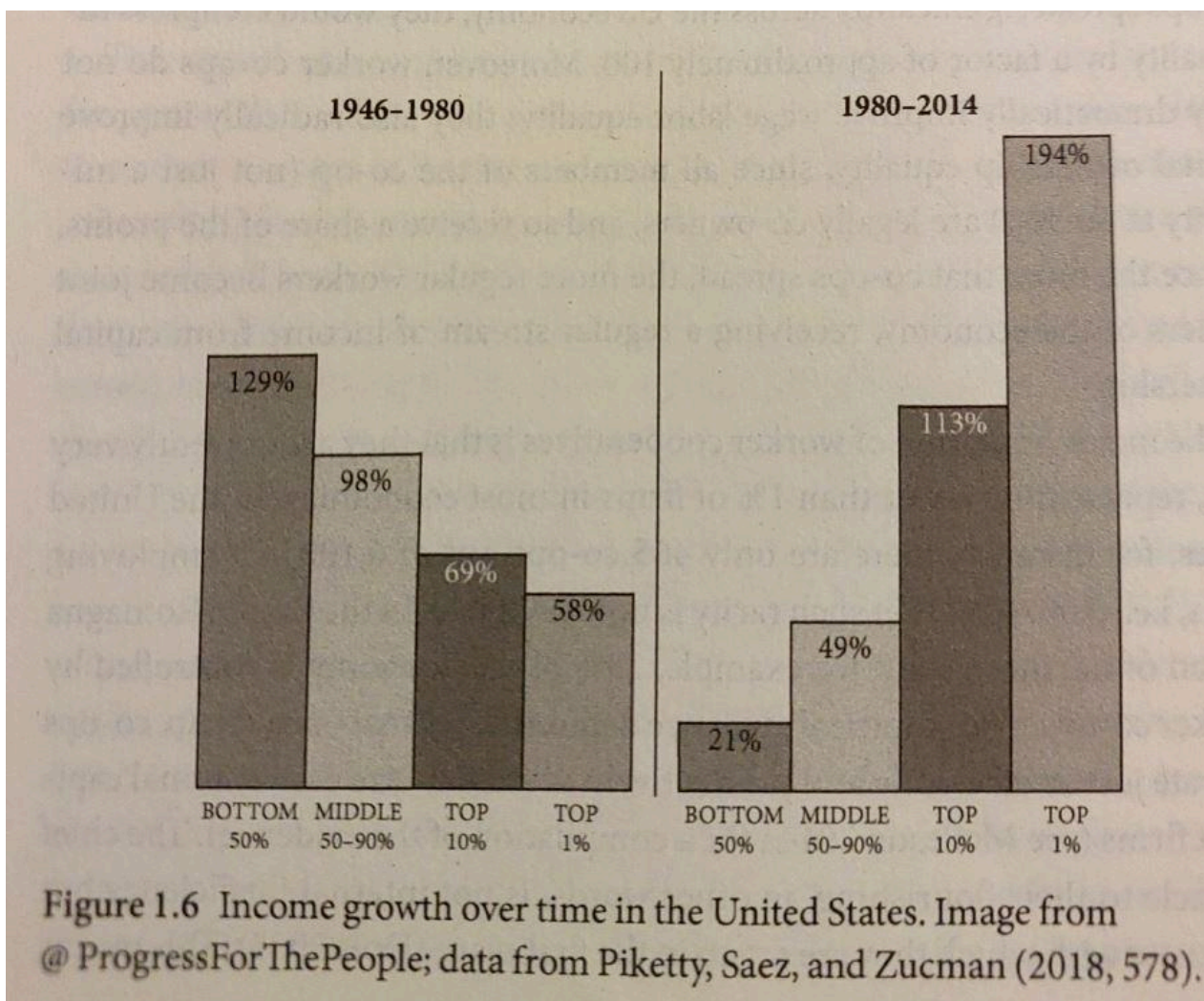
¹⁵ Big Think– *'The West' is in fact the world's biggest gated community* – Big Think, October 12, 2019 – https://bigthink.com/strange-maps/walled-world/?utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR3WF9_e_YVIDAstRyyaTwHgBs_SqwwXV3y11DbT-nwDtwAgzlpq65cy9vM#Echobox=1648785756-1

¹⁶ Um mapa muito semelhante é apresentado pela UBS, no *Global Wealth Report 2023*, p. 15 - <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>

Os ricos dos países pobres podem adquirir os “passaportes dourados” em Malta, e viajarem o mundo como “europeus”. O capitalismo, aliás, nunca funcionou para todos. Como Ha-Joon Chang escreve tão bem, os de cima tiraram a escada.¹⁷ A fratura social planetária, tanto entre como dentro dos países, contrasta com o fato de termos atingido, graças à revolução científico-tecnológica, um nível de prosperidade que poderia assegurar a todos uma vida digna, sem a guerra permanente que vivemos. Repetindo, e insistindo, se dividirmos o PIB mundial, 110 trilhões de dólares, pela população de 8 bilhões, constatamos que o que hoje produzimos de bens e serviços equivale a mais de 4200 dólares por mês por família de quatro pessoas. Com uma redução moderada da desigualdade, poderemos assegurar a todos uma vida digna e confortável.

Tom Malleson resume: “Em termos puramente materiais, nossas sociedades já são suficientemente ricas para assegurar condições de vida boas e florescentes para todos. Em forte contraste com o longo tempo histórico, quando a privação que as pessoas sofriam era o resultado inevitável da escassez, a privação que hoje existe é fundamentalmente diferente porque existe lado a lado com a abundância. A privação hoje não é nem natural nem inevitável; é manufaturada, o resultado, em última análise, de uma escolha política.”¹⁸ (Malleson, p.5) Não é uma questão de falta de recursos, e sim de governança, de processo decisório. Hoje se torna essencial entender como se transformaram os mecanismos que geram e aprofundam a fratura.

¹⁷ Ha-Joon Chang – *Chutando a escada* – 2002 - <https://dowbor.org/2005/04/chutando-a-escada-estrategia-de-desenvolvimento-numa-perspectiva-historica-2.html>



Esse gráfico ajuda a entender a dimensão do deslocamento, ainda que se refira apenas aos Estados Unidos. A fase de 1946 a 1980 corresponde ao capitalismo industrial do pós-guerra, período no qual a renda dos 50% mais pobres cresceu 129%, enquanto o 1% mais rico cresceu menos da metade. É uma fase de capitalismo produtivo, distribuição com crescimento. Na fase pós 1980, a tendência se inverte, com a evolução para o capitalismo financeiro, em que a desigualdade explode, fruto do rentismo que se generaliza. (Malleon, p.54)

Joseph Stiglitz traz aqui a sua dúvida quanto à legitimidade de se chamar isso de capitalismo. "Eu uso o termo "capitalismo" apenas para significar que amplas partes da economia estarão nas mãos de empresas orientadas pelo lucro; mas o que eu chamo de capitalismo progressista envolve não só um conjunto de instituições, mas também um papel importante para a ação coletiva."¹⁹ A partir de quantas mudanças das instituições estamos falando de outro sistema? E Stiglitz é muito claro quanto à sua rejeição do sistema: "Temos tido atualmente 40 anos do experimento neoliberal que começou sob Reagan e Thatcher. As suas promessas cor de rosa de crescimento mais rápido e níveis

¹⁹ Joseph Stiglitz – *The Road to Freedom: economics and the good society* – W.W. Norton & Company, 2024, p. 18

de vida mais elevados que seriam amplamente compartilhados não se verificaram. O crescimento se tornou mais lento, as oportunidades diminuíram, e os frutos de quanto crescimento houve foram esmagadoramente para as pessoas no topo. Os resultados foram talvez os piores nos Estados Unidos, onde a grande dependência dos mercados e onde a liberalização financeira foi levada ao extremo.”(Stiglitz, p.32)

A fratura social se torna cada vez mais explosiva, em particular porque cada vez mais pessoas no planeta se tornam conscientes do absurdo. Nas regiões mais pobres da África, onde trabalhei sete anos, há um sentimento de revolta crescente por não se poder ter acesso a uma escola decente para os filhos, uma clínica para doenças na família. Mas para pessoas mais instruídas, a indignação surge quando se constata como as grandes fortunas são adquiridas e ampliadas.

2 - As novas formas de apropriação do excedente social: rentismo

Uma coisa é a apropriação do excedente pelos grupos mais ricos da sociedade, com uma desigualdade que nos fratura em termos econômicos, políticas e sociais, e gera imenso sofrimento na base da sociedade. Outra coisa é constatar que se trata de rentismo improdutivo, de dreno das riquezas sociais, e não mais de ‘acumulação de capital produtivo’ tão analisado, e que os rentistas modernos tentam utilizar como prova de sua própria legitimidade. Quando se rompe um mínimo de proporcionalidade entre o quanto as pessoas contribuem produtivamente, e o quanto enriquecem, o sistema se desloca: não é mais acumulação de capital, é rentismo improdutivo.²⁰

Brett Christophers, no seu *Rentier Capitalism* que foca em particular as dinâmicas do Reino Unido, mas com visão global, agrupa as formas improdutivas de acumulação de riqueza (*the main varieties of rentierism*) em sete fontes principais:²¹

- Financeiro: gerando renda sobre juros, dividendos e ganhos de capital
- Reservas de recursos naturais: apropriação das reservas e sua venda
- Propriedade intelectual: gerando rentismo sobre patentes, royalties, marcas
- Plataformas digitais: comissões, marketing
- Contratos de serviços: gerando taxas de serviços terceirizados
- Infraestrutura: privatização de empresas estatais, licenças governamentais
- Solo: aquisição de terras, privatização de terras públicas, gerando renda de solo (*ground rent*)

Segundo o autor, isso “resume como os rentistas do setor privado passam a controlar os ativos (*assets*), e os tipos de renda que tal controle lhes permite ganhar em cada

²⁰ Em francês a diferença entre *revenu*, a renda por exemplo do meu trabalho, e *rente*, rendimentos sem base produtiva, é clara. Em inglês, a diferença existe entre *income* e *rent*, com os mesmos sentidos. O *The Economist*, quando quer explicitar, diferencia *productive investment* e *speculative investment*. Em português são poucos os que diferenciam *investimento* e *aplicação financeira*, os especuladores preferem se chamar de ‘investidores’. Entre personagens de Machado de Assis, há pessoas que não trabalham, “vivem de rendas”. O conceito de “aristocracia financeira” é bem adequado: tecnologias modernas servindo parasitismo de outros tempos. Thomas Piketty, no seu *O Capital no Século XXI*, traz excelentes exemplos da aristocracia financeira francesa.

²¹ Brett Christophers – *Rentier Capitalism* – Vero, London, 2020 – p. xxxi -

<https://dowbor.org/2023/09/rentier-capitalism-who-owns-the-economy-and-who-pays-for-it.html>

caso.”(Christophers, p.xxx) O livro detalha como cada um dos mecanismos permite a apropriação de riqueza pelos rentistas. No conjunto, é essencial lembrar que essas diversas formas de rentismo são acessíveis apenas à própria minoria que com elas lucra: a massa da população, os dois terços, mal fecha o mês, e, portanto, não tem como entrar no sistema que ganha dinheiro com dinheiro, monopólios, controle de recursos naturais e cobranças sobre os mais diversos tipos de transações, lucros de intermediação, a chamada economia de pedágio. Os rentistas ganham não tanto pelos serviços que prestam, como pela obrigação de todos passarem pelas suas catracas. Muitos serviços são úteis, ou até necessários, mas geram lucros desproporcionais relativamente ao aporte, como no caso dos oligopólios da comunicação.

Isso sempre existiu, como vimos no caso dos atravessadores comerciais que exploram os pequenos agricultores, dos usurários tão bem apresentados no *Mercador de Veneza* de Shakespeare, ou ainda dos *Robber Barons* das finanças e do petróleo nos Estados Unidos no início do século passado. Mas o deslocamento da base científico-tecnológica do planeta mudou o peso e as relações de força dos diversos setores de atividade. No centro, evidentemente, está a revolução digital, que gerou avanços de produtividade nas áreas industrial e agrícola, mas que sobretudo revolucionou os processos de intermediação: onde antes “serviam” às atividades produtivas, por exemplo com crédito, hoje passam a delas se servir, e na guerra entre quem extrai mais, inclusive fragilizam a economia produtiva. O conceito de *Cannibal Capitalism*, de Nancy Fraser, é neste sentido adequado.²²

Os gigantes corporativos que hoje controlam o planeta não são donos de empresas concretas, são donos de papéis – hoje sinais magnéticos – que lhes dão direitos sobre elas. São o que se chama de *absentee owners*, proprietários ausentes. Sweezy e Magdoff já analisavam a fratura: “A diferença entre ser proprietário de ativos reais e proprietário de um pacote de direitos legais pode à primeira vista parecer pouco importante, mas isso, enfaticamente, não é o caso. Na realidade, essa é a raiz da divisão da economia em setor produtivo e setor financeiro.”²³ Os papéis, títulos, ações, registros de dívidas, opções de derivativos, até o dinheiro – hoje apenas um sinal magnético – são imateriais, circulam no planeta na velocidade da internet, são administrados por algoritmos, gerando um universo econômico paralelo que levou a que tantos se refiram hoje separadamente à economia real e à economia financeira no sentido amplo. A lógica principal do sistema, é que justamente ser dono de “papéis”, ou seja, de direitos sobre produtos e sobre produtores reais, é que permite a geração de fortunas em escala radicalmente diferente das que resultam da produção de bens e serviços, o que por sua vez está na origem do agravamento radical da desigualdade.

A agricultura e a indústria continuam a existir, mas a lógica do seu desenvolvimento, da sua paralisia ou deformação, obedece aos interesses dos donos dos sinais magnéticos. O dono da fábrica de sapatos podia explorar os seus trabalhadores, mas precisava comprar máquinas e matéria prima, gerar empregos, e produzir bons sapatos, o que gerava

²² Nancy Fraser – *Cannibal Capitalism* – Verso, London, 2023

²³ Paul Sweezy e Harry Magdoff – *Stagnation and the Financial Explosion* – Monthly Review Press, New York, 1987, p. 101; sobre a fratura entre as atividades produtivas e a financeirização, ver em particular Marjorie Kelly, *Wealth Supremacy*, Berrett-Koehler, 2023 - <https://dowbor.org/2023/10/wealth-supremacy-how-the-extractive-economy-and-the-biased-rules-of-capitalism-drive-todays-crises.html>

conforto para os compradores, e receitas públicas para o Estado financiar infraestruturas e políticas sociais. O rentista atual é dono de “direitos” que lhe permitem drenar os produtores, os assalariados, ou qualquer pessoa que tenha um cartão de crédito no bolso ou que precise comprar um botijão de gás ou encher o tanque do carro. Com a privatização parcial da Petrobrás, em 2022 foram transferidos 217 bilhões reais para acionistas nacionais e internacionais, divididos sobre um produto que é do solo, produzido pela natureza em milhões de anos, e cujo valor poderia ter sido reinvestido na empresa ou utilizado pelo governo para financiar o desenvolvimento na economia real.

Outro fator essencial da fratura, além dos mecanismos financeiros de exploração, é que o sistema rentista não depende de oferecer empregos para gerar renda, ou apenas marginalmente, o que mantém grande parte da população em situação de pobreza e insegurança, multiplicando relações precárias de trabalho, com a chamada “flexibilização”. Não é só a substituição do trabalhador pela tecnologia, é o fato dos gigantes da intermediação financeira não precisarem de “produto”, bastam os computadores e os algoritmos. Um terceiro fator importante, é que produtores de bens e serviços de consumo precisam que haja consumo de massa, ou seja, capacidade de compra por parte da população: isso se torna secundário para os diversos tipos de rentistas. Ou seja, o rentismo precisa apenas marginalmente da força de trabalho e da demanda popular. Gera-se um processo de marginalização, já sentido com força nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e outros países do “Norte”, mas em particular na imensa massa dos países ditos “em desenvolvimento”. A fratura de certa forma se reforça, e cristaliza. O setor informal no Brasil representa 40 milhões de pessoas.

O conhecimento, conceito amplo que inclui as nossas transformações científicas e tecnológicas, faz parte desse deslocamento sistêmico. É impressionante a rapidez com a qual se enraizou o conceito de plataforma, onde antes falávamos de empresas, ou de corporações. Na base está a convergência de um conjunto de atividades que André Gorz qualificou de “o imaterial”. Gorz adota claramente a visão de que os deslocamentos nos processos produtivos em geral levam a uma mudança da própria ciência econômica: “A ampla admissão do conhecimento como a principal força produtiva provocou uma mudança que compromete a validade das categorias econômicas chaves e indica a necessidade de estabelecimento de uma outra economia” (Gorz, p.9).²⁴

Delinear uma economia que leve em conta a generalização da dimensão conhecimento como elemento chave dos processos produtivos aponta para duas transformações básicas. Primeiro, é que uma inovação tecnológica representa um custo na sua criação, mas a sua reprodução e disseminação, nesta era informática, pode em geral se fazer a custo zero. Ou seja, enquanto na era fabril o produtor tinha de produzir grandes quantidades para ganhar mais dinheiro, no caso da inovação, uma vez identificada

²⁴ André Gorz – *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* – Ed. Anna Blume, 2005 - <https://dowbor.org/2005/11/o-imaterial.html> - Jayati Ghosh, 20 anos mais tarde, explicita o deslocamento da ciência econômica: “A ciência econômica precisa de mais humildade, de um senso melhor da história, e de mais diversidade. A necessidade de uma mudança drástica na disciplina da economia nunca foi tão urgente. A humanidade enfrenta crises existenciais, com desafios de saúde do planeta e do meio ambiente se tornando preocupações maiores.” - Jayati Ghosh, *Why and how Economics must Change* - IMF – Finance and development, March 2024 – <https://www.imf/en/Publications/fandd/issues/2024/03/Symposium-Why-and-how-economics-must-change-Jayati-Ghosh>

determinada tecnologia, o ganho é feito travando ao máximo o acesso, para gerar um efeito de monopólio. Se a tecnologia se generaliza, reduz-se o lucro. Ao patentear o “one-click” a Amazon tentou impedir milhares de empresas no mundo de desburocratizar as vendas. Com isso, tira-se das ideias a sua força maior, o fato de poderem fertilizar a criatividade dos mais variados atores sociais. A semente da Monsanto foi dotada de um gene “exterminador” para evitar que os agricultores possam reproduzi-la. Diferentemente de um produto material, um avanço imaterial é indefinidamente reproduzível. Ou seja, para a corporação, é preciso travar o acesso. Gorz ainda: “Sempre se trata de contornar temporariamente, quando possível, a lei do mercado. Sempre se trata de transformar a abundância “ameaçadora” em uma nova forma de escassez” (Gorz, p.11). A economia do conhecimento, que resulta da revolução digital, obedece a uma lógica diferente. A Elsevier ganha bilhões tornando o acesso à ciência mais difícil.²⁵

Segundo, as formas tradicionais de remuneração do trabalho se veem ultrapassadas, notadamente na visão tradicional de oito horas de trabalho “alugadas” para o que a empresa necessita. A criatividade não se faz “por horas”. Há gente que pode ficar sentada semanas em um ambiente de trabalho e não trazer ideia alguma. Como se remunera a criatividade? O trabalhador, neste nível, se torna um tipo de empresário de si mesmo, negociando o seu produto. “A ideia do tempo como padrão do valor não funciona mais.” E se o tempo de trabalho não é mais o padrão de valor, como se determina o preço de venda do produto? Gorz passa naturalmente a analisar a função da marca, da publicidade, dos valores simbólicos como base da nova formação do valor, delineando assim gradualmente a mudança sistêmica que enfrentamos. Ao ser criticada pelo valor exorbitante cobrado por um medicamento de produção barata, a empresa responde que devemos pensar não no custo do produto, mas no valor da vida que salva. A teoria do valor, base da ciência econômica, se desloca.

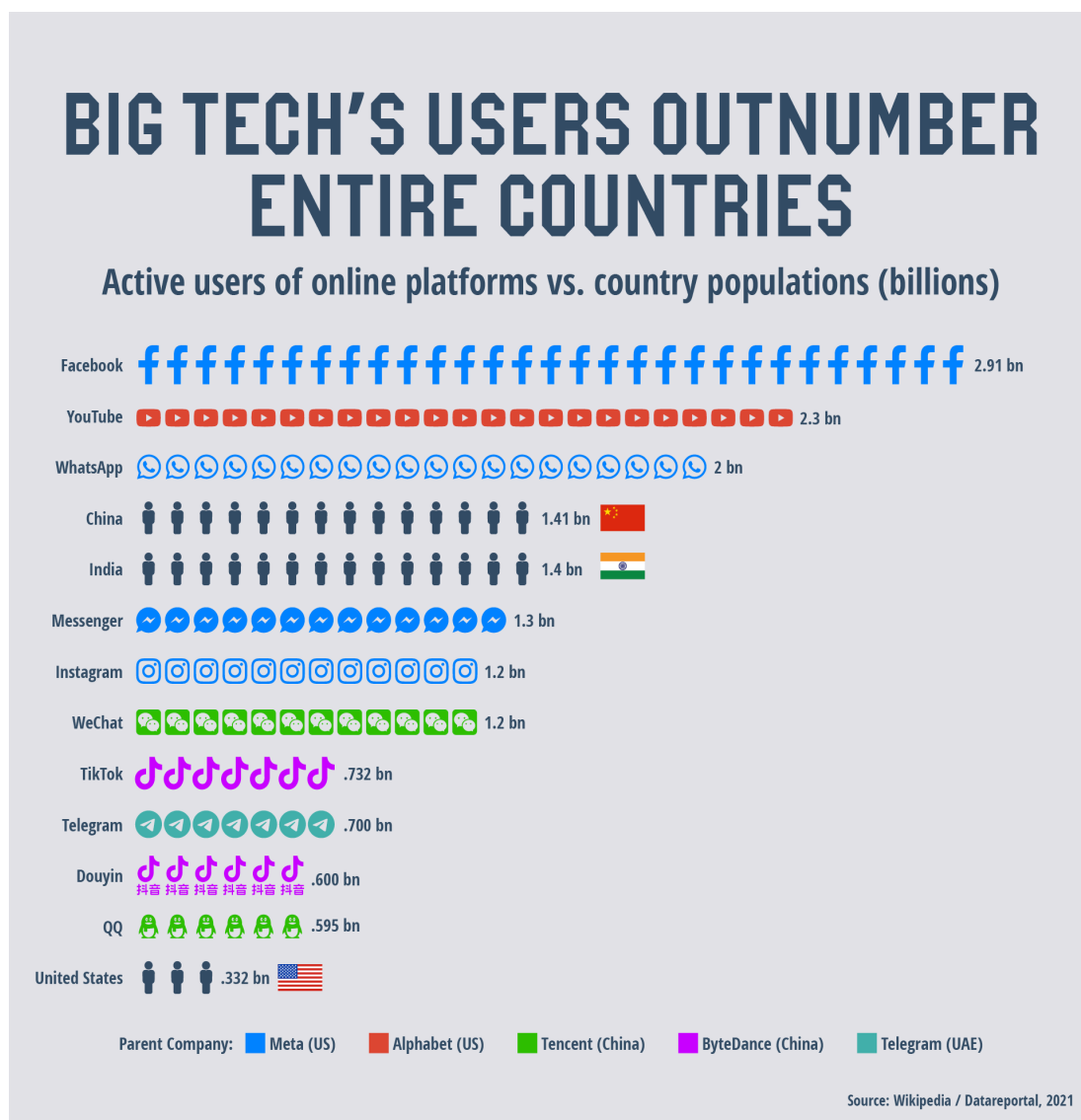
“Se não for uma metáfora, a expressão ‘economia do conhecimento’ significa transtornos importantes para o sistema econômico. Ela indica que o conhecimento se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não mais é determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligência gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma do trabalho e do capital”(Gorz, p.29)²⁶

O que os mundos do dinheiro, do conhecimento e da comunicação hoje têm em comum, é que são, precisamente, imateriais, ou ‘intangíveis’, como encontramos em outros autores. Ou seja, circulam na internet na velocidade da luz, sob forma de sinais magnéticos, e no espaço planetário, sem que haja a antiga ‘territorialidade’, local de produção, da fábrica ou da fazenda, de residência dos trabalhadores, dos espaços de

²⁵ A consulta do nome Elsevier, no site <https://dowbor.org>, abre uma série de artigos sobre o tema.

²⁶ Gorz, Op. Cit. Voltaremos ao tema na terceira parte do presente estudo.

socialização. O fenômeno se manifesta de forma particularmente ampla nas áreas hoje imbricadas de comunicação e de informação, como vemos nos gráficos abaixo:²⁷



Vemos aqui o peso da plataforma Facebook (Meta), que atinge praticamente 3 bilhões de usuários (chegando a quase 4 em 2024). Youtube, da Alphabet (Google) atinge 2,3 bilhões, WhatsApp (Meta também) 2 bilhões, ultrapassando populações como a da China ou da Índia. O gigantismo está ligado à característica técnica básica, de que sinais magnéticos circulam no planeta de forma quase instantânea, são um aporte gratuito da natureza (as ondas eletromagnéticas), mas a dominação do mais forte se torna rapidamente planetária. Resultam os chamados ‘monopólios de demanda’: temos de usar o que os outros usam, porque sem isso não comunicamos, além do fato de

²⁷ TNI – Transnational Institute – Big Tech: the rise of GAFAAMT - <https://www.tni.org/en/big-tech-the-rise-of-gafaamt> (Acesso 9 de abril de 2023) – Ver também <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/estudo-especial-a-captura-da-tecnologia/>

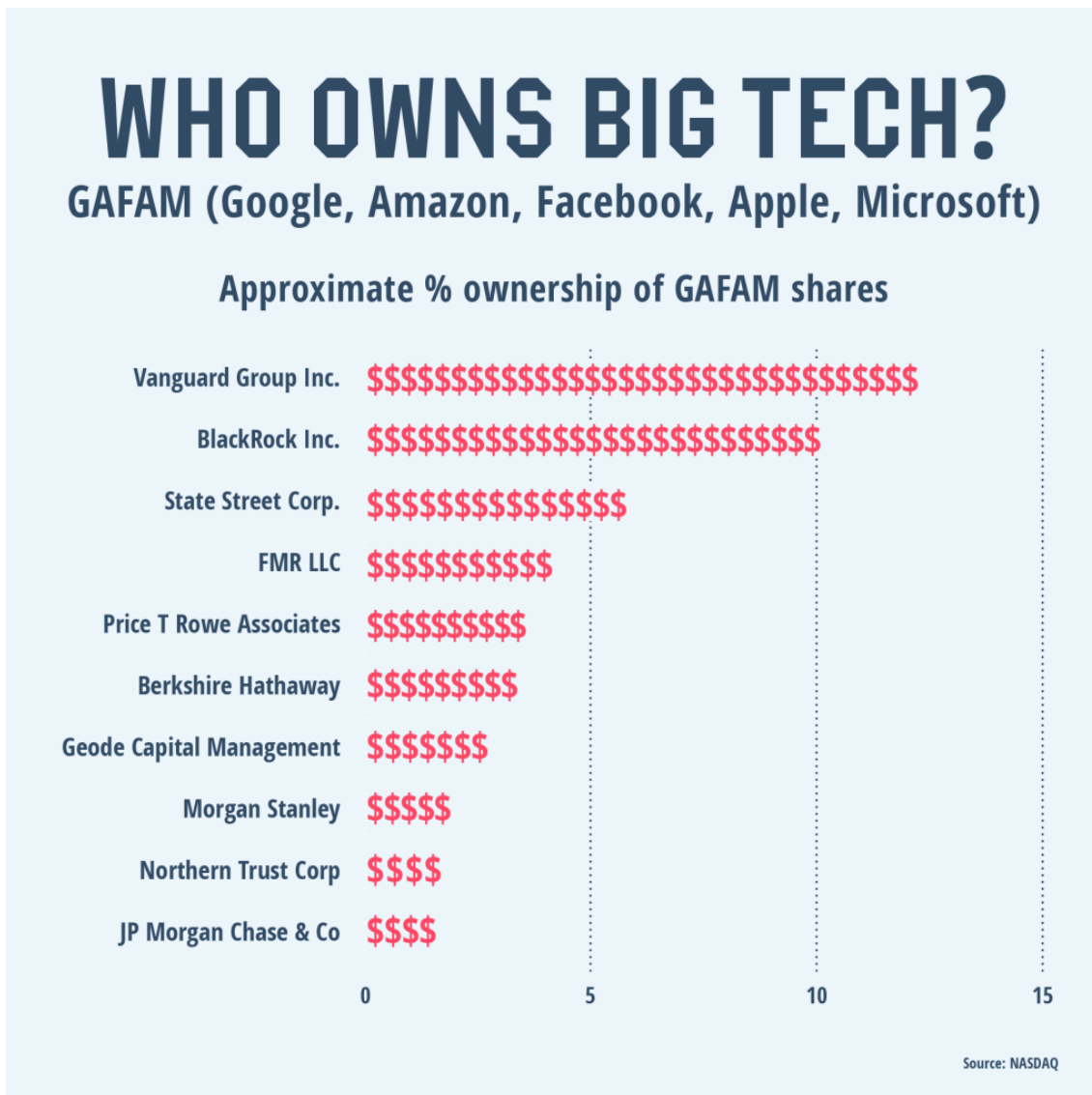
comprarem qualquer concorrente que tente abrir espaço. Têm alcance planetário, e são extremamente concentrados:



O grau de oligopolização das atividades fica evidente, e aqui também se trata do imaterial, de sinais magnéticos, navegação de comunicação e informação em que os volumes, na era dos computadores modernos, deixam de ser um problema. A indústria da comunicação e da informação torna-se dominante, gerando inclusive a tão estudada batalha pelo tempo de atenção das pessoas, com o crescente caos de informações reais, fake-news, marketing comportamental e sistemas de vigilância baseadas na invasão das comunicações pessoais. A dominância norte-americana é avassaladora.

Mais impressionante ainda é a gradual osmose dos subsistemas da economia imaterial, de sinais magnéticos, quer representem dinheiro, conhecimento, informação ou comunicações, tendo todos em comum, neste eixo principal para onde se orienta a economia e a apropriação de valor, o fato de banharem o planeta, de atingirem qualquer

pessoa, e de serem controlados por um número restrito de megacorporações. Interessante neste sentido que a Amazon trabalhe com acesso de informações a terceiros, além da intermediação comercial, enquanto por sua vez a própria Amazon, mas também Google, Facebook, Apple, Microsoft são em parte controladas pelos três maiores gigantes financeiros, BlackRock, Vanguard e State Street. Forma-se assim um universo de controle multisetorial, de impacto planetário.



E não é secundário que também sejam predominantemente norte-americanos, e conectados com a NSA e outros sistemas de informação política e militar, gerando a guerra contra a Huawei, a Tiktok e outras corporações chinesas: os ‘mercados’ se tornaram mais políticos, a política se torna ainda mais ferramenta das corporações. Gerald Epstein insiste nesta dimensão: “Os Estados Unidos se tornaram um dos países mais “financeirizados” do planeta e essa dominação financeira reforça a dominação do papel internacional do dólar. É importante o fato que a causalidade também se inverte: ter o

dólar como moeda internacional chave também reforça o papel, os lucros e o poder das finanças dos Estados Unidos no mundo...O predomínio das finanças e do aventureirismo militar americano que são ajudados pelo dólar é doentio para o mundo.”²⁸ São desequilíbrios geopolíticos estruturais.

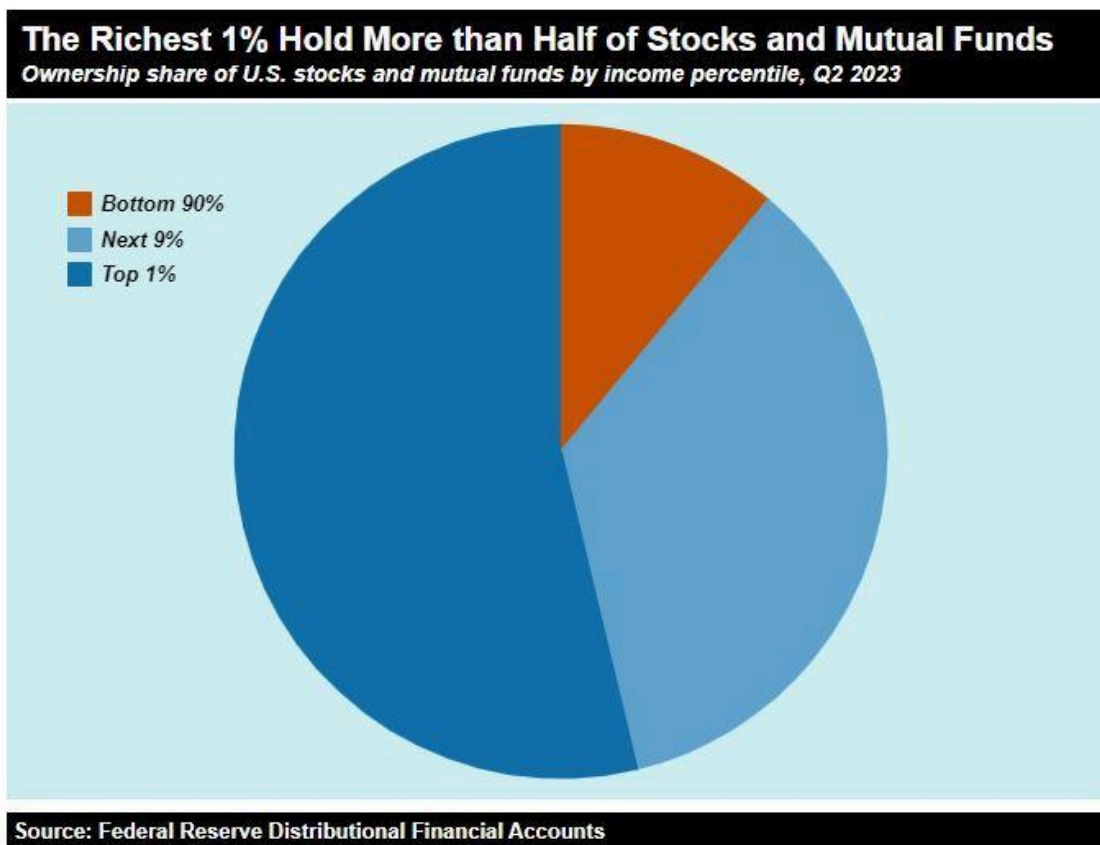
Em outros termos, ao rentismo que drena os recursos para os acionistas no topo da pirâmide financeira mundial, temos de acrescentar o controle algorítmico das pessoas, e a submissão do universo produtivo à lógica do *shareholder*; um universo extremamente concentrado, e cada vez menos do *stakeholder*. Trata-se da forma de apropriação do excedente e dos controles políticos correspondentes. O rentismo se transforma em modo de produção. Não substitui as empresas tradicionais, sejam industriais, agrícolas ou de diversos tipos de serviços, ou ainda planos de saúde ou universidades, ou mesmo comportamentos individuais, mas as submete à sua lógica. Não constitui apenas um dreno de recursos e a formação de uma poderosa elite rentista global: altera em profundidade como nos organizamos como sociedade.

Igualmente importante é o impacto ambiental que essas empresas geram, e cujos custos recaem sobre todos nós. As corporações tratam esses custos como “externalidades”, ou seja, se desresponsabilizam. Podemos usar o exemplo dos plásticos, com cinco empresas que desempenham um papel central, entre as quais Nestlé, Philip Morris International, Altria, Coca-Cola, PepsiCo. “Apesar de muitas dessas empresas terem tomado medidas voluntárias para melhorar o seu impacto de poluição de plástico, os peritos deste estudo consideram que não funcionam. A produção de plástico dobrou desde o início de 2000 e os estudos mostram que apenas 9% do plástico é reciclado.”²⁹ Os imensos custos de poluição e contaminação são repassados para nós, as empresas ficam com o lucro líquido. Quem entra num supermercado não tem opção. Isso se aplica a tantos setores. As corporações não conhecem o desastre que estão gerando? Sugerem que os consumidores são os responsáveis. Quem carrega as externalidades somos nós. Os dividendos mandam.

Como as pessoas em geral não se dão conta a que ponto os drenos financeiros concentram a renda e a riqueza, colocamos aqui um gráfico que mostra a quem o sistema financeirizado, extraindo recursos por meio de ações e títulos diversos, aproveita: quem são efetivamente os *shareholders*:

²⁸ Gerald Epstein - Entrevista com J. Polychroniou, Truthout, 17 de julho de 2023 - https://truthout.org/articles/is-the-us-dollar-on-the-verge-of-being-dethroned-as-the-worlds-currency/?utm_source=Truthout&utm_campaign=eaacc233d2-EMAIL_CAMPAIGN_3_20_2023_13_41_COPY_05&utm_medium=email&utm_term=0_bbb541a1db-650285113&mc_cid=eaacc233d2&mc_eid=8bdd0e8eb - Gerald Epstein é um dos melhores analistas das fraturas financeiras atuais, ver em particular *Busting the Bankers' Club: finance for the rest of us* – University of California Press, Oakland, 2024 - <https://dowbor.org/2024/02/busting-the-bankers-club-finance-for-the-rest-of-us.html>

²⁹ The Guardian, April 24, 2024 – *Survey finds that 60 firms are responsible for half of the world's plastic pollution* - <https://www.theguardian.com/environment/2024/apr/24/survey-finds-that-60-firms-are-responsible-for-half-of-worlds-plastic-pollution>



Fonte:

<https://public.tableau.com/app/profile/ips.inequality/viz/StocksFundsbyIncome-Oct2023/Dashboard1>

O exemplo é dos Estados Unidos, mas é representativo. Mais escuro, o 1% dos mais ricos detém o grosso das aplicações, os 9% seguintes, a classe média-alta, mais de 30%, e o que está nas mãos dos 90%, a imensa maioria, é pouquíssimo. Trata-se de um mecanismo de apropriação de riqueza muito mais concentrador do que a exploração salarial. O rentismo se sobrepõe à extração de mais-valia por baixos salários, aprofundando de maneira radical a desigualdade, mas também gerando as catástrofes ambientais que constatamos. Os algoritmos são programados para maximizar o retorno financeiro. Quem faz aplicações mais modestas pouca informação tem sobre os impactos sociais e ambientais das suas opções. Os 9% aqui mencionados constituem uma *buffer-class*, uma classe-média alta que dá aparências de legitimidade ao sistema, de que não se trata apenas de grandes fortunas. Nos 9%, estão ainda os gerenciadores técnicos do novo sistema, também bem remunerados. Quanto aos 90%, eventuais pequenos aplicadores, acharão um escândalo a Petrobrás (ou equivalentes americanos) moderar os dividendos privados, com pouca compreensão do que está em jogo, o que gera uma base de apoio político de baixo custo.

Henry Ford produzia carros, que eram úteis, e dizia que bons salários eram necessários para os consumidores comprarem os produtos. Explorava, mas gerava empregos, carros, e impostos para o Estado poder assegurar infraestruturas (e estradas), bem como políticas sociais. O presente sistema é estruturalmente diferente. Eles não precisam que você tenha mais dinheiro para comprar ações. Eles mesmos compram. E você vai pagar nos preços. Mas se chamam de “investidores”.

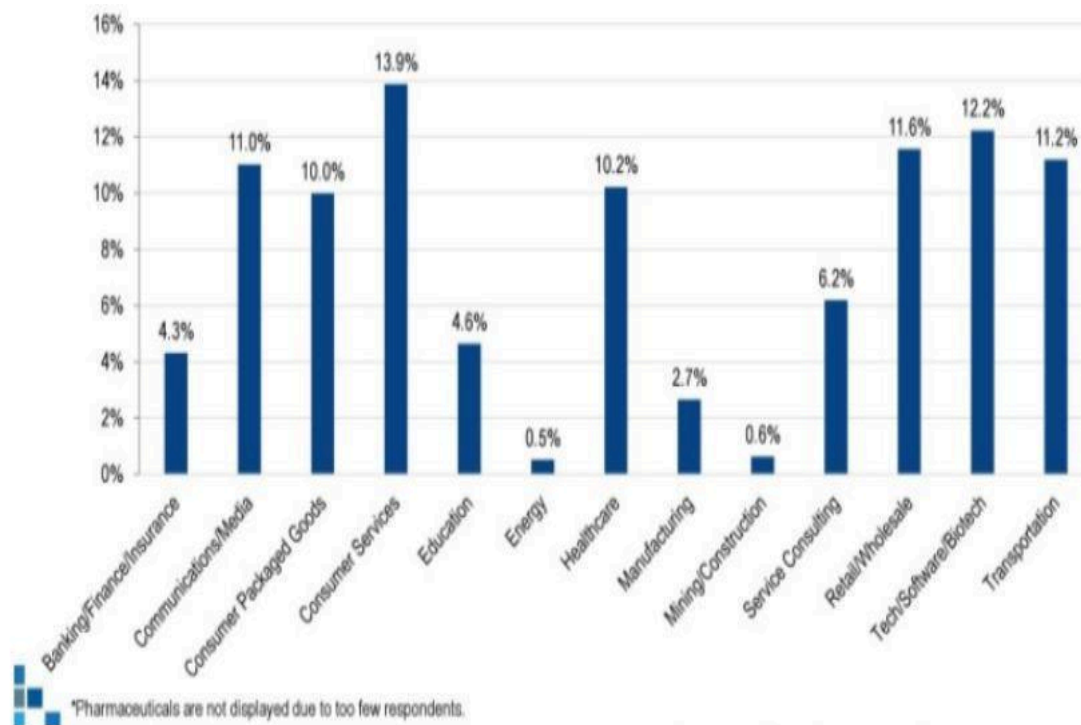
3 - A manipulação capilarizada: os eixos de mudança

Constatamos a extrema concentração no topo, e a osmose dos diversos subsistemas que têm em comum o fato de manejarem apenas sinais magnéticos, massa virtual em que banha o planeta. Mas também é preciso insistir no fato dos algoritmos e da inteligência artificial permitirem uma capilaridade que atinge cada indivíduo no mundo. Para a capacidade moderna de computação, 8 bilhões de pessoas não representam uma massa incalculável, tornam-se indivíduos isoláveis, fontes de informação, e clientes, quer queiram quer não. O sistema Experian permite que o gerente da sua conta no banco tenha informações detalhadas sobre a sua situação financeira, e o seu custo de crédito será ajustado segundo os interesses do banco. E foi legalizado.³⁰

A faxineira que me presta serviços uma vez por semana, contratou um plano privado de saúde, NotreDame, que tem entre os seus acionistas a BlackRock: uma parte do salário de uma pessoa modesta da periferia de São Paulo é transferida em frações de segundos, pelos algoritmos, para acionistas nos Estados Unidos e outros países. Ao tomar um Uber na minha cidade, pago ao motorista, mas automaticamente boa parte do que pago vai para acionistas internacionais, preço exorbitante pago para pertencer a uma rede que permite estar conectado. Ao pagar uma compra com cartão, na modalidade crédito, cerca de 5% do valor da minha compra vai para intermediários financeiros, Visa ou outro. Se procuro algo no computador, não consigo me mexer se não estiver o tempo todo autorizando alguma rede a instalar cookies, entrando no sistema global de dreno de informações pessoais. Gerou-se assim um sistema de micro-drenagem de recursos e de informações pessoais de bilhões de pessoas de qualquer parte do mundo, inclusive dos mais pobres. Somos uma unidade no sistema planetário de comunicação e informação. Presos nesta teia de aranha, pagamos a cada passo, tanto em custos como em tempo da nossa atenção, gerando inclusive o cansaço do que tem sido chamado de sobrecarga sensorial.

³⁰ Ver Juliana Oms (Org.) – *O consumidor na era da pontuação de crédito* – IDEC, Belo Horizonte, 2022

Marketing spending as percent of company revenues - 2018³¹



Fonte: <https://merehead.com/blog/average-marketing-budget-different-business-areas/>

Todos os custos da publicidade que me invade por todo lado e por todo meio estão incluídos nos preços que eu pago pelos produtos. Na TV me dizem que o programa é gentilmente oferecido por determinada empresa, mas esquecem de dizer que sou eu que pago para que interrompam o programa, em qualquer compra. Em 2021, 97,5% dos rendimentos da Meta (Facebook) vêm da publicidade. Como a mídia comercial se torna dependente das empresas que pagam a publicidade, o resultado é que o conjunto dos sistemas de informação, inclusive os noticiários, se tornam enviesados. Nós os pagamos para que nos convençam. Não se trata aqui de informação sobre produtos, e sim de influenciar comportamentos em geral. Com as horas que passamos vendo telas e telinhas, tornamo-nos prisioneiros de um sistema que pesa nos nossos bolsos, e também na cabeça.³²

Uma dimensão muito importante é a lógica básica dos sistemas de informação que se financiam com publicidade: o retorno depende da maximização de engajamento, de atenção, o que leva a mídia em geral, em particular a mídia social, a privilegiar notícias que mais atraem, e se trata em geral de violência, sexo, promoção de ódio e semelhantes. A dimensão de enriquecimento cultural, ou de informação política isenta, perde-se no dilúvio de bobagens e superficialidades, conquanto mexam com as emoções. Max Fisher realizou uma pesquisa fundamental sobre o sistema, no livro *A*

³¹ Ivanna Shepetyuk – *What is the average marketing budget by industry* - Merehead, March 14, 2023, <https://merehead.com/blog/average-marketing-budget-different-business-areas/>

³² Sobre a transformação do marketing de informação comercial para manipulação comportamental, ver <https://dowbor.org/2022/10/o-marketing-da-alienacao-total.html>

máquina do caos.³³ A maximização do lucro e dos dividendos casa mal com divulgação de ciência e de cultura. Isso quando a sociedade necessita vitalmente de informação adequada sobre os nossos grandes desafios, para que as mudanças se tornem possíveis.

A Amazon começou prestando serviços comerciais, mas entendeu que a sua dominância do mercado lhe permitia se tornar o intermediário obrigatório como plataforma de serviços virtuais, com o AWS (Amazon Web Service) e FBA (Fulfillment by Amazon): “AWS como FBA são o fruto da Amazon ter construído infraestruturas cruciais para a entrega dos seus próprios serviços, e então ter tornado essas infraestruturas de serviços, entregas disponíveis comercialmente – podemos dizer, alugando-as para fora – a terceiros para a entrega dos *seus* serviços. Ambos são, neste sentido, rentistas de infraestruturas...A Amazon controla infraestruturas críticas para a economia da internet – de formas que seria difícil novos interessados (*entrants*) replicar ou tentar enfrentar com competição”³⁴

Quando se atinge uma situação de monopólio, pode ser cobrar preços muito além dos que seriam praticados num mercado competitivo, do capitalismo concorrencial. “No ano fiscal de 2021, as “big tech” tiveram um crescimento combinado de 27%, de um ano para outro.” Esses ganhos aparecem nos preços que pagamos. A tabela abaixo mostra os avanços dos cinco grandes (GAFAM):³⁵

Company	Revenue (FY 2020)	Revenue (FY 2021)	Growth (YoY)
Apple	\$274.5 billion	\$365.8 billion	33%
Amazon	\$386.1 billion	\$469.8 billion	22%
Alphabet	\$182.5 billion	\$257.6 billion	41%
Microsoft	\$143.1 billion	\$168.1 billion	17%
Meta	\$86.0 billion	\$117.9 billion	37%
Combined	\$1.1 trillion	\$1.4 trillion	27%

Fonte: Visual Capitalist - <https://www.visualcapitalist.com/how-big-tech-makes-their-billions-2022/>. O YoY (Year on Year) representa os ganhos anuais

Não se trata de “mercados” no sentido de concorrência para prestar melhores serviços com melhores preços. Os números acima são possíveis pelo efeito de “monopólio de demanda”: os usuários são obrigados a utilizar o que os outros utilizam, condição básica da comunicação. Eu na ONU utilizada o Wordperfect, mas tivemos de passar para o Word da Microsoft, pois se tornou dominante. E cobra o que quer, de pessoas e empresas no planeta todo.

Isso é particularmente visível na apropriação privada de infraestruturas. Um produtor precisa escoar o seu produto, mas não vai poder escolher que ferrovia vai utilizar em função das tarifas, nem em que rede de energia vai se conectar. As redes de infraestruturas, transportes, energia, telecomunicações, e água e saneamento constituem redes de âmbito nacional e frequentemente internacional, e onde funcionam de maneira adequada são planejadas e geridas por instituições públicas: propriedade privada e

³³ Max Fisher – *A máquina do caos* – Ed. Todavia, São Paulo, 2023

³⁴ Brett Christophers – *Rentier Capitalism* – Verso, 2020, pp. 278 e 323

³⁵ Carmen Ang – Visual Capitalist – 25 de abril de 2022 - <https://www.visualcapitalist.com/how-big-tech-makes-their-billions-2022/>

‘liberdade econômica’, quando não há concorrência, levam a abusos. É propriedade privada, mas não mercado. Perde o objetivo do interesse público, e não tem os benefícios da concorrência.

Christophers, no capítulo sobre rentismo de infraestruturas privatizadas no Reino Unido, apresenta esse ‘dinheiro de monopólio’: “Entre 2010 e 2015, as margens de lucro operacionais no setor estiveram entre um nível baixo de 41% e alto de 56%, com uma média ponderada de 51,5%.”(323) Isso gerou sem dúvida lucros impressionantes para as corporações que passaram a controlar as infraestruturas, mas depois de décadas de desmandos a Grã-Bretanha está ré-estatizando ferrovias e outros setores, tal como Paris, Berlim e tantos outros ré-estatizaram a gestão de água. A privatização em setores não concorrenciais leva a um rentismo improdutivo. Todos pagamos por isso. E pagaremos, por exemplo com a privatização da Eletrobrás e da Sabesp.³⁶

Não se trata apenas de preços, mas também de perda de produtividade sistêmica. Na França, por exemplo, segmentos privatizados desativaram ramais ferroviários menos produtivos, em regiões menos povoadas, gerando isolamento e protestos. Faz todo sentido o Estado levar infraestruturas para regiões menos desenvolvidas, ainda que com perdas durante um tempo, justamente para dinamizá-las e equilibrar o desenvolvimento territorial. A combinação de facilidade de elevar preços em situação de monopólio, com objetivo de maximização de lucros para os acionistas, em vez de gerar economias externas para produtores em escala mais ampla, leva a rentas elevadas e baixa produtividade sistêmica. Em termos de impactos para a sociedade, são simplesmente incompetentes, pela incapacidade de se articularem de maneira inteligente em proveito do bem comum.

A área de recursos naturais é particularmente sensível. Raymond Baker traz dados sobre diversas partes do mundo, inclusive da região amazônica: “Estima-se que 50% a 90% da madeira na Amazônia é cortada sem autorização. Na Indonésia, cerca de 50%, e na Rússia, com as maiores florestas de coníferas do mundo, 25%...Global Witness, que tem examinado extração ilegal de madeira há décadas, estima que o financiamento de projetos de agricultura na Amazônia vem do Deutsche Bank, Santander, BlackRock, American Capital Group e outros.”(46)³⁷ Grupos financeiros internacionais obtêm renda a partir da apropriação de florestas que não precisaram plantar, apenas financiam e cobram dividendos de quem extrai. Isso vale evidentemente para minérios, petróleo, água e outros recursos naturais que levam não só à apropriação de recursos naturais, ou seja, que são da natureza, não ‘produzidos’, mas também levam a um conjunto de deformações políticas, na medida em que corporações globais passam a pressionar ou derrubar governos na batalha pelo acesso.

A reprimarização do Brasil, o próprio golpe de Estado de 2016, mas também as tragédias do Congo ou da Indonésia, fazem parte deste conjunto de atividades que não são propriamente produtivas, e constituem essencialmente a apropriação privada de

³⁶ Joseph Stiglitz traz com força a importância dos bens públicos (*public goods*): “A mudança da natureza da nossa sociedade e da nossa economia exige mais intervenção e investimentos governamentais hoje do que no passado, e conseqüentemente, taxas mais elevadas de impostos e mais regulação”. *The Road to Freedeom: economics and the good society*, W.W.Norton, New York, 2024, p. 91

³⁷ Raymond W. Baker – *Invisible Trillions: How financial secrecy is imperiling capitalism and democracy – and the way to renew our broken system* – BK, Oakland, 2023

bens naturais, com empresas de extração sem dúvida, em geral terceirizadas, mas antes de tudo controladas por grupos financeiros mundiais e os seus acionistas, que por sua vez se associam com grupos empresariais e políticos locais, assegurando a legislação correspondente aos seus interesses, como no caso da Lei Kandir no Brasil (1996), que isenta de impostos exportações primárias. Neste setor como em outros, acima dos executores locais das políticas extrativas, encontramos os donos de ações que recebem dividendos em qualquer parte do mundo. Os desastres de Brumadinho e de Mariana, com a Vale e a Samarco privatizadas, mostram a priorização dos lucros financeiros sobre a capitalização e reinvestimento na empresa. Hoje é o rentismo que estrutura o setor produtivo, e sua matéria prima são apenas sinais magnéticos.

Há ainda o rentismo tradicional, como no caso dos imóveis, mas que adquiriu novas dimensões. Christophers cita um comentário do Churchill a este respeito: “Estradas são construídas, ruas são construídas, serviços são melhorados, a luz elétrica muda a noite para o dia, a água é trazida de reservatórios a cem milhas de distância nas montanhas – e o tempo todo o proprietário do imóvel (*landlord*) fica sentado. Cada uma dessas melhorias é realizada com trabalho e custo para outras pessoas e contribuintes. O proprietário monopolista, como monopolista do solo, não contribui com nenhuma dessas melhorias, e, no entanto, com cada uma delas o valor da sua propriedade aumenta.”(Christophers, p.351) Hoje são empresas financeiras que adquirem o solo e habitações nas mais diversas partes do mundo, elevando os alugueis, adquirindo bairros inteiros. Não estão contribuindo para que pessoas tenham mais residências, ou agricultores mais acesso ao solo, geram um mercado financeiro baseado nas valorizações futuras, uma grande rede que gera fortunas especulativas e aumento generalizado dos custos para a população. O imóvel se torna “um puro ativo financeiro.” (Christophers, p.358) Não usam nem deixam usar. O Brasil tem 12 milhões de imóveis vazios, e milhões de pessoas desabrigadas. Dos 351 milhões hectares de estabelecimentos agrícolas do país, apenas 63 milhões são cultivados, segundo o Censo de 2017.³⁸ Voltaremos ao tema mais adiante.

A privatização e controle corporativo das políticas sociais constitui outra área que se transformou em sistema especulativo. Lembremos que essa área se agigantou nas últimas décadas. Só a saúde representa nos Estados Unidos em torno de 20% do PIB, muito superior à própria indústria. Apresentei acima a forma como a BlackRock drena uma parte do que eu pago à minha faxineira, através do plano de saúde NotreDame. Mas me interessei no desvio do meu próprio salário de professor universitário. A minha universidade me inscreveu no plano de saúde Sulamérica, descontando do meu salário cerca de 5.500 reais mensais. A Sulamérica por sua vez foi comprada pela Rede D’Or, outro grupo financeiro, que juntou uma fortuna de 27 bilhões de reais, e tem entre os seus acionistas importante fundo financeiro de Cingapura, GIC. Assim parte do meu salário migra automaticamente para Cingapura, alimentando acionistas com lucros astronômicos. Esses lucros financeiros podiam ser investidos em saúde, e no Brasil. Pela desproporção entre o que alocam, e o quanto retiram, trata-se de um dreno.

³⁸ Detalhamos a subutilização de fatores de produção no Brasil no livro *Resgatar a Função Social da Economia*, Ed. Elefante, 2023 - <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

Um exemplo clássico nesta área é o dos Estados Unidos, onde a saúde se tornou um setor econômico gigantesco, e um exemplo mundial de ineficiência: representa o maior custo por pessoa por ano hoje entre os países da OCDE, mais do dobro do custo no Canadá, por exemplo. O Canadá está entre os primeiros em termos de nível de saúde da população, os Estados Unidos entre os últimos. A facilidade com a qual se atinge este nível de rentismo na saúde está ligada à insegurança das pessoas relativamente a uma eventual situação crítica que exija grandes investimentos. O rentismo navega aqui na insegurança das famílias. Comparação igualmente interessante é entre a Dinamarca e a Suíça, esta última com o sistema de saúde em grande parte privatizado: com custos muito menores, a Dinamarca atinge resultados superiores.³⁹

Particularmente importante é o exemplo da educação, onde a privatização avança com rapidez, em particular navegando na transformação mundial da economia: o principal fator de produção, na era tecnológica, é o conhecimento, por sua vez matéria prima da educação. A educação se tornou um ativo financeiro. A tabela abaixo mostra o peso dos grupos privados, aqui chamado de “mercado de graduação”, com receita líquida de 58 bilhões de reais em 2022, e extrema concentração.

³⁹ L. Dowbor – *The Global Health Management Challenges* – Meer, May 2024 - <https://dowbor.org/2024/05/the-global-health-management-challenges.html>

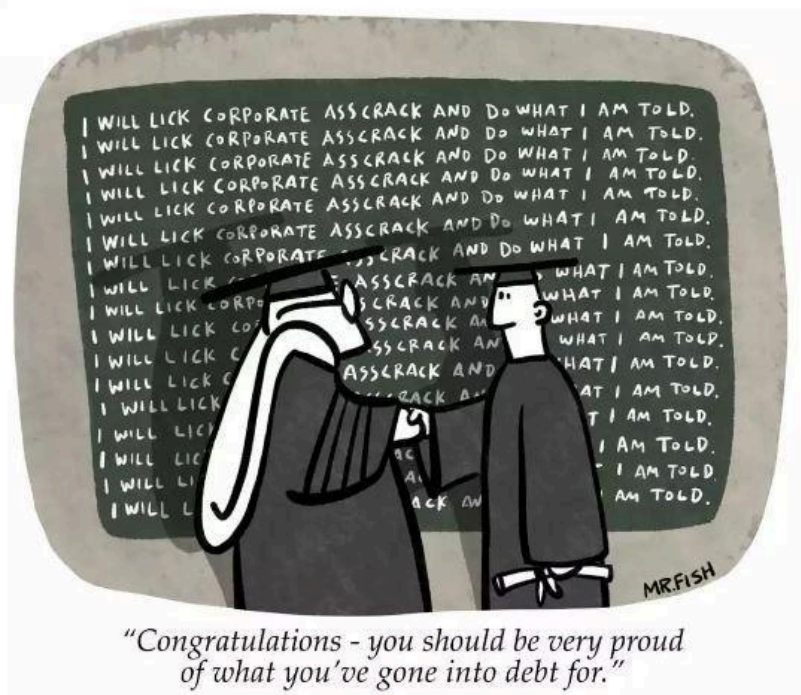
Estudo Hoper sobre Estimativas de Receita Líquida e Participação de Mercado de Graduação Maiores Grupos Consolidadores Privados do Brasil - 2022					
Ranking de Matrículas	Grupo Consolidador	Matrículas Privadas Estimadas 2022 (Graduação Presencial + EaD)	Participação no Mercado (Market Share)	Estimativa de Receita Líquida ¹ (em milhões)	Participação da Receita Líquida no Setor
1	Kroton	896.495	13,0%	R\$ 3.346,68	5,8%
2	Vitru Educação	717.200	10,4%	R\$ 1.249,30	2,1%
3	YDUQS	707.300	10,2%	R\$ 4.355,20	7,5%
4	Unip	484.988	7,0%	R\$ 2.052,70	3,5%
5	Ânima	331.400	4,8%	R\$ 3.387,70	5,8%
6	Cruzeiro do Sul Educacional	365.700	5,3%	R\$ 1.967,45	3,4%
7	Ser Educacional	262.449	3,8%	R\$ 1.605,14	2,8%
8	Uninove	167.397	2,4%	R\$ 1.216,93	2,1%
9	Afya	58.200	0,8%	R\$ 2.241,83	3,9%
Total 9 Maiores Consolidadores		3.991.129	57,8%	R\$ 21.422,94	36,9%
Outras IES		2.916.871	42,2%	R\$ 36.712,26	63,1%
Total do Setor Privado em 2022		6.908.000	100,0%	R\$ 58.135,20	100,0%

¹Valores referentes à graduação presencial e a distância. Quantidade de IES pertencentes a cada grupo educacional: Kroton: 112; Vitru Educação: 20; YDUQS: 103; Unip: 27; Ânima: 33; Cruzeiro do Sul Educacional: 12; Uninove: 10; Afya: 31.

Tabela 4.1 – Fonte: Hoper Educação.

O endividamento generalizado da nova geração, para conseguir os diplomas, gera uma nova crise mundial: com a educação privatizada, os jovens chegam na idade de trabalhar atolados na dívida estudantil, que os amarra durante décadas. E já estão se atolando no aluguel que explode ou na dívida imobiliária. Os ‘investidores’ são frequentemente os mesmos.⁴⁰

⁴⁰ Beatriz Blandy e Ladislau Dowbor – *A financeirização da educação brasileira e seus impactos – 2023* - <https://dowbor.org/2023/04/a-financeirizacao-da-educacao-brasileira-e-seus-impactos.html> ; Tom Malleson é direto: “Uma das mais importantes facetas de igualdade de oportunidades é o acesso igualitário à educação de alta qualidade. O fato do acesso à educação, particularmente no nível universitário, continuar a ser um privilégio de classe em numerosos países é profundamente odioso.”(Malleson, p.129) Não assegurar aos jovens a possibilidade de adquirirem ferramentas de maior produtividade social constitui uma burrice econômica impressionante. Não são gastos, são investimentos.



(“Parabéns: você deve estar muito orgulhoso de para que se endividou” No quadro: “Vou lamber a bunda das corporações e fazer o que me mandam”)

Outro mecanismo importante da evolução do capitalismo para o rentismo, é o caso de patentes, copyrights, diversas formas de controle do conhecimento por grupos financeiros que cobram direitos de acesso. Na concepção inicial da proteção de direitos intelectuais, tratava-se de assegurar remuneração privilegiada para o inventor de novos processos ou para o escritor, de forma a estimular os avanços científicos e culturais. Hoje patentes imobilizam uma tecnologia por 20 anos, o que há um século atrás poderia ser razoável, mas no ritmo moderno de avanços técnicos representa um latifúndio, claramente visto durante o desastre do acesso a vacinas durante a Covid-19. Os direitos autorais se expandiram, mas são essencialmente das empresas editoras, não dos autores, e teremos acesso aberto aos livros de Paulo Freire apenas em 2067. Com a centralidade do conhecimento no conjunto das transformações econômicas, sociais e culturais no planeta, a guerra por dificultar o acesso está no centro de mais um mecanismo rentista. Com o *Open Access*, *Creative Commons* e outros mecanismos abertos de divulgação do conhecimento, poderíamos ter uma generalização radicalmente nova de acesso mundial ao conhecimento.⁴¹

⁴¹Ver Lawrence Lessig - *The Future of Ideas: the fate of the commons in a connected world* – Random House, New York, 2001 - <https://dowbor.org/2004/06/the-future-of-ideas.html> - Livro disponível em pdf: <https://ia800504.us.archive.org/35/items/TheFutureOfIdeas/TheFutureOfIdeas.pdf>

Ao nos referimos sempre ao capitalismo, sem ver as transformações, ou apenas vendo-as como modificações do mesmo sistema, continuamos a acreditar que se trata, bem ou mal, do sistema menos ruim. De certa forma, aceitamos os absurdos do enriquecimento improdutivo, da invasão da nossa atenção, da apropriação indébita generalizada, ao considerar que se trata de defeitos do sistema capitalista, corrigíveis. E a exploração generalizada, a desigualdade explosiva e a destruição das bases naturais da nossa sobrevivência se recobrem de uma legitimidade passada. Como vimos acima, não se trata de defeitos do sistema, mas de um sistema defeituoso. Veremos em seguida uma dimensão essencial dessas novas dinâmicas, o controle do principal fator de produção, o conhecimento.

PARTE II – O CONHECIMENTO COMO PRINCIPAL FATOR DE PRODUÇÃO

“If nature has made any one thing less susceptible than all others of exclusive property, it is the action of the thinking power called an idea”⁴²

Thomas Jefferson, 1813

“The goal of copyright is to encourage the production of, and public access to, cultural works. It has done its job in encouraging production. Now it operates as a fence to discourage access.”⁴³

James Boyle, 2008

Openness is science and technology’s cardinal ideology. What is known must be shared; what is discovered must be published. Science and technology live and breathe on free debate and the open sharing of information, to the extent that openness has itself grown into a powerful (and amazingly beneficial) incentive.”⁴⁴

Mustafa Suleyman, 2023

⁴² “Se a natureza fez alguma coisa menos suscetível do que qualquer outra de constituir propriedade exclusiva, é a ação do poder do pensamento que chamamos de ideia”.

⁴³ “O objetivo do *copyright* é de encorajar a produção e acesso a obras culturais. Desempenhou o seu papel encorajando a produção. Agora opera como uma cerca para impedir o acesso” – (Boyle, p. 224)

⁴⁴ “A abertura é a ideologia central (*cardinal*) da ciência e da tecnologia. O que é sabido deve ser compartilhado; o que é descoberto deve ser publicado. Ciência e tecnologia vivem e respiram no debate livre e compartilhamento aberto da informação, ao ponto que a abertura (*openness*) em si se tornou um incentivo poderoso (e impressionantemente benéfico). – (Suleyman, p. 127)

As ondas eletromagnéticas em que circula a economia imaterial são da natureza, gratuitas. As tecnologias foram essencialmente desenvolvidas pelos sistemas públicos, com Alan Turing na II Guerra Mundial, o DARPA americano para a Internet, o WWW pelo CERN europeu. A base universal de informações do planeta, por sua vez, matéria prima das plataformas e da IA, é simplesmente apropriada, sem pagamento. E se apropriam das nossas informações privadas também gratuitamente. Mas pagamos preços de monopólio pelo uso, diretamente nos preços e indiretamente pela publicidade, além de sermos manipulados pelo oligopólio. Faz sentido sim estudar novas regras do jogo capazes de assegurar um lugar ao sol aos diversos participantes do processo. O acúmulo científico nesta área, durante as décadas recentes, é impressionante, e ajuda a desenhar uma visão de conjunto.⁴⁵

O eixo central de geração de valor desloca-se do conteúdo material, dos bens e serviços, para o conteúdo de conhecimento incorporado aos processos produtivos. Com isso criou-se uma batalha ideológica e econômica em torno do direito de acesso ao conhecimento. O potencial do acesso livre e praticamente gratuito ao conhecimento e à cultura que as novas tecnologias permitem é uma benção, e sua apropriação privada e centralizada é que constitui um desafio. Pode se tornar um vetor fundamental de redução dos desequilíbrios sociais e da generalização das tecnologias necessárias à proteção ambiental do planeta.

1 – O conhecimento como fator de produção

Para as grandes corporações, as novas tecnologias implicam numa pirâmide mais alta, com o poder central estendendo dedos mais compridos para os lugares mais distantes, graças ao poder da conectividade de transmitir ordens mais longe. Implicam também numa forte presença planetária de poder repressivo visando o controle da propriedade intelectual crescentemente apropriada pelas próprias empresas transnacionais. Às “tele-comunicações” corresponde uma “tele-gestão”, gestão à distância, global, que gerou por exemplo o poder descontrolado dos grandes intermediários financeiros, na era do dinheiro virtual, em escala planetária. A corporação da informação e do conhecimento, que por definição trabalha com uma matéria prima não material, navega com conforto neste ambiente. Vistas por este ângulo, as novas tecnologias aparecem como uma oportunidade maior de controle e de apropriação.

Olhando de outra perspectiva, as mesmas tecnologias que favorecem a globalização podem favorecer os espaços locais, as dimensões participativas, uma conectividade democrática. Para nós usuários não corporativos, estas tecnologias permitem uma rede mais ampla e mais horizontal, com cada localidade – mesmo pequena – recuperando a sua importância ao cruzar a especificidade dos interesses locais com o potencial da colaboração. A apropriação local do potencial de conectividade representa uma

⁴⁵ “Até o navegador, (*browser*) foi uma invenção financiada com recursos públicos. Apesar de ter sido desenvolvido como resultado de gastos públicos, foi, na realidade, entregue ao setor privado, que tem realizado lucros enormes em consequência.” (Stiglitz, 2024, p.72) Ver a lista de aportes públicos em *O Estado Empreendedor*, de Mariana Mazzucato, <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunkiong-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>

dinâmica de democratização. São as redes colaborativas locais. Para as corporações, a base tecnológica é a mesma, mas a materialização política é inversa. Dedos mais longos das mesmas corporações não descentralizam nada, apenas significam que a mesma mão tem alcance maior, que a manipulação se dá em maior escala. Para reforçar o controle, denunciam “pirataria”, ou fazem curiosos apelos para a “ética” e para as forças repressivas do Estado, quando vêm se expandir o *Open Access*, *Creative Commons* e semelhantes. Elas que sempre apresentaram o Estado como um entrave.

O conhecimento é um fator de produção? Como se desenvolve a teoria do que Castells chamou de “novo paradigma sócio-técnico”? Castells introduz a categoria interessante de *fatores informacionais de produção*, o que nos leva a uma questão básica: o conhecimento se regula de maneira adequada através dos mecanismos de mercado, como por exemplo os bens e serviços no quadro de uma economia industrial?⁴⁶

O deslocamento do eixo principal de formação do valor das mercadorias do capital fixo para o conhecimento nos obriga a uma revisão em profundidade do próprio conceito de modo de produção. André Gorz coloca o dedo no ponto preciso ao considerar que “os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados. O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados”.⁴⁷

A teoria que corresponde à economia do conhecimento está tomando corpo. Lawrence Lessig, no seu *The Future of Ideas*, nos traz uma análise sistemática e equilibrada deste desafio maior que hoje enfrentamos: a gestão da informação e do conhecimento, e a distribuição equilibrada dos direitos. Focando de maneira precisa como se desenvolve a conectividade planetária, o autor leva cada questão – a da apropriação dos meios físicos de transmissão, a do controle dos códigos de acesso, a do gerenciamento dos conteúdos – a um nível que permite uma avaliação realista e a formulação de propostas práticas. O livro anterior dele, *Code*, já marcou época. O *The Future of Ideas* é simplesmente brilhante em termos de riqueza de fontes, de simplicidade na exposição, de ordenamento dos argumentos em torno das questões chave.⁴⁸

Andamos todos um tanto fracos na compreensão destas novas dinâmicas, oscilando entre visões tétricas do Grande Irmão, ou uma idílica visão da multiplicação das fontes e meios que levariam a uma democratização geral do conhecimento. A realidade, como em tantas questões, é que as simplificações não bastam, e que devemos fazer a lição de casa, estudar o que está acontecendo.

⁴⁶ M. Castells – *The rise of the network society*, 2009, vol. I, p. 75 – Castells considera que este novo fator de produção exige intervenção pública: “A desregulação (*deregulation*) e a privatização podem constituir elementos de estratégia de desenvolvimento dos Estado, mas o seu impacto sobre o crescimento econômico irá depender do real conteúdo dessas medidas e das suas conexões com estratégias de intervenção positiva, como políticas tecnológicas e educacionais para realçar o enriquecimento em fatores informacionais de produção do país.” (Castells, p.90) Castells é pioneiro na compreensão das mudanças sistêmicas geradas pelas novas tecnologias.

⁴⁷ André Gorz – *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* – Ed. Annablume, São Paulo, 2005, p. 21. O original francês, *L'immatériel*, foi publicado em 2003

⁴⁸ Lawrence Lessig -*The Future of Ideas: The Fate of the Commons in a Connected World* – Random House, New York, 2001, 340 p.

Tomemos como ponto de partida o fato que hoje, quando pagamos um produto, 25% do que pagamos é para pagar o produto, e 75% para pagar a pesquisa, o design, as estratégias de marketing, a publicidade, os advogados, os contadores, as relações públicas, os chamados “intangíveis”, e que Gorz classifica na ampla categoria de ‘o imaterial’. É uma cifra vaga, mas razoável, e não é a precisão que nos interessa aqui. Interessa-nos o fato do valor agregado de um produto residir cada vez mais no conhecimento incorporado. Ou seja, o conhecimento, a informação organizada, representam um fator de produção, um capital econômico de primeira linha. Não basta, portanto, referir-se de maneira tradicional à terra, capital e mão de obra como fatores de produção. Formas mais inteligentes da sua integração e articulação, permitidas pelas novas tecnologias, passam a constituir o principal fator de valorização dos processos produtivos. A que parâmetros teóricos pertence o valor “conhecimento” incorporado nos produtos?

A lógica econômica do conhecimento é diferente da que rege a produção física. O produto físico que uma pessoa entrega deixa de lhe pertencer, enquanto um conhecimento passado a outra pessoa continua com ela, e pode estimular na outra pessoa visões que irão gerar mais conhecimentos e inovações. O conhecimento faz parte do que chamamos em economia de bens “não rivais”. Em termos gerais, portanto, a sociedade do conhecimento acomoda-se mal da apropriação privada: envolve um produto que, quando socializado, se multiplica. É por isso, inclusive, que nos *copyrights* e patentes, só se fala em propriedade temporária. No entanto, o valor agregado ao produto pelo conhecimento incorporado só se transforma em preço, e conseqüentemente em lucro maior, quando este conhecimento é impedido de se difundir. Quando um bem é abundante, só a escassez gera valor de venda. A batalha do século XX, centrada na propriedade dos meios de produção, evolui para a batalha da propriedade intelectual do século XXI.

De certa maneira, forma-se uma grande tensão, entre a sociedade realmente existente cada vez mais centrada no conhecimento, e o sistema de leis baseado em produtos materiais característicos do século passado. O essencial aqui, é que o conhecimento, uma vez desenvolvido, é indefinidamente reproduzível, e, portanto, só se transforma em valor monetário quando alguém dele se apropria, impedindo que outros possam ter acesso sem pagar um pedágio, “direitos”. Para os que tentam controlar o acesso ao conhecimento, este só adquire valor de venda ao se criar artificialmente, por meio de leis e repressão e não por mecanismos econômicos, a escassez. Por simples natureza técnica do processo, a aplicação à era do conhecimento das leis da reprodução da era industrial trava o acesso. Curiosamente, impedir a livre circulação de ideias e de criação artística tornou-se um fator, por parte das corporações, de pedidos de maior intervenção do Estado. Os mesmos interesses que levaram a corporação a globalizar o território para facilitar a circulação de bens, levam-na a fragmentar e a dificultar a circulação do conhecimento. É sem dúvida liberdade econômica para a corporação, mas às custas da liberdade do usuário.

A mudança nas tecnologias da informação e da comunicação que abre as novas opções, no entanto, está articulada com mudanças tecnológicas mais amplas, que estão elevando o conteúdo de conhecimento de todos os processos produtivos, e reduzindo o peso relativo dos insumos materiais que outrora constituíam o fator principal de produção. À

medida que evoluímos para a nova geração de tecnologias de inteligência artificial, é o conjunto do referencial de análise que se desloca.⁴⁹

2 – A luta pelo controle: copyrights, patentes, acesso aberto

Não vivemos tempos normais, do “*business as usual*”. Vivemos o tempo do caos climático, da exclusão efetiva de quatro bilhões de pessoas do que o Banco Mundial chama simpaticamente de “benefícios da globalização”, da fase interminável do petróleo e da necessidade de mudança do paradigma energético-produtivo, de uma injustiça planetária que se foi acumulando e agravando – 800 milhões de pessoas com fome, um terço da população mundial ainda cozinhando com lenha, milhões de crianças morrendo de fome e de falta de acesso à água limpa e semelhantes, de meio milhão de mães que morrem anualmente de parto quando técnicas baratas e elementares são conhecidas, de milhões de pessoas que já morreram de Aids e da Covid enquanto as corporações discutem as vantagens das patentes, isto só para mencionar alguns dos nossos dramas – e que as soluções não pertencem ao passado bucólico, mas ao futuro denso em conhecimento e tecnologias que temos pela frente. As tecnologias e o conhecimento em geral devem servir antes de tudo a construir respostas a estes desafios, mas não podem ser administrados com as mesmas regras de propriedade e regulação que os bens e serviços tradicionais do século passado.

A questão do acesso ao conhecimento, portanto, um dos vetores básicos da democratização da economia e do equilíbrio planetário, tornou-se central. Restabelecer o equilíbrio entre a remuneração dos intermediários, as condições de criatividade dos que inovam, e a ampliação do acesso planetário aos resultados – objetivo estratégico de todo o processo – é o desafio que temos de enfrentar.

As novas tecnologias permitem que o conhecimento adquirido pela humanidade, sob forma de ciência, obras de arte, música, filmes e outras manifestações da economia criativa seja universalmente acessível, a custos virtualmente nulos. Trata-se evidentemente de um imenso bem para a humanidade, para o progresso educacional, científico e cultural de todos. Mas para os intermediários do acesso aos bens criativos, que controlavam a base material da sua disponibilização, houve uma mudança profunda. Em vez de se adequarem às novas tecnologias, sentem-se ameaçados, e buscam travar o uso das tecnologias de acesso, acusando quem as usa de pirataria, e até de falta de ética. Geram-se assim duas dinâmicas, uma que busca aproveitar as tecnologias para generalizar o enriquecimento científico e cultural, e outra que busca através de leis, da criminalização e do recurso ao poder do Estado, travar a sua expansão. A tecnologia torna os bens culturais cada vez mais acessíveis, enquanto as leis, por pressão organizada dos intermediários, evoluem simetricamente para cada vez mais dificultar o acesso.

O mundo corporativo está avançando de maneira dura e organizada: “Em setembro de 1995, a indústria de conteúdos, trabalhando com o Departamento de Comércio dos

⁴⁹ Uma sistematização particularmente ampla e completa dos novos desafios da IA pode ser encontrada em Mustafa Suleyman, *The Coming Wave*, Crown, New York, 2023. Suleyman foi criador do Deep Mind e executivo da Google.

Estados Unidos, começou a mapear uma estratégia para proteger um modelo de negócios frente às tecnologias digitais. Em 1997 e 1998, esta estratégia foi implementada através de uma série de novas leis destinadas a estender o tempo de copyright da obra, reforçar as penalidades criminais por infringir copyright, e para punir o uso de tecnologias que tentavam evitar os entraves digitais colocados em conteúdo digital”.⁵⁰ Hoje já não podemos ligar o rádio ou a TV sem ouvir denúncias de pirataria e apelos à “ética”.

O resultado prático é conhecido: somente teremos acesso digital a uma obra 70 anos depois da morte do autor (por exemplo após 2067 para Paulo Freire). O que significa que 90% das obras do século passado ficarão indisponíveis para pesquisa digital, isto quando a realização de lucros sobre o *copyright* se limita quase integralmente aos 5 ou quando muito 10 anos depois da publicação. Imenso prejuízo social para assegurar lucros privados. A solução proposta por Lessig, por exemplo, não é liquidar os direitos de propriedade intelectual, mas limitá-los a 5 anos prorrogáveis por mais 5 pelo dono dos direitos, caso o autor ache que valha a pena. Grande parte das obras se tornaram indisponíveis porque não se consegue sequer identificar o dono dos direitos, isto para quem está disposto a pagar para reeditar.

O argumento apresentado, é que se trata de proteger os direitos do pobre músico que está lutando para sobreviver (“*help struggling musicians*”). A figura comove, mas uma olhada no tamanho das corporações que se arvoram em defensores dos humildes tende a mudar o enfoque. Trata-se, como o qualifica um dos juristas mais importantes da área nos EUA, James Boyle, de proteger uma renda de monopólio (*monopoly rent*). E a culpa é jogada em cima de quem acessa e propaga cultura sem pagar. O autor, na realidade, pouco tem a ver com esta história. Os direitos autorais são amplamente assumidos pelos que detêm o copyright ou as patentes, e neste caso trata-se quase sempre de intermediários. A realidade é que ao aplicar à economia criativa leis derivadas da propriedade de bens físicos, desequilibramos radicalmente o processo de criação, que precisa de novas regras do jogo.

Diversas pesquisas no mundo universitário mostram que a esmagadora maioria dos estudantes recorre a formas de acesso aos bens científicos e culturais que podem ser consideradas ilegais. Devemos criminalizar a juventude?⁵¹ Para uma pessoa que descobre uma linda música na internet, enviá-la para um amigo é a reação mais imediata, porque a felicidade não se goza sozinho. Vamos criminalizar isto? Lessig constata uma coisa óbvia: uma lei que parece idiota não é respeitada. E levar jovens a perder o respeito pela lei pode sim ser coisa muito séria. Na realidade, devemos enfrentar este hiato crescente entre o que as tecnologias permitem, e o que a lei proíbe. Provavelmente, de maneira menos ideológica, ou menos histórica. O uso educacional e científico sem fins lucrativos deve ser liberado.⁵²

⁵⁰ Lawrence Lessig, *Remix*, p. 39

⁵¹ Lawrence Lessig, *Remix*, p. 111; Lessig considera que devemos “reformular leis que tornam criminosa a maior parte do que os nossos filhos fazem com os seus computadores” (p. 19)

⁵² Eu disponibilizo os meus trabalhos, bem como os de numerosos correspondentes, de maneira gratuita, em regime *Creative commons*, no meu site <https://dowbor.org>, e meus livros continuam vendendo nas livrarias. São formas complementares de disponibilização, e o travamento simultaneamente dificulta o acesso científico e reduz o retorno comercial.

Segundo James Boyle, “a maior parte das gravações de som feitas há mais de quarenta anos atrás estão comercialmente inacessíveis. Depois de cinquenta anos, apenas uma minúscula porcentagem ainda está sendo comercializada. É extremamente difícil encontrar os donos de direitos dos restantes. Podem ter morrido, fechado o negócio, ou simplesmente se desinteressado. Mesmo se o compositor puder ser encontrado, ou pago por meio de uma associação colecionadora, sem o consentimento do dono do *copyright* sobre a gravação musical, a obra tem de ficar na biblioteca. Estas são as “obras órfãs”, uma categoria que provavelmente constitui a maior parte dos produtos culturais do século XX. No entanto, como já mencionado, sem a autorização do dono do *copyright* é ilegal copiar ou redistribuir ou executar estas obras, mesmo sobre uma base sem fins lucrativos. O objetivo do *copyright* é de encorajar a produção e acesso a obras culturais. Desempenhou o seu papel encorajando a produção. Agora opera como uma cerca para impedir o acesso. Conforme passam os anos, continuamos a trancar até 100 por cento da nossa cultura registrada de um determinado ano para beneficiar uma porcentagem cada vez menor – os ganhadores na loteria – numa política cultural grotescamente ineficiente”.⁵³

Em outro nível, é curioso constatar a fragilidade dos argumentos segundo os quais a livre disponibilização dos livros impede a sua venda. Paulo Coelho, que recentemente passou a disponibilizar os seus livros, gratuitamente online, constatou não a redução mas o aumento das vendas.⁵⁴ Em ótimo artigo, Cédric Biagini e Guillaume Carnino lembram que “o livro de papel, em sua linearidade e finitude, em sua materialidade e presença, constitui um espaço silencioso que põe em xeque o culto da velocidade e a perda do senso crítico. Ele é um ponto de ancoragem, um objeto de registro para um pensamento coerente e articulado, fora da rede e dos fluxos incessantes de informações e de solicitações: ele permanece sendo um dos últimos pontos de resistência.”⁵⁵ Uma pessoa que gostou do livro após a leitura de algumas páginas online, provavelmente se sentirá estimulada a comprá-lo. Há espaço para todos, sem monopolizar os frutos.

No caso das músicas, os prejuízos são significativos, mas limitados: as corporações calculam quantos downloads gratuitos estão sendo feitos, multiplicam a cifra pelo preço que cobram pelos CDs (absolutamente exorbitantes frente ao custo de produção e promoção), imaginando que se não houvesse *downloads* toda esta gente compraria os discos. A cifra que resulta é imaginária, mas soa bem na propagando que ouvimos todos os dias.

No caso de patentes, a questão é ainda mais lastimável, e cada vez mais se constata, conforme veremos abaixo, que o emaranhado de restrições legais chegou a um nível tal que mais atrapalha do que estimula a pesquisa. Um monopólio de 20 anos sobre uma ideia podia ser concebido há meio século atrás, mas não no ritmo moderno de inovação.

⁵³ James Boyle, *The Public Domain: enclosing the commons of the mind* – Yale University Press, New Haven & London, 2008, p. 224

⁵⁴ Ver o artigo de Jorge Machado sobre a adesão de Paulo Coelho à “Carta de São Paulo” sobre propriedade intelectual, em <http://www.gpopai.usp.br/boletim/article88.html> - “Pensei que isto é fantástico. Dar ao leitor a possibilidade de ler o nosso livro e escolher se o quer comprar ou não”, diz Paulo Coelho, que criou o blog www.piratecoelho.wordpress.com ; Paulo Coelho é sem dúvida um “ganhador na loteria”, mas entendeu o absurdo do processo.

⁵⁵ Cédric Biagini e Guillaume Carnino, *Biblioteca de Bolso*, Le Monde Diplomatique Brasil, setembro 2009, p. 38

Hoje constituem latifúndios tecnológicos que travam a pesquisa e a generalização do acesso, bem como o efeito multiplicador do conhecimento compartilhado.

A verdade é que o contexto da economia criativa mudou radicalmente, pois ainda que haja custos na produção de uma obra criativa, uma vez criada, esta obra pode se tornar em fator de enriquecimento de toda a humanidade, já que a disponibilização é praticamente gratuita. Quando a disponibilização exigia suporte material – o livro impresso, o disco, a fita – era natural que fosse cobrado o custo incorporado. Sem a editora, sem a emissora de TV, as pessoas não saberiam da criação. A disponibilização e generalização do conhecimento se fazia graças a elas. Hoje, estas mesmas corporações tentam evitar a disponibilização, pois com a era digital, podemos apreciar um livro, uma música, um filme, sem precisar de suporte material. A disponibilização é gratuita, e quem fez uma boa música irá se financiar com eventos presenciais, o autor com palestras, o pesquisador com consultorias. Em vez de se adaptar às novas tecnologias, e buscar outra forma de agregar valor, as mesmas corporações buscam travar o seu acesso, e criminalizar o seu uso.

A IBM, para dar um exemplo de evolução, tentou impedir que se disseminasse o “clone” (assim era designado o PC “pirata”) através da tecnologia proprietária *microchannel*, no final dos anos 1980. Achou que o padrão IBM seria a opção de todos, pela dominação que tinha do mercado. Mas viu que todos fugiram para os “clones”, para a livre criação tecnológica. A IBM assimilou a lição, e passou a vender *software*. Com o software se tornando um bem livre (a própria empresa hoje usa o Linux), passou a vender serviços de arquitetura de informação para empresas. Adaptou-se. Travar o avanço tecnológico através de monopólios não dá bons resultados.

O que temos pela frente, são menos apelos dramáticos à lei e à ética, e mais bom senso na redefinição das regras do jogo que protejam o autor de inovações, os diversos intermediários, e sobretudo o interesse final de toda criação, que é o enriquecimento cultural e científico de toda a população. O fato de bens culturais e educacionais se tornarem quase gratuitos graças às novas tecnologias, não deve constituir um drama, e sim uma imensa oportunidade. Numa era em que se destinam imensos recursos para a educação no mundo, tentar travar o acesso não só não é legítimo, nem ético, como constitui um contrassenso econômico.⁵⁶

3- Direitos de quem?

A questão central de como produzimos, utilizamos e divulgamos o conhecimento, envolve, portanto, um dilema: por um lado, é justo que quem se esforçou para desenvolver conhecimento novo seja remunerado pelo seu esforço. Por outro lado, apropriar-se de uma ideia como se fosse um produto material termina por matar o esforço de inovação. Lessig nos traz o exemplo de diretores de cinema nos Estados Unidos que hoje filmam com advogados na equipe: filmar uma cena de rua onde

⁵⁶ Um trabalho essencial para entender essa transformação do universo do conhecimento é o livro de Jeremy Rifkin, *A sociedade com custo marginal zero* – M. Books, 2015 - <https://dowbor.org/2015/03/jeremy-rifkin-the-zero-marginal-cost-society-the-internet-of-things-the-collaborative-commons-and-the-eclipse-of-capitalism-new-york-palgrave-macmillan-2014.html>

aparece por acaso um *outdoor* pode levar imediatamente a que a empresa de publicidade exija compensações; filmar o quarto de um adolescente exige uma longa análise jurídica, pois cada flâmula, pôster ou quadro pode envolver uso indevido de imagem, gerando outras contestações. A propriedade intelectual não tem limites?

Numa universidade americana, com a compra das revistas científicas por grandes grupos econômicos, um professor que distribuiu aos seus alunos cópias do seu próprio artigo foi considerado culpado de pirataria. Poderia quando muito exigir dos seus alunos que comprem a revista onde está o seu artigo. Todos conhecem a absurda tentativa da Amazon, de proibir outras empresas de utilizar o “*one-click*” para compras. Um raciocínio de bom senso é que se o “*one-click*” é bom, deve ter dado lucro à Amazon, que é a forma normal de uma empresa se ver retribuída por uma inovação, e não impedindo outras de utilizar um processo que já era de domínio público. Estamos na realidade travando a difusão do progresso, em vez de facilitá-la.

Lessig parte da visão – explícita na Constituição americana – de que o esforço de desenvolvimento do conhecimento deve ser remunerado, mas o conhecimento em si não constitui uma “propriedade” no sentido comum. Por exemplo, numerosas patentes são propriedade de empresas que por alguma razão não têm interesse em utilizar ou desenvolver o conhecimento correspondente, ficando assim uma área congelada. Em outros países, prevalece o princípio de “*use it or lose it*”, de que uma pessoa ou empresa não pode paralisar, através de patentes ou de copyrights, uma área de conhecimento. O conhecimento tem uma função social. O meu carro não deixa de ser meu se eu o esqueço na garagem. Mas ideias são diferentes, não devem ser trancadas, o seu desenvolvimento por outros não deve ser impedido. Isto porque o direito de propriedade intelectual não está baseado no direito natural de propriedade, mas no seu potencial de estimular a criatividade futura. Quando passa a travá-la, perde a legitimidade.

Este argumento deve ser bem entendido, pois apesar dos profissionais da área terem em geral a clareza do referencial jurídico diferenciado que os bens intelectuais representam, na argumentação joga-se com a confusão das pessoas quanto ao que é propriedade intelectual. Um bem físico, a minha bicicleta por exemplo, é uma propriedade que se justifica pelo fato de eu a ter adquirido, não expira depois de 20 anos, não é condicionada. No caso dos bens intelectuais, a premissa básica é de que se trata de bens de domínio público, que devem circular para o enriquecimento da sociedade, e a figura da apropriação privada (via *copyrights* ou patentes) assegura apenas direito temporário, e só se justifica porque se considerou que conceder um título temporário de propriedade estimularia as pessoas a produzir inovações, e, portanto, a enriquecer ainda mais a sociedade em termos culturais e científicos. Todo o conceito de propriedade intelectual repousa, portanto, não no conceito de propriedade em si – com o qual tenta-se inculcar um sentimento de culpa em quem “furta” uma música ao ouvi-la na internet – mas na utilidade do controle em termos de gerar mais riqueza cultural para todos. Hoje, com *copyrights* assegurados até 70 anos depois da morte do autor (em alguns casos até 90 anos), e patentes de 20 anos indefinidamente estendidos através de adendos, este direito está ajudando a produzir e difundir cultura e inovações, ou ao contrário está travando o processo? Esta é a questão central.

Segundo o jurista James Boyle, “mais direitos de propriedade, mesmo quando se supõe que ofereçam maiores incentivos, não necessariamente levam a mais e melhor produção e inovação – às vezes justamente o contrário é verdadeiro. Pode ser que direitos de propriedade intelectual restrinjam a inovação, ao colocar múltiplos entraves no caminho de inovações subsequentes. Usando uma boa inversão da ideia da tragédia dos comuns, Heller e Eisenberg se referem a estes efeitos – os custos de transação causados por uma miríade de direitos de propriedade sobre os necessários componentes de alguma inovação subsequente – como ‘a tragédia dos anti-comuns’”.⁵⁷

É importante lembrar que o conceito de *copyright* nasceu para regular relações comerciais entre empresas. Se uma empresa imprime o livro, como fica se outra empresa também o imprime? “No mundo dos anos 1950, estas considerações faziam algum sentido – ainda que possamos discordar da definição de interesse público. Muitos assumiam que o *copyright* não precisava e provavelmente não devia regular atos privados não comerciais. A pessoa que empresta um livro a um amigo ou leva um capítulo para a aula é muito diferente da empresa com máquinas impressoras que decide reproduzir mil cópias e vendê-las. A máquina fotocopadora e o VCR tornaram a distinção mais confusa, e o computador em rede ameaça apagá-la completamente. (...) Numa sociedade em rede, copiar não somente é fácil, é uma parte necessária da transmissão, do armazenamento, do *caching*, e alguns até diriam, da leitura”.(Boyle, p.51)

Na base desta visão está o fato de que o conhecimento não nasce isolado. Toda inovação se apoia em milhares de avanços em outros períodos, em outros países, e com o crescente encaixar jurídico multiplicam-se as áreas ou os casos em que realizar uma pesquisa envolve tantas complicações jurídicas que as pessoas simplesmente desistem, ou a deixam para megaempresas com seus amplos departamentos jurídicos. A inovação, o trabalho criativo, não é só um “output”, é também um “input” que parte de inúmeros esforços de pessoas e empresas diferentes. Precisa de um ambiente aberto de colaboração. A inovação é um processo socialmente construído, e deve haver limites à sua apropriação individual.

A empresa que desenvolveu um processo tende a dizer: este processo é meu, durante os próximos 20 anos ninguém pode utilizar o que eu desenvolvi. Gar Alperovitz e Lew Daly fazem um excelente contraponto a esta visão. Como se desenvolvem os processos de inovação? Trata-se de uma ampla construção social, da criação de um ambiente denso em conhecimento e pesquisa, que envolve todo o nosso sistema educacional, imensos investimentos públicos, e um conjunto de infraestruturas que permitem que estes avanços se generalizem, envolvendo desde a produção de eletricidade, até os sistemas modernos de comunicação e assim por diante. Ou seja, o progresso produtivo que verificamos constitui uma gigantesca maré que levanta todos os barcos.

⁵⁷ James Boyle, *The Public Domain*, 2009, p. 49. Itálico do autor. O conceito de “commons” é de difícil tradução, trata-se de bens de propriedade comum, da comunidade. Temos encontrado o conceito de “domínio público”. Uma excelente sistematização se encontra em Elinor Ostrom e Charlotte Hess, *Understanding Knowledge as a Commons*, MIT Press, 2007 - <https://dowbor.org/2015/05/elinor-ostrom-e-charlotte-hess-understanding-knowledge-as-a-commons-entendendo-o-conhecimento-como-um-bem-comum-cambridge-mit-press-cambridge-2007.html>

Levanta todos os barcos, mas a remuneração vai para alguns proprietários, que colocam uma cerca, e dizem ter direitos exclusivos, no que tem sido chamado de novo “*enclosure movement*”. As minorias que se apropriam de uma exorbitante parcela da riqueza gerada pela sociedade, apresentam-se como “inovadores”, “capitães da indústria”, “empreendedores” e outros qualificativos simpáticos, mas a realidade é que conforme cresce de maneira impressionante, durante o último século, o conhecimento acumulado e o nível científico geral da sociedade, a porcentagem de ideias que estas elites acrescentam no estoque geral é mínimo, enquanto a sua apropriação tornou-se absolutamente gigantesca, porque colocam um pedágio no produto final que vai ao mercado. Recursos que deveriam ir para mais pesquisa terminam na realidade alimentando dividendos, assunto ao qual voltaremos mais adiante.

A apropriação dos intangíveis tanto se dá na mão de poucas corporações, como de poucos países no mundo, no nível por exemplo dos Estados Unidos. Este processo está diretamente ligado às formas modernas de concentração de renda. O 1% de famílias mais ricas dos Estados Unidos se apropria de mais renda do que os 120 milhões na base da sociedade.⁵⁸ No mundo, 97% das patentes está na mão de empresas de países ricos. Ou seja, há um imenso enriquecimento no topo da pirâmide, baseado não no que estas pessoas aportaram, mas no fato de se apropriarem de um acúmulo historicamente construído durante sucessivas gerações. Trata-se de enriquecimento sem os aportes produtivos correspondentes. Na terminologia do livro de Alperovitz e Daly, *Unjust Deserts*, trata-se de uma apropriação não merecida (*not-deserved*), e que está deformando cada vez mais as dinâmicas econômicas e a funcionalidade do que temos chamado de mercados.⁵⁹

Para dar um exemplo trazido por Alperovitz e Daly, quando a Monsanto adquire controle exclusivo sobre determinado avanço na área de sementes, como se a inovação tecnológica fosse um aporte apenas dela, esquece o processo que sustentou estes avanços. “O que eles não precisam considerar – nunca – é o imenso investimento coletivo que levou a ciência da genética dos seus inícios isolados ao ponto em que a empresa toma a sua decisão. Todo o conhecimento biológico, estatístico e outro sem o qual nenhuma das sementes altamente produtivas e resistentes a doenças poderiam ser desenvolvidas – e todas as publicações, pesquisas, educação, treinamento e instrumentos técnicos relacionados sem os quais o aprendizado e o conhecimento não poderia ter sido comunicado e fomentado em cada estágio particular de desenvolvimento, e então repassado durante o tempo e apropriado, também numa força de trabalho treinada de técnicos e cientistas – tudo isso chega à empresa sem ônus, um

⁵⁸ Um seguimento sistemático da concentração de renda nos EUA pode ser encontrado no site www.toomuch.org e nos trabalhos de Sam Pizzigati. O tema é central e foi visto na primeira parte deste trabalho.

⁵⁹ Joseph Stiglitz deve o seu prêmio Nobel do Banco da Suécia ao estudo dos impactos da assimetria da informação. O livre acesso ao conhecimento é assunto bem mais amplo do que as brigas das editoras e outras empresas que fornecem suporte físico a bens culturais. A impressionante acumulação de fortunas por especuladores financeiros está também diretamente ligada ao acesso desigual ao dinheiro, hoje uma simples informação no computador. Fazendo o balanço da crise financeira de 2007-2008, o *The Economist* já constatava que 40% do lucro corporativo nos Estados Unidos vem de renda financeira: “In America the industry’s share of total corporate profits climbed from 10% in the early 1980s to 40% at its peak in 2007” *The Economist, A Special Report on the Future of Finance*, January 24th 2009, p. 20

presente do passado.” Ao colocar um gargalo no produto final, cobra-se um pedágio sobre o conjunto dos conhecimentos anteriormente desenvolvidos.⁶⁰

É importante ressaltar que não se trata aqui de criticar nem as tecnologias nem a justa remuneração de quem contribui para o seu avanço. Os técnicos nas mais variadas áreas estão desenvolvendo, nesta era da revolução digital, instrumentos impressionantes de progresso. Mas não são os técnicos nem os cientistas nem os artistas que desenvolvem as leis que regem a comercialização, a apropriação e uso dos aportes criativos: são gigantes de intermediação financeira, grupos de pressão, *lobbies* políticos, escritórios de advocacia, especialistas em *marketing* e outros negociadores que ditam regras do jogo sem muita preocupação com a utilidade final em termos de sociedade ou com a motivação dos criadores. E estes intermediários, ao tentar maximizar os interesses de um grupo apenas de atores, não estão prestando um bom serviço. Na terceira parte deste livro veremos a dimensão financeira em detalhe.⁶¹

4 – A liberdade de acesso e controle da transmissão

O problema se agrava drasticamente quando não só as ideias, como os veículos da sua transmissão, passam a ser controlados. Quando uma produtora de Hollywood controla não só a produção de conteúdo (o filme), mas também os diversos canais de distribuição e até compra as salas de cinema, o resultado é que a liberdade de circulação de ideias se desequilibra radicalmente. Lessig constata que filmes estrangeiros nos Estados Unidos, que representavam há poucos anos 10% da bilheteria, hoje representam 0,5%, gerando uma cultura perigosamente isolada do mundo. O que está acontecendo, com o controle progressivo dos três níveis – infraestrutura física, códigos e conteúdos – é que a liberdade de circulação das ideias, inclusive na internet, está se restringindo rapidamente. Grandes empresas não param de vasculhar os nossos computadores, através dos “*spiders*” ou “*bots*”, para ver se por acaso não mencionamos sem as devidas autorizações o nome ou um grupo de ideias protegidas, e para se apropriar de informações privadas.

Um texto de 1813 de Thomas Jefferson, é neste sentido muito eloquente: “Se há uma coisa que a natureza fez que é menos suscetível que todas as outras de propriedade exclusiva, esta coisa é a ação do poder de pensamento que chamamos de ideia....Que as ideias devam se expandir livremente de uma pessoa para outra, por todo o globo, para a instrução moral e mútua do homem, e o avanço de sua condição, parece ter sido particularmente e benevolmente desenhado pela natureza, quando ela as tornou, como o fogo, passíveis de expansão por todo o espaço, sem reduzir a sua densidade em nenhum ponto, e como o ar no qual respiramos, nos movemos e existimos fisicamente,

⁶⁰ Gar Alperovitz and Lew Daly – *Unjust Deserts* – The New Press, London, New York, 2008, p. 55 - <https://dowbor.org/2010/06/apropriacao-indebita-gar-alperovitz-e-lew-daly-ed-senac-sao-paulo-2010.html>

⁶¹ Nas mais variadas áreas econômicas, são cada vez menos os produtores – os “engenheiros” do processo econômico, digamos assim, os que desenvolvem processos tecnológicos e produtivos – que controlam o mundo corporativo, e cada vez mais *holdings* interempresariais, marqueteiros, empresas de intermediação financeira, jurídica e semelhantes. Desenvolvemos este conceito do controle dos processos produtivos através dos “intangíveis” em *Democracia Econômica* (Vozes, 2008), e em *O Capitalismo se Desloca: novas arquiteturas sociais* – SESC-SP, São Paulo, 2020.

incapazes de confinamento, ou de apropriação exclusiva. Invenções não podem, por natureza, ser objeto de propriedade.”⁶²

Uma empresa que instala uma das infraestruturas importantes que é o cabo de fibra ótica é proprietária deste cabo. Mas ela pode ditar quem pode ou quem não pode ter acesso para transmitir neste cabo? Uma empresa pode encontrar incentivo econômico em fazer acordos com outras empresas, garantindo exclusividade, um tipo de curral de comunicação. A Disney batalhou duramente, por exemplo, para ter este tipo de exclusividade. A crueza das batalhas empresariais neste plano abre pouco espaço para o fim último de todo o processo, tão bem expresso por Thomas Jefferson, que é a utilidade social da circulação das ideias. Um governo pode até privatizar a manutenção de uma estrada, e autorizar a cobrança de um pedágio, mas assegura o seu caráter público, nenhuma administradora pode impedir o livre acesso de qualquer pessoa a esta estrada. E na *infovia*, como funciona? Em muitas cidades americanas, como Chicago, a prefeitura está instalando cabos públicos, para assegurar que os usuários possam receber e transmitir o que querem, reduzindo a pressão de empresas privadas para fazer acordos de acesso exclusivo para determinado tipo de clientes. No Canadá, o processo está se generalizando, em reação aos controles que as empresas estão instalando. Como as estradas, as infovias devem constituir os chamados *commons*, espaços comuns que permitem que os espaços privados comuniquem, interajam com liberdade.

A análise detalhada do uso do espectro de ondas de rádio e TV é neste sentido muito significativa. Na prática, o governo americano concede faixas do espectro a gigantes da comunicação, como o fazemos no Brasil, eliminando virtualmente a possibilidade de cada comunidade ter os seus meios de comunicação, coisa hoje tecnicamente perfeitamente possível e barata. O que nos repetem sempre, é que o espectro é limitado, e, portanto, deve ser atribuído a alguns, e estes alguns naturalmente buscam monopolizar o acesso.

O primeiro fato é que a emissão de curto alcance (*low power radio service*) é perfeitamente possível, e não deveria ser condenada como pirataria. O segundo, mais importante, é que a ideia do espectro ser limitado é apresentada como argumento pelas empresas, mas é verdadeira apenas porque utilizam tecnologias que desperdiçam o espectro: como têm o monopólio, não se interessam por exemplo pelo compartilhamento de faixas (*software defined radios*) que permitem utilizar as ondas da mesma forma que em outros meios, aproveitando os “silêncios” e subutilizações de espectro para assegurar diversas comunicações simultâneas, como hoje acontece em qualquer linha telefônica.

Lessig é duro com esse impressionante desperdício de uma riqueza tão importante – e da natureza , não foi criada por ninguém, tanto assim que é concedida por licença pública – que é o espectro eletromagnético: “Poluição é precisamente a maneira como deveríamos considerar estas velhas formas de uso do espectro: torres grandes e estúpidas invadem o éter com emissões poderosas, tornando inviável o florescimento de usos em menor escala, menos barulhentos e mais eficientes...A televisão comercial, por exemplo, é um desperdiçador extraordinário de espectro; na maior parte dos contextos, o ideal seria transferi-la do ar para cabos.”(Lessig, 2001, p.243)

⁶² Lessig (2001), op. cit. p. 94, citando T. Jefferson (p.94). Ver também Boyle, op. cit., p. 20

Lessig é um pragmático. No caso do espectro, por exemplo, propõe que se expanda em cada segmento do espectro uma faixa de livre acesso, equilibrando a apropriação privada. Nas várias áreas analisadas, busca soluções que permitam a todos sobreviver. Mas a sua preocupação é clara. Em livre tradução, “a tecnologia, com estas leis, nos promete agora um controle quase perfeito sobre o conteúdo e a sua distribuição. E é este controle perfeito que ameaça o potencial de inovação que a Internet promete”. (Lessig, 2001, p.249)

5 - O custo do acesso

Rifkin analisa o mesmo processo de outro ponto de vista, pondo em evidência em particular o fato da economia do conhecimento mudar a nossa relação com o processo econômico em geral. O argumento básico é que estamos passando de uma era em que havia produtores e compradores, para uma era em que há fornecedores e usuários. A mudança é profunda. Na prática, não compramos apenas um celular, pagamos todo mês pelo direito de usá-lo, de nos comunicarmos. Pagamos também para ter acesso a programas de televisão um pouco mais decentes. Já não pagamos uma consulta médica: pagamos mensalmente um plano para ter direito de acesso a serviços de saúde.⁶³

Os exemplos são inúmeros. Rifkin define esta tendência como caracterizando "a era do acesso". No nosso "*A Reprodução Social*" já analisamos esta tendência, que caracterizamos com o conceito de "capitalismo de pedágio". Basta ver o montante de tarifas que pagamos para ter direito aos serviços de um banco, ou como os condomínios de praia fecham o acesso a um pedaço de mar, e na publicidade nos "oferecem", como se as tivessem criado, as suas maravilhosas ondas. O acesso gratuito ao mar não enche os bolsos de ninguém. Fechemos, pois, as praias.⁶⁴

Assim o capitalismo gera escassez, pois a escassez eleva os preços. Nesta lógica do absurdo, quanto menos disponíveis os bens, mais ficam caros, e mais adquirem valor potencial para quem os controla. Nada como poluir os rios para nos obrigar a um "pesque-pague", ou a nos induzir a comprar água “produzida”.

Com isto, vão desaparecendo os espaços gratuitos, e ficamos cada vez mais presos na corrida pelo aumento da nossa renda mensal, sem a qual nós veremos privados de uma série de serviços essenciais, inclusive a participação na cultura que nos cerca. Viver deixa de ser um passeio, ou uma construção que nos pertence, para se transformar numa

⁶³ Jeremy Rifkin – *The Age of Access* – Penguin Books, New York, 2001; publicado no Brasil como *A Era do Acesso*, Makron Books, 2001 – Esta necessidade de pagar pedágio sobre tudo o que fazemos pode ser opressiva. Muitos investem as suas poupanças na casa própria, na segurança de um teto que não dependerá da capacidade oscilante de pagar o aluguel. Hoje, tudo passa a depender de inúmeros “aluguéis”, e não vemos no horizonte a perspectiva de vivermos mais tranquilos. Uma pessoa que por alguma razão perde a sua fonte de renda, se vê assim rigorosamente excluída de um conjunto de serviços que exigem regularidade de pagamento. A situação particularmente dramática dos aposentados de baixa renda tem hoje também de ser vista nesta perspectiva, mas na realidade estamos todos nos sentindo cada vez mais acuados. O pedágio está a cada passo da nossa vida. Bons tempos em que nos queixávamos apenas dos impostos públicos. O conceito de acesso público gratuito está voltando com força, pelo simples bom senso dos consumidores, e pela compreensão das dimensões discriminatórias geradas pela apropriação privada.

⁶⁴ Ladislau Dowbor – *A Reprodução Social* – Ed. Vozes, Petrópolis, 2003

permanente corrida de pedágio em pedágio. Onde antes as pessoas tinham o prazer de tocar um instrumento, hoje pagam o direito de acessar a música. Onde antes jogavam uma pelada na rua, hoje assistem um espetáculo esportivo, enquanto mastigam salgadinhos no sofá, tudo graças ao "pay-per-view". O que estamos construindo, é um permanente "pay-per-life".

O deslocamento teórico é significativo. O proprietário de meios de produção tinha a chave da fábrica, bem físico que constituía uma propriedade concreta: hoje é dono de um processo, e cobra pela sua utilização. E como os processos tornam-se cada vez mais densos em informação e conhecimento, assumem maior importância a propriedade intelectual, as patentes e os copyrights. O conhecimento constitui um bem que não deixa de pertencer a alguém quando o passa a outros, – e estamos na era da tecnologia da conectividade. Assim a sua facilidade de disseminação torna-se imensa, e a apropriação privada gera entraves. Vemos assim todo o peso da constatação de Gorz vista acima, de que “os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados”. Em termos técnicos, o conhecimento é um bem cujo consumo não reduz o estoque. Não é à toa que a negociação TRIPs (*Trade Related Intellectual Property*) constitui o principal debate na Organização Mundial do Comércio, e está no centro das lutas por uma sociedade livre. Onde no século passado a batalha era em torno da propriedade dos bens de produção, hoje se deslocou para a área da economia dos pedágios.

6 – O acesso desigual

“A inovação, escreve Stiglitz, está no coração do sucesso de uma economia moderna. A questão é de como melhor promovê-la. O mundo desenvolvido arquitetou cuidadosamente leis que dão aos inovadores um direito exclusivo às suas inovações e aos lucros que delas fluem. Mas a que preço? Há um sentimento crescente de que algo está errado com o sistema que governa a propriedade intelectual. O receio é que o foco nos lucros para as corporações ricas represente uma sentença de morte para os muito pobres no mundo em desenvolvimento.”⁶⁵

Por exemplo, explica Stiglitz, “isto é particularmente verdadeiro quando patentes tomam o que era previamente de domínio público e o ‘privatizam’ – o que os juristas da Propriedade Intelectual têm chamado de novo “*enclosure movement*”. Patentes sobre o arroz Basmati (que os indianos pensavam conhecer havia centenas de anos), ou sobre as propriedades curativas do *turmeric* (gingibre) constituem bons exemplos”.

Segundo o autor, “os países em desenvolvimento são mais pobres não só porque têm menos recursos, mas porque há um hiato em conhecimento. Por isto o acesso ao conhecimento é tão importante. Mas ao reforçar o controle (*stranglehold*) sobre a propriedade intelectual, as regras de PI (chamadas TRIPS) do acordo de Uruguai reduziram o acesso ao conhecimento por parte dos países em desenvolvimento. O TRIPS impôs um sistema que não foi desenhado de maneira ótima para um país industrial avançado, mas foi ainda menos adequado para um país pobre. Eu era membro do Conselho Econômico do presidente Clinton na época em que a negociação do

⁶⁵ Joseph Stiglitz - *A Better Way to Crack it* – New Scientist, 16 September 2006, p. 20

Uruguay Round se completava. Nós e o *Office of Science and Technology Policy* nos opúnhamos ao TRIPS. Achávamos que era ruim para a ciência americana, ruim para o mundo da ciência, ruim para os países em desenvolvimento.” (Stiglitz, 2006)

A questão assumiu uma dimensão mais dramática quando, com o colapso climático mundial, torna-se necessário assegurar ao mundo inteiro acesso às mais avançadas tecnologias que permitam substituir práticas intensivas em emissão de gases de efeito de estufa. A recomendação do relatório das Nações Unidas *World Economic and Social Survey 2009*, considera essencial, para reduzir a pressão dos desastres ambientais no terceiro mundo, buscar “um regime equilibrado de propriedade intelectual para a transferência de tecnologias”. Além de sugerir de se aproveitar ao máximo as “flexibilidades” existentes no sistema, o *Survey* sugere que “opções como permitir que os países em desenvolvimento possam excluir setores críticos do controle de patentes, bem como um “pool” global de tecnologia para enfrentar a mudança climática, merecem séria consideração, já que estas opções permitiriam ter segurança e previsibilidade no acesso às tecnologias e além disso estimulariam a tão necessária pesquisa e desenvolvimento para uma adaptação local e difusão, o que reduziria os custos das tecnologias. Além do mais, modalidades de acesso às tecnologias com financiamento público para empresas de países em desenvolvimento precisam ser exploradas”.⁶⁶ Vemos aqui, num relatório de grande importância internacional, explicitada a necessidade de se ir além do protecionismo das patentes. É igualmente curioso constatar que isto não significaria um entrave, e sim um estímulo à “tão necessária pesquisa e desenvolvimento”, além de uma redução de custos.

É uma tomada de posição importante, nesta época em que é bom tom respeitar a propriedade intelectual, sem que as pessoas se deem conta que estamos essencialmente respeitando a sua monopolização e controle por intermediários. Precisamos de regras mais flexíveis e mais inteligentes, e sobretudo reduzir os prazos absurdos de décadas que extrapolam radicalmente o tempo necessário para uma empresa recuperar os seus investimentos em novas tecnologias. Quanto a patentear bens naturais de países pobres para em seguir cobrar royalties sobre produções tradicionais, já é simplesmente extorsão. A pirataria, neste caso, vem de cima.⁶⁷

Assim a economia do conhecimento desenha uma nova divisão internacional do trabalho, entre os países que se concentram nos intangíveis – finanças internacionais, pesquisa e desenvolvimento, design, advocacia, contabilidade, publicidade, sistemas de controle – e os que continuam com tarefas centradas na produção física. Onde antigamente tínhamos a produção de matérias primas num polo, e produtos industriais no outro, hoje passamos a ter uma divisão mais fortemente centrada na divisão entre produção material e produção imaterial.

Uma leitura particularmente interessante sobre este tema é o livro de Chang, *Chutando a Escada*, que mostra como os países hoje desenvolvidos se apropriaram dos conhecimentos gerados em qualquer parte do mundo, por meio de cópia, roubo ou

⁶⁶ UN – *World Economic and Social Survey 2009*, Overview, p. 21

⁶⁷ Nos casos do cupuaçu, do açaí e da familiar rapadura, por exemplo, o Brasil teve de empreender batalhas jurídicas internacionais para recuperar os direitos apropriados por patentes na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão. Países mais fracos não têm sequer como enfrentar o problema. A biopirataria é um problema muito amplo, mas os piratas de olhos azuis não ocupam os mesmos espaços na mídia.

espionagem, sem se preocuparem na época com a propriedade intelectual. Utilizaram a escada para subir, e agora a chutaram para o lado, impedindo outros de seguirem o seu caminho. O que seria do Japão, ou da Coreia do Sul, se tivessem sido obrigados a fechar pudicamente os olhos sobre as inovações no resto do mundo, ou a pagar todos os *royalties*? O livro de Chang é extremamente bem documentado, e mostra como antes dos asiáticos os Estados Unidos já adotaram as mesmas práticas relativamente à Inglaterra, bem como a Inglaterra as adotou relativamente à Holanda. O livre acesso dos países pobres ao conhecimento, condição essencial do seu progresso e do equilíbrio planetário, é hoje sistematicamente travado, quando deveria ser favorecido e subvencionado, para reduzir as tragédias sociais e ambientais que se avolumam.⁶⁸

Com a pandemia da Covid, no início dos anos 2020, a Organização Mundial da Saúde montou uma proposta de generalizar o acesso às tecnologias da vacina, permitindo a sua rápida expansão por meio de produção local em países como, por exemplo, África do Sul. O conselho de administração da Pfizer considerou aderir ao pacto, mas foi proibido pela assembleia de acionistas, interessados mais nos dividendos do que na proteção da saúde das pessoas. Esse ponto é importante, pois mostra a que ponto o interesse financeiro domina os processos decisórios, por parte de proprietários ausentes (*absentee owners*), que decidem, por meio de algoritmos, pela maximização do retorno financeiro e não de proteção da saúde. A fratura entre o interesse corporativo e o interesse social se torna evidente: é uma economia de *shareholders*, não de *stakeholders*. No caso, estamos falando de milhões de mortes.⁶⁹

7 – A remuneração dos aportes

Como uma pedra jogada num lago gera ondas que se afastam, as novas tecnologias do conhecimento vão deslocando formas tradicionais de organização social e econômica em várias esferas. Não é só o “criador” e a sua remuneração que estão em jogo, ou o dono do *copyright* ou da patente. A mudança no conteúdo da produção gera novas relações de produção, e desloca a questão da remuneração do trabalho. Medir o trabalho por horas trabalhadas, mecanismo tão central nas nossas sociedades, torna-se, nesta esfera de atividades, cada vez menos significativo. Assim, a justa remuneração do esforço torna-se cada vez mais complexa.

A contribuição criativa com ideias inovadoras não vai depender do tempo que passamos sentados no escritório. Gorz cita um relatório do diretor de recursos humanos da

⁶⁸ Ha-Joon Chang – *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Anthem Press, London, 2002; no Brasil, edição da Unesp, 2003; em outro livro, *Globalization, Economic Development and the Role of the State*, Chang apresenta os resultados das diversas pesquisas realizadas sobre os impactos do protecionismo assim gerado pelos países desenvolvidos e conclui: “Demonstramos que não há base teórica nem empírica para apoiar o argumento de que uma forte proteção dos direitos privados de propriedade intelectual é necessária para o progresso tecnológico e portanto para o desenvolvimento econômico, particularmente para os países em desenvolvimento.” O “a quem aproveita” aqui é claro: 97% das patentes do mundo pertencem aos países desenvolvidos. (p.293) A ampliação da abrangência de patentes e copyrights constitui na realidade uma nova forma de protecionismo, adaptada à economia do conhecimento, como o são as tarifas aduaneiras sobre bens físicos, tão denunciadas pelos adeptos da globalização.

⁶⁹ Informações sobre a negociação, envolvendo a OMC, TRIPS e OMS, podem ser encontradas na internet sob *Covid-19 Vaccine Patent Waiver*.

Daimler-Chrysler: a contribuição dos “colaboradores”, como os chama gentilmente o diretor, “não será calculada pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores”.(Gorz, p. 17) Os trabalhadores são assim promovidos a empreendedores, e porque não, segundo Gorz, a empresários: “No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde etc. ‘A pessoa é uma empresa’. No lugar da exploração entram a auto-exploração e a auto-comercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto-empresário”.(Gorz, p. 10) Hoje quem trabalha nestas áreas frequentemente leva o seu *laptop* para casa, e continua trabalhando à noite e os fins semana. Alguém paga isto?

O problema central é que na era do conhecimento, a fragmentação das tarefas e o isolamento artificial dos processos produtivos são contraproducentes. Tapscott, que estuda o problema na área empresarial, dá o exemplo da inutilidade de pesquisadores trabalharem cada um com o seu pequeno estoque de conhecimento: “Há uma década, a astronomia ainda era sinônimo de grupos que mantinham dados exclusivos e publicavam resultados individuais. Agora, ela está organizada em torno de grandes conjuntos de dados que são compartilhados, codificados e disponibilizados para toda a comunidade”. (Tapscott, p.198) As inovações deste tipo de colaboração são remuneradas de que maneira?

O avanço tecnológico não funciona em ilhas isoladas. Numa área avançada como a robótica, os pesquisadores se deram conta do quanto estavam investindo, separadamente, para desenvolver os mesmos sistemas, em vez de colocar em comum o já adquirido, para avançarem no novo. “O sistema operacional de robôs (*Robot Operating System – ROS*) é um conjunto de programas escritos em fonte aberta, cujo objetivo é de servir de plataforma comum para uma ampla gama de pesquisas de robótica. Está sendo utilizado por equipes na Universidade de Stanford na Califórnia, no MIT e na Universidade Técnica de Munique, na Alemanha, entre outros.” (Campbell, 2009). Se fossem todos esperar serem remunerados pelo fragmento de inovação que geraram de forma colaborativa, ainda por cima com software livre, onde estaríamos?

O “www” tornou-se um elemento essencial da nossa vida, uma revolução, através do livre acesso que se generaliza. Muitos pensam que foi inventado pelos americanos, e raramente encontramos referências ao autor desta autêntica revolução na conectividade planetária que foi o britânico Tim Berners-Lee, que desenvolveu o sistema no centro europeu de pesquisas nucleares (CERN) na fronteira franco-suíça. Desconhecemos igualmente que o sistema é regido por uma organização não governamental, um consórcio sem fins lucrativos. Todo o mundo empresarial, aliás, também se tornou mais produtivo graças a este processo colaborativo. E se tivéssemos de pagar a cada vez que nos conectamos, informar o cartão de crédito etc.? Inclusive, o W3C, como é chamado o consórcio que coordena a nossa conectividade planetária, pede doações, sem a mínima vergonha, como qualquer ONG que quer proteger o clima. Já se calculou que Berners-Lee seria mais rico que outros magnatas, preferiu ser mais útil. Como é

remunerado? Consultorias, pesquisas, livros, palestras – não faltam meios. Mas meios que não travem a razão de ser do produto.⁷⁰

A forma de elaboração, disponibilização e apropriação do conhecimento online gera um terremoto organizacional pelo menos tão profundo quanto foi o surgimento das fábricas na era da revolução industrial. Para produzir bens materiais em massa tivemos potentes máquinas agrupadas em unidades fabris, jornada de 8 horas, trabalho assalariado, infraestruturas para transportar toneladas. Na economia do conhecimento teremos o quê?

O livro de Eric S. Raymond, *The Cathedral and the Bazaar*, é um pequeno clássico na sua área, e apresenta as formas concretas de organização da contribuição espontânea e colaborativa em rede na construção de inovações nas tecnologias da informação. É natural que os grandes grupos privados, cuja fortuna está presa à limitação do acesso ao conhecimento – pois somente o seu controle estrito impede que se torne de livre utilização, e, portanto, sem valor comercial – busquem a demonização de toda esta área de atividade. Assim os hackers, comunidade colaborativa de inovações tecnológicas, são jogados no mesmo saco que os crackers, os que implantam vírus, buscam quebrar contas bancárias e assim por diante.

Aqui, trata-se de explicitar a lógica colaborativa implícita no avanço tecnológico, partindo da visão de que inúmeras ideias espontaneamente trazidas para uma construção inovadora podem constituir um processo de produção diferenciado. Na base, está o conceito de externalidades positivas das redes (*positive network externalities*) que permitem romper a separação entre o produtor e o cliente, já que o cliente se torna também colaborador do processo. (Raymond, 144) Onde está a ameaça? “Um fato central que a distinção entre valor de uso e valor de venda permite-nos notar é que somente o valor de venda é ameaçado pelo deslocamento de fontes fechadas para fontes abertas (*open source*); não o valor de uso.” (Raymond, 129) Pelo contrário, o valor de uso se reforça, tanto pela generalização do acesso como pelo fato de usuários diferenciados poderem trazer para o processo de produção a visão de quem enfrenta efetivamente os inúmeros e variados problemas que surgem.

Raymond marca bem este ponto: os processos ligados ao conhecimento são processos interativos. A própria compra de um *software* é de menos, o processo de apoio, manutenção, serviços e atualização é que constitui o essencial. “Se (como é geralmente aceito) mais de 75% dos custos do ciclo de vida de um projeto típico de software está na manutenção e *debugging* e extensões, então a política geral de se cobrar um preço de compra elevado e taxas de suporte relativamente baixas ou zeradas deverá levar a resultados que servem mal todas as partes”. Voltamos aqui ao deslocamento do ponto da cadeia produtiva onde se dá a remuneração. E tentar cobrar em todos os pontos simplesmente trava o processo.⁷¹

⁷⁰ Na nota da Wikipédia sobre o autor: “Berners-Lee tornou a sua ideia disponível gratuitamente, sem patentes nem royalties. O *World Wide Web Consortium* decidiu que as suas condutas deveriam ser baseadas numa tecnologia livre de royalties, de forma que pudessem ser adotadas facilmente por qualquer pessoa.”

⁷¹ Uma inovação muito interessante foi o desenvolvimento de Software Público Brasileiro, projeto do Ministério do Planejamento, que desenvolve um conjunto de softwares de gestão – por exemplo de gestão de escolas – onde os gestores escolares podem introduzir melhorias ou adaptações, em comum acordo

Raymond, que estuda em particular os limites dos softwares de prateleira, traz com clareza este dilema de uma economia do conhecimento à qual tenta-se aplicar regras da manufatura. “No mundo de código livre, busca-se a maior base possível de usuários, para obter o máximo de retorno e um mercado secundário o mais vigoroso possível; no código proprietário busca-se o máximo de compradores, mas o mínimo de usuários. Portanto a lógica do modelo da fábrica recompensa melhor os vendedores que produzem bens de prateleira – software que é suficientemente bem divulgado (*marketed*) para assegurar vendas, mas na realidade inútil na prática. O outro lado desta moeda é que a maioria dos vendedores que seguem este modelo de fábrica não terão resultados no longo prazo. Financiar indefinidamente despesas de suporte a partir de um preço fixo só é viável num mercado que se expande num ritmo suficiente para cobrir o suporte e os custos do ciclo de vida implicado nas vendas de ontem com as vendas de amanhã. Quando o mercado se torna maduro e as vendas se reduzem, a maior parte dos vendedores não terão outra escolha senão de cortar despesas tornando os seus produtos órfãos”. (Raymond, 120-121)

Em outros termos, diz Raymond, “o software é predominantemente uma indústria de serviços que opera com a persistente, mas infundada ilusão de ser uma indústria manufatureira”. Não tem muito interesse comprar uma caixa bonita com o *software*, caixa que nos dá a impressão de estarmos comprando uma “coisa” tangível, quando na realidade estamos comprando um produto que se desatualizará após alguns meses. É o sistema de acesso que é central.

Estamos aqui no centro da discussão sobre as novas lógicas econômicas e organizacionais que implica a transição para uma economia do conhecimento. Uma outra moeda, por exemplo, ou outra forma de remuneração, aparece com frequência cada vez maior: o reconhecimento pelos pares, a reputação de competência adquirida, que permite que as pessoas equilibrem as suas economias de outra forma. O próprio gosto pela inovação, por descobrir novos mecanismos, por escrever uma música bonita, tende a ser em geral um elemento motivador fundamental. Não se imagina muito Louis Pasteur reduzindo a sua curiosidade científica porque não poderia patentear a vacina.

De qualquer maneira, há um leque de novas articulações em desenvolvimento, precisamos olhá-las com tolerância e tranquilidade, buscando soluções na linha do “win-win” e do equilíbrio real dos interesses dos diversos agentes do processo. A simplicidade do editor que publica e vende, e do consumidor que compra e lê, já não corresponde ao mundo moderno. E a criminalização não resolve nada. Precisamos assegurar o equilíbrio da remuneração no caso do uso comercial, e a gratuidade do uso sem fins lucrativos. O próprio mundo empresarial está descobrindo isto.

8 – O potencial empresarial

com assessores online que ajudam nos serviços de apoio e desenvolvedores de *software* cadastrados, tudo num ambiente colaborativo, onde a remuneração se dá de forma flexível segundo os aportes, mas todos os aportes se tornam imediatamente disponíveis para todos. Ver detalhes em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/plataformas-e-servicos-digitais/software-publico>

Wikinomics significa economia da colaboração, por simples associação de ideias: todos conhecem o processo colaborativo que deu lugar à Wikipédia, enciclopédia construída por meio de colaboração livre e gratuita de inúmeras pessoas, pelo simples prazer de fazer uma coisa útil. Dizemos aqui “simples prazer”, mas se trata de uma imensa e subestimada motivação. Juntando *economics* e Wikipédia, surge *Wikinomics*, livro que explora como o mundo empresarial está descobrindo que a colaboração pode ser mais proveitosa que a competição.⁷²

“Estamos mudando de locais de trabalho fechados e hierárquicos, com relações de emprego rígidas, para redes de capital humano progressivamente mais auto-organizadas, distribuídas e colaborativas, que obtêm conhecimento e recursos de dentro e de fora da empresa”. (Tapscott, 292). Por trás do deslocamento de visão está evidentemente um fato maior que está sacudindo a nossa sociedade de forma profunda e ainda mal delineada: a conectividade, o fato de qualquer pessoa poder comunicar com qualquer outra em qualquer parte do planeta. Ou seja, quanto mais colaboramos e compartilhamos o nosso conhecimento, mais todos se tornam ricos. Os lucros dos intermediários e a remuneração dos inovadores devem ser confrontados com este potencial.

Na selva de registros, copyrights e patentes ecoam gritos contra as violações da propriedade intelectual, contra a pirataria, contra a monstruosa conspiração que constituiria o fato de pessoas fazerem coisas úteis por prazer, de forma colaborativa, e com resultados tecnicamente superiores. Para os que querem colocar pedágios em cada ação do nosso cotidiano, uma sociedade onde as pessoas colaboram é uma ofensa. O aporte importante do livro de Don Tapscott e de Anthony Williams é mostrar que as empresas, em vez de querer aplicar a bens imateriais regras do jogo que se referiam a bens manufaturados, como no século passado, terão melhor futuro ao aprender a colaborar, adotando regras do jogo inovadoras.

“Tendo amadurecido rapidamente nos últimos três anos, essas armas de colaboração em massa permitem que os funcionários interajam e criem com mais pessoas em mais regiões do mundo usando um conjunto de capacidades mais versátil, tendo menos transtornos e sentindo mais prazer do que com qualquer outra geração de tecnologias para o local de trabalho. Eles também podem agir globalmente – atravessando silos organizacionais e se conectando com clientes, parceiros, fornecedores e outros participantes que agregam valor ao ecossistema da empresa. E mais: a natureza cada vez mais aberta dessas ferramentas significa que essa nova infraestrutura para colaboração está acessível a uma base muito mais ampla de pessoas e empresas – na verdade tão ampla que existem pouquíssimas barreiras para que as organizações as adotem, a despeito de suas posturas”. (Tapscott, 300)

Aqui também se constata que a obsessão por trancar e controlar tudo gera mais custos do que promove ideias, pelo atravancamento burocrático da pesquisa aberta e colaborativa, que é como se criam ideias. Isto se verifica nas mais variadas áreas, inclusive nos setores industriais tradicionais, onde o conteúdo de tecnologia está se ampliando, exigindo mais processos colaborativos. “Enquanto as patentes proliferavam, os orçamentos de P&D subiam até atingir níveis ineficientes, e empresas de biotecnologia, indústrias farmacêuticas, universidades, entidades governamentais,

⁷² Don Tapscott e Anthony Williams – *Wikinomics* – Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro 2007

compradores de assistência médica e o sistema judiciário estavam se embrenhando em lutas caras e nocivas pelos benefícios econômicos dessas patentes.” (Tapscott, 2005)

A realidade é que o conhecimento constitui uma grande riqueza, e como a sua disseminação se tornou virtualmente gratuita, liberar o acesso aumenta o estoque de riqueza de todos. A era do conhecimento leva naturalmente para a economia da colaboração, e esta aumenta as chances de democratização de uma economia que hoje anda travada pelos sistemas cada vez mais complexos e inúteis de cobrança de pedágios. Tapscott e Williams analisam um conjunto de experiências, de como isto está sendo aplicado na área empresarial de forma criativa. É um avanço, mostra que há cada vez mais espaço para vida inteligente. Não é nem interessante nem viável simplesmente eliminar os sistemas atuais de cobrança de direitos sobre a economia criativa. Mas a progressiva redução e simplificação desta selva de cobranças deve ser empreendida, liberando o imenso potencial criativo latente na sociedade. Patentes de 20 anos e copyrights de 70 anos após a morte do autor é pré-história, mas gera dividendos para acionistas que não criam nada, apenas extraem. A indústria farmacêutica constitui apenas um exemplo.

9 – A universalização do acesso

Não basta ter o “direito” ao acesso, precisamos das infraestruturas que o materializem. O Wi-Fi é a tecnologia que permite, havendo um ponto emissor, acessar a internet sem fio em qualquer ponto da casa, do escritório, do aeroporto, ou da cidade. Significa trabalho ou distração confortável no sofá com o laptop, sem estar preso aos fios. O ambiente “banha” de certa forma no sinal banda larga internet. Nos últimos anos multiplicaram-se as cidades *Wi-Fi*, ou seja, cidades onde uma pessoa pode sentar em qualquer parque e trabalhar à vontade. É a versão computador, digamos assim, do telefone celular, cobrindo todo um espaço urbano.

Há atualmente uma corrida de cidades que instalam retransmissores de forma que todo o espaço urbano esteja coberto pelo sinal. Chamam isso de “*municipal mesh Wi-fi networking*”. Segundo o artigo de Paul Marks, “as redes públicas Wi-fi terão também impacto no setup do Wi-fi em residências, escolas, livrarias e cafês...Sistemas que abrangem toda uma cidade ligam um conjunto de pontos Wi-fi para formar uma teia (“*mesh*”) onde os sinais de rádio recebidos num ponto saltam de antena para antena até encontrarem alguém que está conectado na net”.

Para já, a tecnologia, que permite conectividade de todo o espaço urbano, é barata. Por exemplo, na cidade de Philadelphia, nos EUA, “cerca de 4000 postes nos 320 quilômetros quadrados da cidade terão antenas Wi-fi que cobrirão a cidade com sinal, banda larga sem fio. A promessa é de um acesso internet de 1-megabit/segundo por menos de 10 dólares por mês, comparado com 45 dólares para a conexão cabo hoje.” A cidade de Taipei em Taiwan, na China, está generalizando o sistema com uma taxa geral de 12 dólares por mês.

Há dificuldades, segundo o artigo, em termos de interoperabilidade e fixação de padrões, e sobretudo da resistência das principais empresas de telecomunicações que buscam impedir o sistema. “O Wi-fi municipal nos Estados Unidos está encontrando

oposição significativa dos maiores grupos de telecomunicações, como a Verizon, BellSouth e Cox Communications...Já conseguiram adotar legislação em 12 estados que torna ilegal uma cidade montar uma rede sem fio que competiria com a empresa de telecomunicações local”.

O impacto de se assegurar a inclusão digital é bastante evidente, sobretudo com a perspectiva agora bem real de acesso a computadores básicos baratos (100 dólares). A cidade de Philadelphia, no seu projeto de inclusão digital, está organizando a conexão para os 1,4 milhão de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Com o custo relativamente baixo – 12 dólares por mês é o preço de um livrinho – e os imensos aumentos de produtividade sistêmica territorial que a conectividade permite, além do aproveitamento escolar evidente, trata-se de um eixo fundamental do avanço da produtividade sistêmica do território.

No Brasil a tecnologia se expandiu rapidamente a partir do exemplo pioneiro de Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, já com décadas de funcionamento. Todos se tornam mais produtivos, desde o comerciante que compra e vende melhor, até a escola que passa a usar a internet com um *laptop* por criança. A generalização do acesso banda larga está se dando no Brasil em toda a rede de escolas públicas, como também no Uruguai e em outros países. O livre acesso ao conhecimento pode se tornar num dos principais vetores de redução da desigualdade no planeta. Vale a pena travar este processo, para manter a renda de alguns intermediários? ⁷³

A inclusão digital se tornou um eixo fundamental de modernização do país. Com o golpe de 2016, houve um atraso importante, e o relatório da CETIC apresenta em 2024 uma situação crítica em boa parte da sociedade: “Os resultados por faixas de conectividade revelam que o maior grupo observado é o com *scores* de até 2 pontos, e que corresponde a um terço (33%) da população. Se essa proporção for somada com a do grupo que ocupa a faixa de 3 a 4 pontos (24%), é possível afirmar que 57% dos brasileiros estão em situação de baixa conectividade significativa. Somente 22% alcançaram a maior faixa (de 7 a 9) e 20% ficaram na de 5 a 6 pontos.” Essa maior faixa representa o acesso básico completo, com computador, celular e velocidade adequados.⁷⁴

O direito de a comunidade ter os seus próprios meios de comunicação é essencial. Estamos evoluindo, como bem descreve Lessig, da civilização “*read-only*”, de recepção passiva de conteúdos, para uma civilização R-W, ou “*Read-Write*”, em que qualquer grupo ou indivíduo pode postar conteúdos na internet, corrigir conteúdos da Wikipédia, comentar artigos publicados, comunicar o efeito inesperado de um medicamento aos produtores. A comunicação passou a ser interativa, e a própria grande mídia, que através da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) combate qualquer

⁷³ Sobre a experiência do Uruguai, ver vídeo técnico <http://vimeo.com/2465202>

⁷⁴ “Embora o país caminhe para a universalização do acesso à Internet, com 84% de seus habitantes de 10 anos ou mais usuários da rede, somente 22% dos brasileiros a partir dessa idade têm condições satisfatórias de conectividade. Para a maioria (57%), a realidade é menos positiva. A constatação faz parte do estudo inédito *Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil*. (2024) Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).”
<https://nic.br/noticia/releases/perto-da-universalizacao-do-acesso-a-internet-brasil-ainda-tem-maioria-da-populacao-com-baixa-conectividade-significativa-revela-novo-estudo/>

tentativa de democratização do acesso, criminalizando as rádios comunitárias, terá de começar a pensar o seu futuro de maneira criativa.

Lia Ribeiro Dias traz um comentário forte sobre “A mídia do povo”, que vale a pena transcrever em parte: “Não se sabe nem seu tamanho nem seu alcance, mas a mídia popular vem ganhando musculatura. São jornais, revistas, vídeos e rádios, produzidos por equipes de comunidades de baixa renda ou das periferias das grandes cidades. No lugar de personagens da mídia convencional, geralmente retratadas pelo que não têm e não pelo que são, as comunidades resgatam sua identidade, criando seus próprios canais de expressão...Ao se auto-expressar e passar de público-alvo a público participante, a comunidade se apropria de sua representação, ganha autoestima e conquista poder”. (Dias, 2006)

“O fenômeno de comunicação comunitária, que já provocou o surgimento de escolas de comunicação popular em vários estados, conquista adeptos especialmente entre os jovens. São eles os repórteres, os editores, os locutores, os produtores de vídeo, os fotógrafos. Uma legião de novos autores, que não para de crescer e que é a prova viva de que a legislação que reserva a jornalistas diplomados o desempenho dessas funções é anacrônica, antidemocrática, fere o direito de expressão e, se aplicada, impede o empoderamento das comunidades.”⁷⁵

Estamos todos acostumados a que a mídia seja assunto de gente grande, e de preferência, enorme. A mídia comunitária parece assunto menor. Na era do “R-W” interativo, as mudanças são profundas. A geração do software livre constitui outra tendência que visa evitar que os sistemas de informação fiquem presos a um monopólio planetário, ainda que aqui a briga seja cada vez mais dura. Atualmente uma geração de jornalistas, pesquisadores, professores, publicam online, assegurando informação livre do enquadramento comercial da grande mídia, abrindo progressivamente uma outra dimensão de informação, como GGN, Outras Palavras, Diplo, IHU, 247, A Terra é Redonda, e tantas outras fontes.⁷⁶ Mas o poder de manipulação dos gigantes das plataformas que vimos acima ainda é muito dominante, como Max Fisher apresenta no livro mencionado, *A Máquina do Caos* (2023). A família Marinho tem uma fortuna da ordem de 30 bilhões de reais. São recursos de publicidade, pagos por nós na compra dos produtos, financiando informação com viés comercial.⁷⁷

Na área da briga pelo direito à comunicação, ainda estamos dando os primeiros passos. Tal como a IBM na era dos *mainframes*, os gigantes da mídia querem impedir que surja uma liberdade efetiva de comunicação nas comunidades. Em termos técnicos, é bastante absurdo, pois da mesma forma como houve um barateamento radical dos

⁷⁵ Esta legislação foi alterada, liberando a participação de não diplomados em jornalismo. (LD)

⁷⁶ Para uma breve apresentação de fontes, ver L. Dowbor - *Como se informar?* – 2022 - <https://dowbor.org/2019/02/dowbor-como-eu-me-informo-fev-2019-5p.html> ; O Centro de Mídia Barão de Itararé gera um início de articulação em rede dos vários núcleos de mídia não comercial, efetivamente livre. <https://baraodeitarare.org.br>

⁷⁷ Forbes, *290 Bilionários Brasileiros*, 2022, p. 89 - A mídia comercial fica presa aos interesses dos que a financiam. A maximização da atenção a qualquer custo, pois é o que gera maior remuneração da publicidade, leva por sua vez priorizar o que chama a atenção em vez do que informa e enriquece em termos culturais. O besteirol reina. Os filmes na TV quase sempre vêm com etiqueta “Violência, sexo, drogas.” É a indústria da atenção, maximização de atenção e de dividendos. Usando o espectro de ondas eletromagnéticas, que é da natureza.

microcomputadores que permitiu que se tornassem um aparelho doméstico, montar uma emissora é hoje muito simples e barato. Não se justifica mais a megaempresa que termina por controlar conteúdos. Cada escola, cada comunidade deveria ter a sua rádio ou TV comunitária, ajudando a comunidade a se organizar. Tentar impedir esta democratização faz parte das velhas tradições centralizadoras, e em particular dos interesses financeiros. E a universalização da inclusão digital de qualidade é hoje uma prioridade.

10 – O absurdo universitário

Na área universitária, em vez de trancarmos os nossos conhecimentos imitando os comportamentos ultrapassados da empresa privada, temos de nos tornar vetores de multiplicação e disseminação de conhecimento. Analisando as vantagens de se disponibilizar artigos gratuitamente online, Tapscott e Williams citam Paul Camp: “O que nós queremos é informação válida, analisada por *peering*. Que importa se isso aconteceu porque um editor mandou o artigo para ser analisado por alguém ou se ele foi analisado via e-mail por uma comunidade de pessoas interessadas naquele assunto, em resposta à sua publicação preliminar no arXiv? O resultado é o mesmo.” (Tapscott, p.199)

Como fica nisto a nossa pré-histórica cultura de se xerocar um capítulo de livro, e isto servir de base para o trabalho científico dos alunos, nas grandes universidades do país? A equipe da USP-Leste que trabalhou com propriedade intelectual (GPOPAI – Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas de Acesso à Informação) fez um levantamento básico: por ciclo letivo, os alunos deveriam gastar 3800 reais com livros, e 80% vêm de famílias com até 5 salários mínimos, o que significa que os livros simplesmente não são adquiridos. Além do mais, 30% dos livros não são reeditados, e tampouco podem ser xerocados. As editoras gostam de *best-sellers*, e não se interessam por *long-sellers*. (Craveiro, 2008). Não editam, nem deixam editar, pois seguram os direitos autorais. Seria correto que os *copyrights* das editoras caducassem automaticamente ao ficarem os livros esgotados e não reeditados por mais de cinco anos.

Não se trata aqui apenas do direito de acesso aos volumes. É vital o acesso rápido e prático, o “aqui e agora” que as tecnologias permitem, e que os alunos não entendem que não possam utilizar. Mais importante ainda, com a disponibilização em meios digitais, abre-se a perspectiva de cruzamento inovador de conhecimentos, fator essencial na aprendizagem de qualquer ciência. Uma pessoa pode aproximar análises estatísticas de desemprego com análises de impacto psicológico sobre a juventude, e verificar como os processos incidem na criminalidade e assim por diante, juntando autores de diferentes áreas científicas e de diferentes visões políticas. A fantástica possibilidade de se descobrir encadeamentos nas dinâmicas estudadas exige que os materiais estejam disponíveis, online e gratuitas, pois o lucro está no avanço científico da sociedade, e marginalmente na remuneração do autor ou do intermediário. Mustafa Suleyman traz com força esta mudança sistêmica: “A soma de milhares de anos de estudos e pesquisas está disponível em um toque de tecla.”(Suleyman, 152)

Isto levou o MIT – *Massachusetts Institute of Technology* – a mudar radicalmente de postura, e a disponibilizar o conjunto dos seus cursos na íntegra, gratuitamente, online, no chamado *Open Course Ware (OCW)*, tornando “*open course*” o análogo do “*open source*” que é o sistema “fonte aberta” da Linux. A iniciativa do MIT, como principal centro de pesquisa dos EUA, abre caminho para que a universidade em geral opte pelo padrão Creative Commons, assegurando assim a gratuidade do uso não comercial da produção científica.⁷⁸ ArXiv já disponibiliza mais de 2 milhões de artigos. (Suleyman, 129) A China utiliza o sistema ORE (*Open Resources for Education*).

Permitam-me apresentar aqui a minha experiência pessoal, como detentor de um site que trabalha com direitos na linha do *Creative Commons*, hoje com cerca de 1500 títulos. Quando apresentei numa reunião do Comité Gestor da Internet no Brasil a forma como disponibilizo os textos gratuitamente online, um colega comentou comigo depois da reunião: mas o seu exemplo não é sustentável, pois você não ganha dinheiro com isto. Perguntei-lhe quanto ganhava publicando artigos científicos em revistas universitárias, a forma mais avançada de enterrar a nossa produção científica. Não comento aqui a sua resposta.

O fato de publicar gratuitamente nunca travou o meu gosto de pesquisar, pelo contrário, faz-me sentir mais livre. E pelo menos, as pessoas leem o que escrevo, comentam, criticam, e em qualquer parte do mundo, pois a internet é planetária, enquanto a biblioteca é local. E como leem, fico mais conhecido, faço palestras, equilíbrio o meu orçamento de forma indireta. Além do mais, ganho como professor universitário. Não preciso ganhar dinheiro com tudo o que faço. E as editoras estão começando a se dar conta de que a divulgação online apenas aumenta as vendas, pois ler na tela também cansa. O meu livro *A era do capital improdutivo* já teve mais de 10 reimpressões, vende bem nas livrarias, mesmo estando gratuitamente disponível online.⁷⁹

Segundo Peter Eckersley, "Quando a tecnologia tornou possível uma nova abundância de conhecimento, políticos, advogados, corporações e administrações universitárias se tornaram cada vez mais determinados a preservar a sua escassez". A lógica é explicitada por um exemplo: "A água é abundante e essencial; os diamantes são raros e inúteis. Mas diamantes são muito mais caros do que água porque são muito mais escassos. As pessoas que estão no negócio de vender informação têm boas razões para querer um futuro onde o conhecimento seja valorizado como diamantes, e não como água. Aqui, os gigantes farmacêuticos, Hollywood, Microsoft, e até o The Wall Street Journal falam com a mesma voz: 'Continuem expandindo as leis de copyrights e de patentes para que os nossos produtos continuem caros e lucrativos.' E pagam lobistas no mundo todo para assegurar que esta mensagem chegue aos governos". (Eckersley, 2009)

Particularmente absurda é a dificuldade de acesso a conhecimentos desenvolvidos com dinheiro público: "Considerem o movimento de livre acesso (*open access movement*)

⁷⁸ A produção do MIT pode ser acessada em www.ocw.mit.edu

⁷⁹ L. Dowbor – *A era do capital improdutivo* - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-1-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-lit-eraria-sao-paulo-2017-316-p-html.html> ; o site <https://dowbor.org> disponibiliza cerca de 1500 títulos, e reflete sem dúvida minha visão de mundo, pela seleção e comentários, mas se torna uma base de discussão com outras visões. Cada pesquisador pode gerar dessa maneira uma base de enriquecimento científico em rede. Os custos são quase nulos.

que faz campanha para que os artigos científicos sejam de livre acesso para o público, que é quem afinal pagou pela pesquisa com os seus impostos. Historicamente, a maior parte dos textos científicos ficou confinada a publicações caras e essencialmente disponíveis apenas para pessoas com ligações universitárias. Alguns editores resistiram ao movimento de livre acesso, mas a tendência é contrária. Em março deste ano, por exemplo, o congresso americano tornou permanente a exigência de que toda pesquisa financiada pelo Instituto Nacional de Saúde seja abertamente acessível, e outros países estão seguindo o exemplo. É seguro prever que dentro de uma década ou duas, a literatura científica estará online, livre e disponível para pesquisa." (Eckersley, 2009)

Como outros pesquisadores interessados no enriquecimento científico e cultural generalizado, Eckersley não sugere a ausência de remuneração a quem produz ciência, mas o seu deslocamento: "Os que publicam as revistas [científicas] continuarão a ser pagos, mas num ponto diferente da cadeia" (*Journal publishers will still be paid, but at a different point in the chain*). Vale a pena explorar esta visão. Vimos acima o exemplo da IBM, que soube se reconverter, ou seja, passou a ganhar dinheiro "num ponto diferente da cadeia". Tentar impedir o avanço dos meios modernos de divulgação não tem muito sentido, e os grandes intermediários, tanto casas editoras como grandes selos de música precisam pensar no que podem contribuir de melhor no quadro do novo referencial tecnológico, em vez de recorrer o tempo todo ao Estado e à polícia para garantir renda de intermediação, pedágios que dificultam o acesso.

Na realidade, melhor do que nos confinarmos numa guerra ideológica, temos de buscar as novas regras econômicas que permitam equilibrar o interesse maior que é o avanço científico-cultural da sociedade, em segundo lugar o dos autores que criam e inovam, e em terceiro lugar os intermediários que produzem apenas o suporte físico e tendem a se arvorar em "proprietários". O suporte físico é importante, os livros e CDs continuarão a vender, mas não precisam exigir monopólio nem chamar a polícia, e muito menos tentar dificultar o acesso a tecnologias que hoje são universais. E o acesso à versão virtual, que representa custos quase nulos para os intermediários, é frequentemente extorsivo.⁸⁰

11 - Um processo aberto

O que estamos tentando desenhar aqui, não é um conjunto fechado de respostas, mas o leque de questões teóricas que nos desafiam, e que resultam diretamente desta ampla evolução para o que chamamos de sociedade do conhecimento. O eixo de apropriação de mais-valia desloca-se do controle da fábrica para o controle da propriedade intelectual, mudam as relações de produção, altera-se o conteúdo e a remuneração nas trocas internacionais. E numa sociedade moderna e complexa, as relações econômicas exigem soluções mais flexíveis e diferenciadas. São eixos de reflexão que exigem novos instrumentos de análise, e os autores citados acima estão abrindo espaços que vale a pena acompanhar.

⁸⁰ Na PUC-SP sistematizamos um conjunto de propostas para a universidade na era digital: *Os desafios atuais da universidade*, Fernando Almeida, Alipio Casali, Ladislau Dowbor, Antonio Carlos C. Ronca, Lucia Santaella, Maura Veras – (2023)
<https://dowbor.org/2023/08/os-desafios-atuais-da-universidade-o-mundo-contemporaneo-as-redes-de-conhecimento-e-o-compromisso-da-universidade.html>

Não são visões extremistas que encontramos nos trabalhos de Lawrence Lessig sobre o futuro das ideias, de James Boyle sobre a dimensão jurídica, de André Gorz sobre a economia do imaterial, de Jeremy Rifkin sobre a economia de custo marginal zero, de Eric Raymond sobre a cultura da conectividade, de Joseph Stiglitz sobre os limites do sistema de patentes, de Manuel Castells sobre a sociedade em rede, de Alvin Toffler sobre terceira onda, de Pierre Lévy sobre a inteligência coletiva, de Hazel Henderson sobre os processos colaborativos, de Max Fisher sobre o abuso das grandes plataformas de comunicação, de Mustafa Suleyman sobre os desafios da inteligência artificial, de Tom Malleson sobre os impactos sobre a desigualdade. São visões de bom senso, e muitos pesquisadores, autores e editores estão se reajustando. As novas dinâmicas estão em curso, e ocupando espaços na linha de frente tecnológica, não na linha da defesa de dinâmicas desatualizadas. Instituições de pesquisa como o MIT, autores científicos como Lester Brown, editoras como a Fundação Perseu Abramo, autores de música como Gilberto Gil, até escritores de grande sucesso comercial como Paulo Coelho – estão apontando para um universo mais equilibrado. Não se trata de utopias, e sim de mudanças em curso, e os que souberem se readaptar vão encontrar o seu lugar.⁸¹

E não devemos esquecer que a própria vida é essencialmente um código, o código genético: “Tal como a IA, a biologia sintética está numa forte trajetória de custos decrescentes e capacidades em alta. No centro desta onda está a compreensão de que o ADN é informação, um sistema de códigos e de armazenamento biologicamente evoluído...Organismos construídos (*engineered*) geneticamente já representam 2% da economia dos Estados Unidos, por meio de aplicações na agricultura e na indústria farmacêutica.” (Suleyman, p.88) A aplicação da IA à construção ou modificação de formas de vida é um potencial e uma ameaça. É parte importante deste novo universo.

O Brasil neste plano enfrenta uma situação peculiar, pois herdou uma desigualdade que marginalizou grande parte da sua população, e a economia do conhecimento e os seus potenciais ficaram essencialmente limitados ao terço superior da população. É um país onde o setor informal da economia representa quase a metade da população economicamente ativa. Não podemos nos dar ao luxo de não aproveitar ao máximo o imenso potencial que as novas tecnologias apresentam. E hoje, para não estar excluída, a pessoa precisa de um nível de conhecimento muito mais amplo do que a alfabetização que batalhava Paulo Freire. A Pedagogia do Oprimido, hoje, tem expressão digital.⁸²

O desafio da democratização da economia adquire aqui uma dimensão importante, pois o acesso ao conhecimento, novo fator de produção, pode tornar-se um vetor privilegiado de inclusão produtiva da massa dos que foram prejudicados no seu acesso às oportunidades sociais. Como vimos, uma vez produzido, o conhecimento pode ser divulgado e multiplicado com custos extremamente limitados. Contrariamente ao caso dos bens físicos, quem repassa o conhecimento não o perde. O direito de acesso ao

⁸¹ Ladislau Dowbor – *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais* – Ed. SESC-SP, 2020 - <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>

⁸² Onde economia e educação se cruzam pode ser visto neste prefácio que Paulo Freire me pediu para o seu livro *À Sombra desta mangueira* -1995 - <https://dowbor.org/1995/06/prefacio-paulo-freire-a-sombra-desta-mangueira.html>

conhecimento torna-se assim um eixo central da democratização econômica das nossas sociedades.⁸³

São quatro pontos essenciais: primeiro, no centro do progresso econômico e social, e da nossa salvação ambiental, está o conhecimento. Segundo, o conhecimento se multiplica melhor por processos colaborativos: a guerra econômica é ineficiente. Terceiro, o conhecimento imaterial se divulga e generaliza sem custos adicionais, abrindo imensas oportunidades de inclusão produtiva econômica e social. Quarto, como vimos acima, trata-se de tecnologias desenvolvidas essencialmente com recursos públicos, as ondas eletromagnéticas são da natureza, as informações que as plataformas capturam são gratuitas, e nossas informações privadas são apropriadas gratuitamente: não há razão para que o sistema fique na mão de meia dúzia de grupos privados que extraem trilhões, gerando custos absurdos e deformações profundas. O acesso público gratuito, no quadro de regulação global, é o caminho.

⁸³ Isto pode tomar dimensões eminentemente práticas. O Fundo de Universalização das Telecomunicações, por exemplo, poderia assegurar a generalização do acesso banda-larga a toda a população, na linha de um “Brasil Digital”. Andar nas ruas é gratuito, ainda que a sua construção e manutenção custe, mas essa gratuidade e o uso pelas pessoas permite que se instale uma padaria que irá render. Um processo reforça o outro. Hoje pagamos fortunas aos intermediários, pedágio nas “infovias”.

PARTE III – O RENTISMO COMO MECANISMO DE EXPLORAÇÃO

“O sistema financeiro nacional [será] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.” Constituição de 1988, Art. 192

“Nosso sistema financeiro é gigante e disfuncional, pois não atua como criador de crédito e de financiamento do investimento e do consumo do setor privado; mas como corretor dos rentistas que vivem às custas do financiamento da dívida pública.” (Bresser Pereira, 2022)⁸⁴

“We need a meaningful overhaul of the international financial architecture in favour of fair and transparent rules-based sovereign insolvency procedures.”⁸⁵ (FMI/BM, 2023)

⁸⁴ José Luis Oreiro, *et al. Carta Aberta ao Presidente Lula*. Blog jlcoreiro. Economia, Opinião e atualidades. Brasília, 18 nov. 2022. Disponível em:

<https://jlcoreiro.wordpress.com/2022/11/18/carta-aberta-ao-presidente-lula/>

⁸⁵ FMI /BM – 2023 - „Precisamos de uma reestruturação significativa da arquitetura financeira internacional para procedimentos de insolvência soberana baseados em regras justas e transparentes” - https://www.ips-journal.eu/topics/economy-and-ecology/in-search-of-financial-justice-7040/?utm_campaign=en_1147_20231009&utm_medium=email&utm_source=newsletter

O enriquecimento das elites, no quadro do capitalismo industrial, se baseou na exploração por meios de baixos salários. É injusto, e levou a lutas históricas pela melhoria das condições da população trabalhadora. Mas para explorar um trabalhador, o capitalista precisava lhe assegurar um emprego, e precisava produzir bens e serviços úteis, para poder gerar lucros. Na venda, pagava impostos, o que permitia ao Estado completar o ciclo produtivo com bens e serviços de consumo coletivo, essencialmente políticas sociais como saúde, educação e segurança, e também infraestruturas. Foi, durante os 30 anos que sucederam à II Guerra Mundial (e até antes no quadro do New Deal norte-americano), um processo que permitiu simultaneamente o crescimento econômico e a inclusão produtiva, pelo menos, como vimos na primeira parte deste estudo, para os países que hoje constituem o Norte Global. O Sul Global continua, com exceção notável da China, em situação precária, quando não catastrófica.

A partir dos anos 1980, com Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra, mas sobretudo com a evolução para um sistema global de financeirização, o sistema se desloca, com mecanismos que vimos, em particular sistematizado por Brett Christopher no seu *Rentier Capitalism*. Mas uma geração de autores, com forte contribuição de Thomas Piketty, Joseph Stiglitz, Mariana Mazzucato, Michael Hudson e outros, foram descrevendo uma mutação profunda do capitalismo, aportes que aqui organizamos como uma transformação estrutural, gerando um novo modo de produção. Em termos histórico, é uma mudança muito acelerada, se a comparamos com a formação do capitalismo industrial. Como vimos, atinge praticamente todos os setores de atividade, ainda que de maneira desigual. O próprio nome de neoliberalismo que adotamos indica que as caracterizações anteriores já não correspondiam. Mas o “neo” não basta, frente à profundidade das transformações.

O lucro sobre produção evoluiu para rentismo sobre intermediação, o emprego permanente na empresa se tornou em grande parte precário, o Estado provedor e regulador se viu fragilizado frente à dimensão das plataformas da comunicação, da informação, da intermediação comercial, e em particular das finanças. É esta última dimensão que queremos abordar nesta terceira parte, já que o dinheiro não é um “bem”, ou um “produto”, é hoje apenas uma anotação nos computadores, significando um direito sobre bens e produtos de todos os setores da economia. De certa forma, o conhecimento se tornou o principal fator de produção, mas o acesso a este e a outros bens e serviços desenvolvidos na sociedade dependem deste dinheiro, hoje extremamente concentrado. Onde antes tínhamos o poder do dono de uma fábrica, temos hoje um grupo financeiro que, por meio de papéis financeiros, domina amplos setores de economia. Os chamamos ainda de papéis, mas são apenas números nos computadores, e a sua forma de apropriação se deslocou profundamente. A mais-valia tradicional se viu ultrapassada e agravada por mecanismos financeiros muito mais amplos.

Nesta terceira parte do estudo, apresentamos o leque de formas de enriquecimento financeiro que não corresponde, ou não é proporcional, à contribuição produtiva de quem as maneja. As finanças não são um setor, são uma dimensão de tudo o que fazemos: algoritmos programados para maximizar os lucros dos intermediários que dominam o universo econômico moderno. Apresentamos aqui os mecanismos concretos

de como este sistema funciona no Brasil, nesta mistura estranha de desigualdade, fome, violência e destruição ambiental, gerados e controlados por tecnologias de ponta.

A produtividade sistêmica da economia depende essencialmente da alocação racional de recursos. Isso implica por sua vez que haja convergência entre o destino dos recursos e os interesses da sociedade. Hoje o dinheiro impresso pelo governo representa cerca de 5% apenas da liquidez, a quase totalidade consiste em sinais magnéticos, dinheiro virtual. A fluidez radicalmente nova desse meio de pagamento, bem como a financeirização generalizada e a conectividade planetária, permitiram formas de apropriação do produto social muito mais amplas. Analisamos esse processo como fluxo financeiro integrado, envolvendo tanto os juros sobre a dívida pública como o endividamento das famílias e das empresas produtivas, além da deformação tributária e outros mecanismos. A apropriação improdutiva dos recursos representa no Brasil cerca de 20% do PIB.

Devemos acrescentar também a evasão fiscal, da ordem de 6% do PIB, e as renúncias fiscais, da ordem de 5% do PIB: são recursos que não são drenados do Estado, das famílias e das empresas, mas que deixam de entrar no orçamento público. Em terceiro nível, temos de contabilizar as perdas causadas pela deformação do sistema tributário, em particular a isenção de lucros e dividendos distribuídos, a isenção da produção de bens primários e semi-primários destinados à exportação (Lei Kandir), e a não cobrança efetiva do ITR, Imposto Territorial Rural. No conjunto, a esterilização de recursos econômicos no quadro da financeirização representa um dreno líquido do PIB superior a 25%, mesmo considerando uma parte que retorna à economia produtiva.

Trata-se aqui de uma sistematização dos volumes drenados no que temos chamado de capital improdutivo. Esses recursos deveriam ser reorientados para dinamizar o conjunto dos processos de desenvolvimento no país. O absurdo do sistema, é que essa reorientação poderia assegurar mais riqueza inclusive aos que hoje dominam a apropriação financeira no curto prazo. Trata-se de incompetência econômica sistêmica.

1 – Os juros extorsivos

O básico é o seguinte: quando rende mais o rentismo financeiro, ou seja, a aplicação em títulos e diversos “produtos” financeiros, do que abrir uma empresa e realizar um investimento produtivo, o dinheiro flui para onde rende mais: para ganhos improdutivos. Um exemplo: quando o país enfrenta uma taxa básica de juros (Selic) de 13,75%, este valor é pago pelo governo, aos detentores privados dos títulos da dívida pública, basicamente os 10% mais ricos da sociedade, usando os impostos que pagamos. Ou seja, esses impostos, em vez de financiarem educação, saúde ou infraestruturas, vão para os grandes grupos financeiros, que gostam de se chamarem de “mercados”, mas têm nome e endereço, e são poucos. O Estado não se endividou para construir escolas, por exemplo, ou no Bolsa Família: 82% do aumento da dívida pública resultam de juros acumulados. Sem nenhuma contribuição produtiva, esses grupos drenam anualmente, só nesta modalidade, cerca de 700 bilhões de reais, ou seja, o equivalente a cerca de 7% do PIB. Esses 7% do PIB podiam se transformar em investimentos produtivos, mas para que o dono de um capital vai arriscar na economia real, se pode ganhar 13,75% sem

risco e sem esforço? Descontando a inflação, um ganho líquido de 8,5%. Em 2024, frente ao escândalo que isso representa, conseguiu-se reduzir para 10,5%. Em nome do combate à inflação, quando está em cerca de 4%, e não é de demanda.⁸⁶

O endividamento público poderia se justificar se, por exemplo, financiasse um programa de apoio tecnológico à agricultura familiar: resultaria uma produtividade mais elevada, mais produto, cujo consumo por sua vez permitiria o retorno para os produtores, os empresários da cadeia alimentar, e o próprio Estado no imposto sobre o consumo e diversos pontos do ciclo produtivo dinamizado. No nosso caso, o fato de 82% do aumento da dívida resultar de juros acumulados, significa que estamos simplesmente alimentando especuladores financeiros. Segundo pesquisa de Carlos Luque (et al.) “Desde 1995 o governo pagou aos detentores da dívida pública o equivalente a 5-7% do PIB ao ano, muito mais do que o déficit das aposentadorias ou outros itens de gastos objeto de muita discussão no Congresso e na mídia.”⁸⁷

Um dreno improdutivo deste porte necessita de uma narrativa: se trataria de proteger a população da inflação. É uma farsa evidentemente, pois só numa economia sobreaquecida, que precisa ser esfriada, e, portanto, com inflação por excesso de demanda, elevar a taxa sobre a dívida pública seria eficiente. O último ano de crescimento significativo no Brasil foi em 2013, 3,0%. Numa economia estagnada, transferir mais recursos públicos para grupos financeiros que reaplicam para obter mais juros, em vez de financiar infraestruturas, por exemplo, o que dinamizaria a economia, constitui uma apropriação indébita de recursos públicos.⁸⁸ Em 2022 terão sido entre 600 e 700 bilhões drenados. Para termos uma ordem de grandeza do que este montante significa, lembremos da batalha parlamentar que foi, em dezembro de 2022, obter no Congresso a autorização de 145 bilhões, com a PEC da Transição, para enfrentar situações mais críticas da população. Esse montante representa aproximadamente 1,5% do PIB, próximo do custo do Bolsa Família, que financia 21 milhões de famílias.

Este desequilíbrio é agravado pelo crédito privado. Os juros praticados no Brasil, para pessoa física e pessoa jurídica, constituem um dreno mais amplo. Pesquisa apresentada em manchete do Estado de São Paulo, apontava que os juros tiravam um trilhão de reais da economia real, em 2016, o que representava na época 16% do PIB.⁸⁹ O relatório *Estatísticas monetárias e de crédito* do Banco Central, de abril de 2024, apresenta os

⁸⁶ Quando oligopólios elevam os preços, como é o caso dos planos de saúde ou da indústria farmacêutica, ou ainda do gás de cozinha e dos combustíveis de petróleo, simplesmente o fazem para aumentar os dividendos. É inflação gerada por lucros (*profit inflation*). Não é inflação de demanda, e as justificativas do Banco Central, nesta fase Campos Neto, são simplesmente falsas.

⁸⁷ Carlos Luque et al., *Uso e abuso da taxa de juros*, Valor, 11 de maio de 2022 – Também em <https://horadopovo.com.br/economistas-da-usp-condenam-o-uso-e-o-abuso-da-taxa-de-juros/>

⁸⁸ “Apropriação indébita” é o termo utilizado para este tipo de desvio. Em nível inferior seria “roubo”, e em nível superior seria “contabilidade criativa”, como no caso das Lojas Americanas. Apropriação indébita é em geral legal, simplesmente porque são os beneficiários que fazem as leis que a autorizam. Mas não tem contrapartida produtiva. Neste sentido, é legal, mas não é legítima. Ver *Apropriação indébita*, Gar Alperovitz e Lew Daly, Ed. Senac, 2010, <https://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html>

⁸⁹ *Crise de crédito tira R\$1 tri da economia e piora recessão* – OESP, 18 de dezembro de 2016. Ver análise em L. Dowbor, *A Era do Capital Improdutivo*, p. 211 - <https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-li-teraria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>

dados do volume de crédito privado concedido a pessoas físicas e jurídicas, com um total de 5,8 trilhões, distribuídos em 1,4 trilhão para pessoa jurídica no crédito livre, pagando juros de 21,4% (seriam da ordem de 3% na Europa); 2,0 trilhões concedidos a pessoas físicas, com juros de 52,5% (da ordem de 4 a 6% na Europa); e 2,4 trilhões em crédito direcionado. “A taxa média de juros das novas contratações atingiu 27,8% em fevereiro [2024]”.⁹⁰ Essa média sobre os 5,8 trilhões concedidos daria um dreno da mesma ordem que o de 2016, cerca de 1,6 trilhão, 15% do PIB.

As pessoas em geral têm dificuldade em “materializar” na sua cabeça o que representa um trilhão e meio de reais. Mas dividido pela população, 203 milhões, é um custo de 8 mil reais para cada um de nós. Daria também para construir 10 milhões de casas populares. Esse volume de juros extraídos de famílias e de empresas reduz drasticamente o consumo privado e o investimento empresarial, atingindo também o emprego, e contribuindo para a desindustrialização do país. Alguma parte disso volta para a economia? Não temos esse dado para o Brasil, mas o cálculo equivalente nos Estados Unidos, do Roosevelt Institute, é de que são apenas 10%. Mariana Mazzucato, no caso da Grã-Bretanha, calcula 15%.⁹¹ De toda forma, trata-se de um gigantesco dreno improdutivo, que gera as fortunas impressionantes dos bilionários brasileiros que a Forbes apresenta, e também dos grandes gestores internacionais de ativos.

Esse rentismo institucionalizado é hoje legal, já que uma emenda constitucional no início de 2003 retirou da Constituição o artigo 192 que tipificava a usura como crime: “As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.” Lembrando que o princípio geral na Constituição reza que “o sistema financeiro nacional, [será] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”, aliás única frase, introdutória, que restou do artigo 192. Não se trata de generosidade, pois o dinheiro que o banco nos empresta é nosso, e o dinheiro da dívida pública é dos nossos impostos.⁹² As pessoas também não têm visão clara do que é usura, ou agiotagem. Na França, por exemplo, a proibição da usura está no código do consumidor, definida como cobrança de uma taxa de juros que ultrapasse em um terço a taxa média praticada pelas instituições financeiras no trimestre anterior. O exemplo é que um empréstimo entre 3 mil e 6 mil euros, em que a taxa de juros média no mercado é de 7,35% ao ano, não poderá ultrapassar 9,80%. Para um

⁹⁰ *Estatísticas monetárias e de crédito* – 2/04/2024 – Banco Central

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>

⁹¹ Mariana Mazzucato – *The Value of Everything* – 2018 – “O setor financeiro presentemente representa uma parte significativa e crescente do valor agregado e dos lucros da economia. Mas apenas 15% dos fundos gerados vão para empresas nas indústrias não-financeiras.” (P. 136 da edição original em inglês.) Segundo J.W. Mason, do Roosevelt Institute, “In the 1960s and 1970s, an additional dollar of earnings or borrowing was associated with about a 40-cent increase in investment. Since the 1980s, less than 10 cents of each borrowed dollar is invested.” <https://rooseveltinstitute.org/publications/disgorge-the-cash/> Ver também Marjorie Kelly, *The Divine Right of Capital: dethroning the corporate aristocracy* – Berrett-Koehler, San Francisco, 2001

⁹² Hermes Zaneti descreve com precisão como os bancos conseguiram tirar o artigo 192 da Constituição, no livro *O Complô, a batalha dos bancos para derrubar o artigo 192º da Constituição*, veja-se em particular as páginas 157 e seguintes. Edição atualizada em 2023:

<https://dowbor.org/2024/04/o-complo-2.html>

montante acima de 6 mil euros, em que a taxa média anual é de 3,70%, não poderá ultrapassar 4,93% ao ano.⁹³

Importante referir que só no Brasil se usa apresentar as taxas de juros no setor privado como juros mensais. Isso foi herdado da fase da hiperinflação, em que chegamos a variações mensais tão elevadas que os juros também passaram a ser calculados ao mês. A hiperinflação foi derrubada em 1994, mas os bancos continuaram a apresentar a taxa de juros ao mês, o que a torna comparável ao que se cobra no resto do mundo, só que ao ano. Na Constituição, os 12% de juros reais se referiam obviamente a juros ao ano, e a taxa Selic, juros interbancários e sobre a dívida pública, também são calculados como anuais. Um exemplo prático: o Santander mandou para o meu celular essa oferta que transcrevo textualmente: “Santander: Ladislau, ótima notícia p/os momentos de sufoco! A taxa de juros do seu limite da conta caiu p/5,9% a.m., até 31/01/2023.” Não pedi esta oferta, invadem o meu celular, imagino que chegou a milhões, e que muita gente no sufoco, poderia achar que é realmente uma “ótima notícia” e se enforcar num empréstimo inicial que nunca vão conseguir saldar. Juros ao mês de 5,9% equivalem a praticamente 100% ao ano (98,95%). O banco trabalha com desinformação, pouca gente saberá calcular o juro composto anual. O Santander é o banco de origem do presidente do banco central nomeado pelo governo Bolsonaro.

Não à toa temos 79% das famílias no Brasil atoladas em dívidas, trabalhando para pagar juros, e frequentemente apenas alongando a dívida.⁹⁴ A inadimplência atingiu 70 milhões de adultos em 2023.⁹⁵ É bancarrota pessoal em massa. Não há controle, o Banco Central é “autônomo”, ou seja, controlado pelos grupos que deveria regular. A facilidade com a qual os grupos financeiros se apropriaram da instituição reguladora, tão importante para que os recursos financeiros sirvam à economia, e não o contrário, lembra muito a facilidade com a qual conseguiram tirar o artigo 192 da Constituição: não precisaram de outra Constituinte, apenas se apoiaram nos interesses financeiros dos próprios deputados e senadores, também aplicadores financeiros. Lembrando que entre 1997 e 2015, as corporações foram autorizadas a financiar as campanhas eleitorais; apenas no final de 2015 o STF se deu conta de que o artigo primeiro da Constituição, “todo poder emana do povo” tinha sido violado, e a autorização foi revogada. Mas o mal já estava feito. Nos Estados Unidos, onde autorização semelhante foi adotada em 2010, e segue em vigor, os americanos comentam que “temos o melhor congresso que o dinheiro pode comprar”. O Banco Central é hoje uma ferramenta na mão das elites financeiras.

A agiotagem atinge igualmente, se bem quem menor medida, as pessoas jurídicas. A mesma nota do Banco Central, *Estatísticas Monetárias e de Crédito*, mostra um estoque de créditos de 1,4 trilhão de reais, com uma taxa de juros média em 2022 de 23,1%. No

⁹³ Banque de France – Taux d’usure 2022 - <https://www.banque-france.fr/statistiques/taux-dusure-2022t1>

⁹⁴ Confederação Nacional do Comércio – CNC – 2022 - <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/10/com-endividamento-em-setembro-inadimplencia-atinge-maior-valor-em-12-anos.htm>

⁹⁵ “Em cinco anos, o número de brasileiros inadimplentes passou de 59,3 milhões, em janeiro de 2018, para 70,1 milhões, em janeiro de 2023, um recorde na série histórica. É o que mostra estudo inédito da Serasa Experian, divulgado nesta segunda-feira (27/02/2023) em Brasília” - <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mais-de-70-milhoes-de-brasileiros-estao-inadimplentes-diz-serasa/>

resto do mundo este tipo de crédito é da ordem de 3%. Na China é de 4,6% ao ano, o que descontando a inflação de 2% significa um juro real de 2,6%. Os juros pagos pelas empresas, em particular a pequena e média empresa – as grandes corporações têm outro nível de negociação – representaram em 2022 cerca de 320 bilhões de reais, 3,2% do PIB. A empresa no Brasil tem assim um triplo desestímulo ao investimento produtivo: as famílias estão endividadas, e a demanda está travada; tomar empréstimo nos bancos é proibitivo, pela taxa de juros cobrada; e existe a alternativa de usar o seu capital para comprar títulos da dívida pública, com rendimento sólido e sem risco, custeado pelos nossos impostos.

A parte do dreno financeiro ligada aos juros apresenta assim um triplo travamento da economia: O Estado perde grande parte da sua capacidade de investimento, o que significa uma fragilização das políticas sociais e dos investimentos em infraestruturas; as famílias desviam grande parte da sua já restrita capacidade de compra para pagamento de juros, o que fragiliza o principal motor da economia, que é o consumo das famílias; e o país de desindustrializa, com o desestímulo estrutural do investimento empresarial produtivo. É importante reiterar que o último ano de crescimento significativo do Brasil foi 2013, 3%. De lá para cá, apenas tivemos uma aparência de crescimento em 2021 e 2022, simples recuperação da recessão de 2020, com a Covid-19.⁹⁶ O dreno dos recursos públicos é da ordem de 7% do PIB, o das famílias é da ordem de 10% do PIB, o das empresas da ordem de 3%. Estamos falando de 20% do PIB, dinheiro que poderia ser investido. Faz parte do que Mariana Mazzucato chama de “*extractive capitalism*”, capitalismo extrativo.

2 – Evasão fiscal e renúncias fiscais

O sistema de juros extorsivos que vimos acima constitui um dreno que trava o investimento do Estado, o consumo das famílias e as atividades produtivas. É dinheiro retirado do circuito econômico produtivo, do que hoje chamam de “economia real”, para favorecer corporações financeiras. Mas outra forma de travamento da economia está ligada a dinheiro que não é drenado, mas que deixa de entrar. Trata-se da evasão fiscal. O Sinprofaz, Sindicato dos Procuradores da Fazenda, estima que “no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, o prejuízo do país com a sonegação fiscal alcançará os R\$626,8 bilhões de reais.” O Sinprofaz lembra que são recursos que, se tivessem entrado no caixa do Governo, poderiam ser revertidos em políticas públicas.⁹⁷ São cerca de 7% do PIB. As pessoas comuns não têm como praticar a evasão, ou porque são assalariadas, e têm desconto na folha, ou porque são consumidores: a massa da população gasta o essencial com compras e paga os impostos incorporados no preço. Já temos aqui, somando o serviço da dívida pública, cerca de 7% do PIB como vimos, e a evasão, por baixo, um dreno da ordem de 14% do PIB, fragilizando o Estado.

⁹⁶ Em 2023, tivemos um crescimento de 2,9%, já resultado das iniciativas do governo Lula de repassar recursos para a base da sociedade, com todos os limites do “arcabouço”.

⁹⁷ Sinprofaz,

<https://www.sinprofaz.org.br/noticias/sonometro-fecha-ano-com-valor-superior-a-r-626-bilhoes/> Ver também Felipe Clemente (et al.) *Brazilian Evidence on Tax Evasion and Enforcement* – Criminal Justice Review, 2021 – Sage Publications
<https://www.sinprofaz.org.br/pdfs/sonegacao-fiscal-o-povo-fortaleza-ce.pdf>

Lembremos, para efeito de comparação, que o Bolsa Família representa cerca de 1,5% do PIB.

Outro recurso que deixa de entrar para o Estado resulta das renúncias fiscais. Segundo informe da Câmara dos Deputados, “as renúncias de impostos concedidos pela União a parcelas da sociedade devem chegar a R\$456 bilhões em 2023, ou 4,29% do Produto Interno Bruto (PIB). O total é um pouco superior ao que o governo gasta anualmente com o pagamento de pessoal.”⁹⁸ Aqui também se trata de grupos que utilizam, como todos nós, recursos públicos (universidades públicas, ruas asfaltadas etc.), mas que não pagam impostos. Não é propriamente vazamento, é dinheiro que deixa de entrar. Com uma carga tributária da ordem de 34%, o problema nosso não é de falta de recursos, e sim de para onde são canalizados, e isso inclui o não pagamento do imposto devido.

Alguns drenos são mais escandalosos que os outros. Mas de forma geral, o que chamamos de elites, uma colusão de bilionários nacionais com as grandes corporações transnacionais, usam o Estado (que criticam) para se apropriar dos seus recursos, e para que facilite a apropriação improdutiva dos recursos das famílias e das empresas. Até aqui temos, como ordens de grandeza, e com variações na composição segundo os anos, 6 a 7% do PIB drenados pela dívida pública, cerca de 6% por evasão fiscal, mais de 4% por renúncias fiscais, e cerca de 13% do PIB por juros extorsivos sobre o setor privado (10% do PIB sobre famílias e 3% sobre pessoas jurídicas). Ou seja, por dreno do que entrou, por não entrada do que é devido, e por agiotagem, o desequilíbrio é da ordem de 30% do PIB. Não à toa a economia está estagnada. Se o PIB não apresenta números ainda mais fracos, é porque lucros financeiros – rentismo sem contribuição produtiva – e exportações de bens primários, aparecem como “produção”, apesar de constituírem drenos.

3 – O absurdo tributário

Aos drenos baseados em juros, bem como na evasão e renúncias fiscais, temos de acrescentar a política tributária. Na Europa, por exemplo, a tributação permite corrigir parcialmente os desequilíbrios, cobrando mais dos que mais recebem, com política de tributação progressiva. A nossa, pelo contrário, é regressiva, cobrando proporcionalmente mais dos mais pobres, e agravando os mecanismos vistos acima. Para um país que tem a desigualdade como principal entrave ao desenvolvimento, isto é catastrófico, e mostra o grau de controle político das elites financeiras.

Desde 1995, lucros e dividendos distribuídos, no Brasil, não pagam impostos. Ou seja, os 290 bilionários que aparecem na Forbes de 2022 são isentos de impostos, com a justificativa de que as empresas que possuem já os pagaram. Naturalmente, a capitalização da empresa e o enriquecimento dos seus acionistas, como pessoas físicas, são coisas diferentes, mas o resultado é que os muito ricos simplesmente são isentos. Eu, como professor universitário, pago 27,5%. Com a aprovação da isenção em 1995, não pagar impostos sobre lucros e dividendos se tornou legal. Como no caso da

⁹⁸ Câmara dos Deputados – 29 de setembro de 2022 - [https://www.camara.leg.br/noticias/910855-RENUNCIAS-FISCAIS-CHEGARAO-A-R\\$-456-BILHOES-NO-ANO-QUE-VEM](https://www.camara.leg.br/noticias/910855-RENUNCIAS-FISCAIS-CHEGARAO-A-R$-456-BILHOES-NO-ANO-QUE-VEM)

agiotagem, uma atividade categorizada como crime torna-se legal, não porque respeitam a lei, mas porque a tiraram.

No caso do imposto territorial, o ITR (Imposto Territorial Rural), está vigente a obrigação, mas o imposto simplesmente não é cobrado, resultado do peso político do agronegócio, tanto na sua dimensão moderna corporativa como na dos latifúndios tradicionais herdados do passado. Caberia aqui acrescentar a grilagem, totalmente ilegal, mas tolerada. A não cobrança do ITR favorece a posse improdutivo da terra, visando enriquecimento patrimonial. Isso não é lucro sobre produção, e sim rentismo imobiliário, que reforça a gigantesca subutilização do solo agrícola. Não usam e não deixam usar: aguardam a valorização passiva. Lembremos que o censo agropecuário de 2017 mostra, como vimos, que temos 351 milhões de hectares de estabelecimentos agrícolas, mas que somando a agricultura temporária e permanente, o uso efetivamente produtivo do solo é de somente 63 milhões de hectares.⁹⁹

O mesmo peso político (nacional e internacional) das grandes corporações permitiu que a produção destinada à exportação não pague impostos. Trata-se da Lei Kandir, de 1996, que isenta de tributos a produção de bens primários e semielaborados destinados à exportação. Ou seja, com a privatização da Vale, por exemplo, colocando-a nas mãos de acionistas privados nacionais e internacionais, o dreno de minérios, que constituem uma riqueza natural do país, passa a gerar dividendos para acionistas privados, mas não receitas para o Estado. Exportações primárias, nas suas dimensões de mineração e de agronegócio, passam a ter vantagem sobre a produção para o mercado interno. São atividades que geram poucos empregos, muitos desastres ambientais, e maior dependência relativamente aos interesses dos gigantes mundiais de intermediação de commodities. A reprimarização geral da economia que vivemos nos últimos anos, bem como a desindustrialização do país, estão diretamente ligados a este marco institucional.¹⁰⁰

O caso do petróleo é particularmente instrutivo. O Brasil controla o ciclo completo do petróleo: a tecnologia, a extração, o refino, a distribuição, a indústria petroquímica. Mas antes de tudo o petróleo está em território nacional, é uma riqueza da nação. Países que não têm petróleo são obrigados a pagar os preços internacionais. Mas o Brasil, que controla o ciclo completo, não tem nenhuma razão para se submeter às variações de preços internacionais, que resultam de escolhas políticas de um grupo restrito de corporações. A privatização parcial da Petrobrás, ao colocar o controle da empresa nas mãos de acionistas nacionais e internacionais, equivale a uma desnacionalização. Os lucros que anteriormente financiavam reinvestimento na empresa e políticas públicas se transformaram em grande parte em dividendos, eles mesmos isentos de impostos. Trata-se de uma apropriação de bens públicos, em nome da eficiência e da luta contra a corrupção. A população que passou a pagar o dobro pelo botijão de gás ou para encher o

⁹⁹ IBGE - https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html; O estudo de Brett Christophers que vimos acima, *Rentier Capitalism* (2020) e o mais recente *Our lives in their portfolios* (2023) ajudam muito na compreensão das novas formas de apropriação do excedente social por grupos improdutivos.

¹⁰⁰ Sobre a reprimarização do país, ver a nota de Márcio Pochmann, *O violento consenso das commodities*, Outras Palavras, 30 de janeiro de 2023 - <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-o-violento-consenso-das-commodities/>

tanque do carro está alimentando acionistas, essencialmente grupos financeiros.¹⁰¹ E depois nos explicam que temos de manter a taxa Selic elevada, para nos proteger da inflação. Dreno sobre dreno.

Seria um desafio importante calcular quanto se perde pelos impostos não pagos, somando a isenção de lucros e dividendos distribuídos, as perdas que resultam da lei Kandir, o ITR não aplicado, ou a elevação de preços de derivados do petróleo que elevam os custos de vida da população e os custos de produção das empresas – o custo da energia penetra inúmeros setores e generaliza elevações de preços – sem contribuição produtiva correspondente. Somando os drenos, pelos juros sobre a dívida pública, a evasão fiscal, a agiotagem bancária, as renúncias fiscais, a isenção de lucros e dividendos, a isenção de exportações primárias (lei Kandir), e o não-pagamento do ITR, e mesmo considerando que uma parte dos ganhos financeiros volta para a economia real (os 10% a 15% mencionados acima), o fato é que o conjunto inviabiliza a economia do país. Hoje apenas funcionam o setor de exportação primária e o mercado financeiro, cujos números mascaram a paralisia econômica.¹⁰² Os 2,9% de crescimento econômico que o Brasil conseguiu em 2023 resultam do imenso esforço do atual governo de redirecionar recursos para a base produtiva do país, com todos os limites do arrouço fiscal.

4 – Um dreno rentista

Os chamados “mercados” e a direita em geral clamam pelo equilíbrio fiscal, ou seja, limitar os ‘gastos’ com educação, saúde, infraestruturas e semelhantes, na realidade investimentos nas pessoas e na economia real, enquanto geram exatamente o déficit ao drenarem os recursos do setor público, das famílias e das empresas produtivas, em proveito de lucros sobre exportações primárias e intermediação financeira, que chamam de ‘investimentos’. Afirmar que uma elite improdutivo extrai da economia real o equivalente a 25% do PIB, é hoje uma conta conservadora. Lembremos que a fase distributiva do país, de 2003 a 2013 (a ofensiva do golpe já começou em 2014), assegurou empregos, alimentação e um crescimento médio de 3,8% ao ano, mesmo com a crise mundial de 2008. O desafio que temos pela frente, é o de reorientar os nossos recursos para a economia real, maior consumo das famílias, maior investimento produtivo das empresas, e expansão das políticas sociais e infraestruturas por parte do setor público. Quem paga por isso? É só reduzir moderadamente o dreno dos improditivos.

¹⁰¹ Eduardo Fagnani me lembra que a Petrobrás, por exemplo, distribuiu ao todo, mais de R\$ 217 bilhões em dividendos aos acionistas em 2022. E seus acionistas não pagaram um centavo de tributo. Em 2021 tinham sido 73 bilhões, multiplicaram por três em um ano. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/04/petrobras-triplica-os-dividendos-pagos-a-acionistas-em-2022-governo-fica-com-r-62-bilhoes.ghtml>

¹⁰² É útil lembrar que só após 2002 os ganhos financeiros passaram a ser considerados como “produto” e não como “custo” no sistema internacional de contabilidade. Assim o que é um custo passou a ser incorporado no PIB como crescimento. É como contabilizar os ganhos dos atravessadores comerciais na agricultura como produto. A mudança nas contas é detalhada por Mariana Mazzucato em *The Value of Everything*, (2018), página 106 e seguintes da edição original. A financeirização é um processo global, apenas mais grotesco no Brasil.

Não se trata aqui apenas dos lucros exorbitantes do 1% de improdutivos. O rentismo beneficia sem dúvida o 1% ou 0,1% que detém o grosso das aplicações financeiras (que chamam de “investimentos”), mas também gerou uma classe-média-alta que em outros tempos investiriam em empresas efetivamente produtivas, produzindo sapatos, manteiga ou bicicletas. Hoje, como rende mais fazer aplicações financeiras, com risco zero e pouco trabalho, o capital que um dia já foi produtivo migrou para o rentismo improdutivo. A desindustrialização do país está diretamente ligada ao redirecionamento das poupanças para aplicações financeiras em vez de investimentos produtivos.

Com isso gerou-se uma forte camada social privilegiada que clama por juros altos e rendimentos financeiros os maiores possíveis, formando uma base política mais ampla que trava as reformas necessárias: uma classe-média-alta rentista. Em outros tempos abririam uma empresa, gerariam produtos, empregos, lucros e impostos. Hoje são “investidores”. Grande parte dos políticos tem os seus recursos em aplicações financeiras, e se tornam interessados no sistema. Em termos de rigidez política contra a modernização do país, temos assim os interesses do 1% nacional, associados aos grandes gestores internacionais de ativos financeiros e traders de commodities, uma classe média alta que lucra com aplicações financeiras, e uma classe política no sentido amplo, envolvendo a grande mídia.¹⁰³ Em termos de apoio popular mais amplo, temos de acrescentar o uso político da religião por igrejas pentecostais e o forte poder de disseminação de ódio e de polarização política das mídias sociais, que as novas tecnologias ampliaram de maneira radical.¹⁰⁴

O quadro macroeconômico que aqui apresentamos vai muito além do “tripé” tão falado, superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação. Em termos gerais resume o dreno financeiro que assola o país, que gera paralisia econômica, uma tragédia social e dramas ambientais, mas que gera também suficientes recursos no topo da pirâmide social para travar as mudanças institucionais necessárias. O fato é que a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, foi parcialmente desativada, não porque “não cabe no orçamento”, mas porque não cabe nos interesses das corporações nacionais e internacionais associadas. A macroeconomia que interessa ao país precisa adotar um “tripé” que funcione: renda básica, políticas sociais e garantia de emprego.

Não é jogo de palavras. Mais renda na base da sociedade gera demanda, e as empresas passam a ter para quem vender. Isso por sua vez gera mais produção e mais empregos. Tanto o consumo que aumenta como a atividade empresarial que aumenta rendem mais recursos para o governo, cobrindo o déficit, não apertando o cinto dos pobres para “reduzir gastos”, mas dinamizando a economia para aumentar as entradas. Isso permite que o governo expanda o ciclo com mais políticas sociais e ambientais, e melhores infraestruturas. E os bancos poderão ganhar mais dinheiro, com juros mais baixos e volumes maiores. É o círculo virtuoso. Não há mistérios quanto ao que fazer, mas o financiamento produtivo envolve a redução radical do dreno dos improdutivos.¹⁰⁵ As

¹⁰³ A Rede Globo, que exerceu uma função importante nos diferentes golpes de Estado no país, e trava toda iniciativa de democratização econômica, é propriedade da família Marinho, que ostenta conforme vimos uma fortuna de 29 bilhões de reais (Forbes, *Bilionários Brasileiros 2022*, p. 89)

¹⁰⁴ Ver Max Fisher, *A máquina do caos*, Ed. Todavia, São Paulo 2023; o capítulo 11 trata em particular do Brasil.

¹⁰⁵ Para o detalhe das propostas de reorientação da economia para a inclusão produtiva, ver L. Dowbor, *Resgatar a função social da economia*, Ed. Elefante, 2022 – Disponível em

empresas poderão ganhar dinheiro, mas investindo os recursos de forma útil para a sociedade. Lembrando uma vez mais que esses recursos, tanto os dos impostos que pagamos, como dos depósitos nos bancos, são nossos. Os recursos naturais também. Não basta que o seu uso seja legal, precisa ser legítimo.

Esta terceira parte visou aproximar números normalmente apresentados separadamente, com fontes dispersas, mas que, no entanto, se referem a uma dinâmica comum, o fluxo financeiro integrado. Em outras palavras, de onde vem e para onde vai o dinheiro. A diversidade das fontes representa aqui uma fragilidade, por empregarem metodologias diversificadas, mas as ordens de grandeza são impressionantes. E a análise deveria ser estendida: por exemplo, as perdas causadas pela não cobrança de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos poderiam ser estimadas, tomando como referência a média cobrada nos países da OCDE. É o caso também da não cobrança do ITR, que deveria ser estimada ao confrontar alíquotas e a imensidão das terras paradas ou subutilizadas. A lei Kandir que isenta exportações primárias também gera perdas que deveriam ser quantificadas. Os desvios para paraísos fiscais, montantes canalizados pelos nossos grandes bancos, poderiam ser avaliadas.¹⁰⁶ Os custos de se utilizar o dólar e não as moedas dos países parceiros, no comércio internacional, deveriam fazer parte também do que chamamos aqui de metodologia de avaliação do fluxo financeiro integrado.

De certa forma, trata-se de acoplar, às contas nacionais tradicionais, formas atualizadas de avaliação, acompanhando a nova fluidez dos fluxos, que resulta do fato da moeda constituir hoje essencialmente uma notação virtual nos computadores, no quadro do *high-frequency-trading*, sem que os mecanismos de regulação tenham sido atualizados. De toda forma, o volume de desvios evidenciado ao se somar os diferentes drenos, já comprova uma deformação sistêmica da arquitetura financeira do país, que se tornou sistemicamente disfuncional. Mas é um modo de produção, no sentido de organização sistêmica, como o foi o feudalismo, e não à toa hoje muitos se referem à “aristocracia financeira”. Grande parte das fortunas atuais já são hereditárias.

Para pessoas pouco familiarizados com os mecanismos financeiros que se expandiram nos últimos anos, imagino que fica a dúvida: será realmente tão simples assim, que estão se apropriando dos recursos da sociedade através da manipulação da taxa Selic, da agiotagem no sistema privado de crédito, de evasão fiscal, além de deformação do sistema tributário? A verdade é que o dreno financeiro se tornou descontrolado. E é

<https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

¹⁰⁶ Os números que temos sobre dinheiro brasileiro em paraísos fiscais datam do estudo do TJN (Tax Justice Network), que o estimou em 2011 em 520 bilhões de dólares, equivalentes a cerca de 28% do PIB da época. É um estoque, não fluxo anual. Campos Neto e Paulo Guedes contribuem, mas também tantas fortunas brasileiras, que poderiam usar esses recursos para dinamizar a economia. Apenas drenam. O BTG Pactual tem dezenas de filiais em paraísos fiscais, outros bancos também, são os canais. Malleson insiste com razão que não basta controlar os que evadem o fisco, é preciso regular os bancos que facilitam a evasão. É um sistema, um modo de produção rentista, mas que gosta de se qualificar de capitalista, e de se referir a “mercados”. Tax Justice Network – James Henry, *The price of off-shore revisited* – 2011 https://www.taxjustice.net/cms/front_content.php?idcat=148; Os dados sobre o Brasil estão no Appendix III, (1) pg. 23

<https://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Appendix%203%20-%20202012%20Price%20of%20Offshore%20pt%201%20-%20pp%201-59.pdf>

igualmente verdade que este sistema é simplesmente imoral. Mas é difícil fazer uma pessoa entender algo, quando os seus interesses consistem em não entender. Chamar essa forma de apropriação improdutiva de riqueza, por parte de corporações que mais drenam do que produzem, de “capitalismo”, e se qualificarem de “mercados” é um empréstimo de legitimidade. No mínimo, é apropriação indébita. Mas o fato de deformações deste porte terem sido possíveis, mostra a dimensão do desafio político.

PARTE IV – NOVOS ENFRENTAMENTOS

All the world's knowledge, best practices, precedent and computational power will be available, tailored to you, to your specific needs and circumstances, instantaneously and effortlessly. It is a leap in cognitive potential at least as great as the introduction of the internet.”¹⁰⁷
(Suleyman, p.135)

¹⁰⁷“Todo o conhecimento do mundo, as melhores práticas, precedentes, e poder de computação serão disponíveis, ajustados a você, às suas necessidades específicas e circunstâncias, instantaneamente e sem esforço. É um salto em potencial cognitivo pelo menos tão grande como foi a introdução da internet.”
Mustafa Suleyman, *The Coming Wave*, Crown, New York, 2023

Lembremos que os grandes desafios são a desigualdade explosiva e catástrofe ambiental, sendo que ambas são alimentadas pela apropriação descontrolada de riqueza através dos sistemas financeiros, com o dinheiro imaterial, e pelas novas formas de controle do conhecimento e da informação por meio das plataformas globais.

O poder econômico do 1% transformou-se em poder político global. O que chamamos de luta de classes, que consistia essencialmente em assegurar às classes trabalhadoras uma melhor fatia do produto social, se desloca, na medida em que por um lado a globalização e fragmentação dos espaços produtivos fragilizaram a luta pelos salários, e por outro lado o que produzimos destoa cada vez mais do que é necessário para uma sociedade sustentável.

O leque de enfrentamentos, neste sentido, se amplia, e à medida que os dramas sociais e a catástrofe ambiental se avolumam, abrem-se novas frentes de luta. Quantos desastres serão necessários para que as pessoas acordem, para que possamos desenvolver uma economia que cumpra a sua função de promover o bem-estar da população e a sustentabilidade ambiental? Em vez de mostrar os seus bilhões, o quanto extraíram, os *hightech assholes* que nos comandam deverão mostrar qual foi a sua contribuição.¹⁰⁸

Resgatar o bom senso na economia torna-se cada vez mais uma questão vital. Ou seja, os nossos esforços produtivos têm de assegurar, além da nossa sobrevivência individual, a racionalidade sistêmica que resulta. Quantos desastres ambientais, quanto sofrimento dos mais pobres, quantas revoltas e indignações serão necessários para que de certa forma a humanidade acorde, para que se gerem as condições políticas para a mudança?

O sofrimento individual de bilhões de pessoas, vítimas do desastre social e ambiental, não representa força política, frente a minorias organizadas em torno a interesses que rendem imensas fortunas. Tornamo-nos sistemicamente disfuncionais. Não é só que produzimos um desastre que se aprofunda, mas porque nos tornamos impotentes para reverter o processo.

O desastre climático está se evidenciando por toda parte, mas continuamos a transferir trilhões de dólares para subvencionar a extração de combustíveis fósseis. As corporações estão conscientes dos dramas que criam, tanto assim que todas elas repetem sem cessar a sua adesão aos ESGs, portanto responsabilidade social e ambiental. É a versão atualizada do *greenwashing*.

O desafio, portanto, não é só de documentar os desastres, e sim de pensar nas formas de inverter a própria lógica do sistema. A prioridade do enriquecimento financeiro, a maximização de dividendos para os *shareholders*, e no mais curto prazo, continuam a dominar o conjunto do processo decisório. Estamos todos remando em direção às cataratas, sabendo o que estamos fazendo, mas cada um tenta remar de maneira mais eficiente possível, para ganhar o seu reconhecimento imediato.

Qualifico isso de impotência institucional. Eu continuo a comprar produtos cheios de plástico no supermercado, porque não tenho alternativa, e o próprio supermercado não tem alternativa, porque é assim que lhe chegam os produtos. Todos sabemos e

¹⁰⁸ *Hightech assholes* corresponde essencialmente a babacas de alta tecnologia, mas em inglês é mais expressivo. O Elon Musk é um bom exemplo.

reconhecemos a irracionalidade, mas seguimos o mesmo caminho. Eu continuo a me deslocar no meu próprio carro, hoje andando em primeira e segunda na capital, porque o transporte coletivo é precário. São Paulo, uma cidade rica que se paraliza por excesso de meios de transporte individuais, e insuficiência de transporte público.

As mudanças necessárias são sistêmicas, mas não temos capacidade de decisão sistêmica. Todos os 193 países membros da ONU assinaram a sua adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sabemos o que deve ser feito, mas as coisas não acontecem. Temos todas as tecnologias necessárias, temos os recursos financeiros para assegurar uma vida digna e confortável para todos, e de forma sustentável. E aguardamos a próxima COP, de número 29, para ver se avançamos.

No sistema feudal, a luta pela liberação das massas camponesas, por exemplo na Rússia do século 19, era o acesso à propriedade da terra. No capitalismo industrial analisado por Marx e tanto outros, a luta era pelo acesso à propriedade dos meios de produção dominantes, as fábricas. Na sociedade da era digital, trata-se de uma mudança do controle da principal forma de apropriação dos recursos da sociedade, o conhecimento, os meios de comunicação, o dinheiro virtual, a própria informação privada das pessoas.

Como nos apropriamos da economia imaterial? As mesmas tecnologias que drenam a economia e travam o desenvolvimento podem ter o seu “sinal” invertido, e passarem a servir ao bem-estar da população e crescimento econômico. Mas o mundo não vai parar de repente para passar a funcionar de outra maneira, temos de explorar todas as formas de mudança, por graduais que sejam, para redirecionar o conjunto. Os enfrentamentos são mais complexos.

No livro *Resgatar a Função Social da Economia*, eu sistematizei um conjunto de propostas em torno de quatro eixos: a inclusão produtiva, o seu financiamento, as novas formas de gestão em rede, e a ampliação da base política. É uma proposta de política econômica aplicada, com detalhamento em 15 itens.¹⁰⁹ O que aqui apresento, é uma visão mais ampla dos desafios, que se deslocam pela própria transformação do sistema que enfrentamos. Por exemplo, a questão da soberania se tornou essencial, na medida em que as principais formas de exploração se globalizaram. De certa forma, são condições básicas para que as políticas econômicas sejam viáveis.

1 – A questão da soberania frente à exploração global

A busca da soberania desempenha um papel chave. Grande parte da exploração hoje se dá em nível global. O dinheiro imaterial não tem fronteiras, gira em volta do planeta, e permite os graus de exploração que vimos acima. Isso torna em grande parte impotentes os governos e os bancos centrais, já que os algoritmos irão transferir automaticamente os recursos para regiões mais confortáveis os seus recursos ameaçados de...pagar impostos, que cada um de nós, mortais, paga.

¹⁰⁹ L. Dowbor – *Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade humana* – Ed. Elefante, 2022 -

<https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

Sequer temos informações adequadas sobre os fluxos financeiros, que utilizam dezenas de paraísos fiscais. A taxaço desses fluxos é um combate antigo, com o Attac, mas hoje já com 130 países aderindo ao BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), e as propostas de taxaço de bilionários em discussáo no G20.

Particular desafio representam as políticas norte-americanas. As *equity firms*, por exemplo, gestoras de fundos financeiros, têm um papel importante: “Os Estados Unidos dominam amplamente a paisagem privada de fundos (*private equity landscape*). Se fossemos elencar os 10 maiores fundos pela mesma métrica (capital levantado nos últimos cinco anos), as firmas americanas seriam oito delas.”¹¹⁰

A dominância do dólar, que permite aos EUA emitir dinheiro (*Quantitative Easing*) sem gerar inflação, pelo fato do dinheiro ser utilizado no resto do mundo – e financiando as mais de 700 bases militares pelo mundo afora – faz parte da deformação sistêmica do poder de decisão no mundo. As GAFAM que apresentamos acima são americanas.

Semelhante peso têm os gigantes de intermediação de commodities, que reforçam a dependência dos países do Sul Global da extração de recursos naturais, levando ao absurdo de um país como o Brasil, que produz e exporta tanto alimento, ter uma massa de pessoas com fome.

Essa deformação, ou retorno à troca desigual e ao imperialismo de outros tempos, mas com um nível tecnológico radicalmente diferente, permite ampliar a escala global de exploração por meio de computadores instalados por exemplo em Genebra. A priorização das necessidades mais prementes da população é parte essencial da busca pelo resgate da soberania econômica.

O endividamento externo de tantos países os torna impotentes frente a essas imposições do Norte Global. Os países pobres reforçam a exportação dos seus recursos naturais, se reprimizam para pagar juros sobre créditos emitidos essencialmente do Norte Global, os 15%. O dreno que gera o sistema de patentes, copyrights, royalties de diversos tipos também trava a capacidade de desenvolvimento do Sul Global.¹¹¹ E as narrativas que tudo justificam também são controladas pelas plataformas globais, essencialmente norte-americanas.¹¹²

Essa compreensão das formas atuais da globalização, inclusive do controle norte-americano dos sistemas globais de comunicação, exige um redimensionamento das políticas externas, o reforço dos BRICS, a adoção de moedas nacionais nas transações entre países do Sul, a batalha pela taxaço das transações internacionais e o fim dos paraísos fiscais, a adoção de sistemas internos e públicos de comunicação e assim por diante.

¹¹⁰ Visual Capitalist -*The top private equity firms by country – 2024* -

<https://www.visualcapitalist.com/the-top-private-equity-firms-by-country/>

¹¹¹ É muito significativo que a China tenha investido com tanta força na soberania tecnológica. Nas palavras de Xi Jinping, em 2022, “para atingir necessidades estratégicas, o país precisa aderir à ciência e tecnologia como a força produtiva número um, o talento como o recurso número um, e a inovação como a força dinamizadora número um.” (in Suleyman, p.121)

¹¹² “Os Estados Unidos efetivamente destruíram o sistema de comércio internacional baseado em regras... Também restringiram durante décadas a capacidade dos países em desenvolvimento de subirem na cadeia de valor e produzirem produtos mais avançados.” (Stiglitz, 2024, p. 253)

Quando Lula, logo no início do seu terceiro mandato, em 2023, buscou acordos internacionais, levando a reclamações de que estava desleixando a política interna, ele estava refletindo uma compreensão realista de quão importante se tornou o resgate da soberania, e a que ponto ela depende da aproximação com outros países do Sul.

A política externa se torna uma dimensão essencial do o resgate dos equilíbrios internos. No mundo globalizado, nenhum país é uma ilha. Os gigantes corporativos navegam com conforto no espaço global, inclusive por ficarem em grande parte acima das leis. As instituições e a defesa do interesse público continuam fragmentadas nos espaços nacionais diversificados.

Hoje, inclusive, softwares de IA permitem às corporações identificar qual país tem as maiores fragilidades jurídicas, segundo o tipo de operação que querem desenvolver. A desresponsabilização das corporações se generalizou. É uma frente de luta política e diplomática internacional.

2 - Resgatar o controle do dinheiro

Nas últimas décadas a parte dos salários no PIB tem diminuído de ano para ano em diversas partes do mundo, em particular nos Estados Unidos. A luta pelo resgate de salários dignos é essencial. Mas é o conjunto do resgate do direito da sociedade ao produto que resulta dos seus esforços que está em discussão, além do embate salarial em cada empresa.

Vimos acima como os grandes intermediários financeiros se apropriam do excedente social, e muitos aumentos salariais levam simplesmente a que as famílias endividadas repassem o dinheiro aos bancos sob forma de juros. Ou seja, a batalha pela justiça econômica envolve um leque amplo de enfrentamentos, envolvendo tanto os movimentos sociais como sindicatos e partidos políticos.

O baixo salário numa empresa é imediatamente compreensível pelos empregados, e permite reações articuladas. O sistema mais amplo, o fluxo financeiro integrado, que aqui apresentamos, exige que os mecanismos modernos digitais de exploração sejam entendidos por muito mais gente, para que se transformem em força política. O dinheiro imaterial permite formas de exploração incomparavelmente mais sofisticadas e de difícil compreensão, mas o resultado básico continua o mesmo: enriquecer quem não produz, por meios de tecnologias modernas, algoritmos e inteligência artificial.

A remuneração dos executivos das grandes empresas constitui uma frente de luta importante. Há poucas décadas, os executivos recebiam uma remuneração da ordem de 30 vezes o salário médio das empresas, hoje a relação é de 1 para 300. A Target, grande corporação comercial na Grã-Bretanha é um bom exemplo: “Em 2022, o CEO da Target recebeu US\$17,6 milhões de remuneração total, 680 vezes mais do que o trabalhador médio da Target, e mais do dobro da média das corporações S&P 500. A companhia apresentou lucros de US\$5,7 bilhões em 2023.”¹¹³

¹¹³ The Guardian – 6 de maio de 2024 -

<https://www.theguardian.com/us-news/article/2024/may/06/workers-income-labor->

Esses lucros são transformados em dividendos para acionistas, os *absentee owners*, por meio dos sistemas globais de dreno que vimos acima. O leque salarial na cooperativa de Mondragon, um gigante econômico, na Espanha, é de 1 para 6. No Estado de Oregon, nos Estados Unidos, empresas cujo leque salarial ultrapassa 1 para 20 são excluídas de contratos com o governo estadual.

Explicitar e popularizar a compreensão desses números, de uma exploração absolutamente escandalosa, usando por exemplo a batalha da Petrobrás, faz parte importante desta frente mais ampla e complexa de luta. O dinheiro imaterial e os algoritmos modernos permitem uma escala de exploração radicalmente mais elevada, e simplesmente escandalosa.

O processo de apropriação indébita é simples. O petróleo é do subsolo do país, é patrimônio nacional. O lucro gerado na Petrobrás pode servir para melhorar a remuneração dos trabalhadores, reinvestir na empresa para expandir a sua capacidade, pagar impostos que vão permitir ao Estado financiar políticas públicas, infraestruturas e ciência e tecnologia, e para remunerar acionistas privados com dividendos. Cabe à empresa, em cada exercício, decidir das proporções de recursos para estes quatro destinos. O último ponto, dos dividendos, é crítico, pois se trata de um dreno líquido.

Quando inventaram a “paridade de preços internacionais”, elevando radicalmente o preço do botijão de gás ou do combustível no posto, e reorientaram a Petrobrás no sentido de maximizar a remuneração dos acionistas com dividendos, o aumento de preço que a população paga pelo gás ou pelo combustível aumentou o dreno no bolso de toda a população, para privilégio do 1% mais rico, que são os acionistas nacionais e internacionais, além de gerar inflação. Caso semelhante é o da Eletrobrás, da Vale e de tantas empresas privatizadas. Não é complexo, e a ampliação da compreensão do mecanismo pode gerar uma base política mais robusta.

Aqui, o papel de generalização da informação por parte de universidades e mídia independente é importante. A mídia comercial vive da publicidade das corporações, fornece justificativas, não informação. O escândalo dos juros, agiotagem cujo mecanismo descrevemos na Parte III acima, tem de ser explicitado, e é tão importante, ou mais, do que a questão salarial. O nosso dinheiro não está mais no nosso bolso, está nos bancos, que ditam as regras que eles querem.

Denunciar e enfrentar a apropriação indébita que isso constitui faz parte dos eixos de luta política, em particular porque no Brasil se tornou um sistema que destoa das práticas no resto do mundo. Estão se multiplicando as iniciativas de bancos comunitários de desenvolvimento, cerca de 170 hoje no país, que permitem acesso, ao dinheiro que é nosso, com juros decentes. Internacionalmente são chamadas de finanças de proximidade, e permitem que as comunidades se articulem para a sua dinamização econômica. As Caixas de Poupança locais da Alemanha, *Sparrkassen*, constituem um exemplo de boa gestão financeira, como o são, em escala incomparavelmente maior, o sistema de financiamento local da China, ou as cooperativas de crédito na Polônia.

A conectividade em rede e o dinheiro imaterial permitem uma gestão descentralizada, e a adequação do uso dos recursos às necessidades diferenciadas de cada município. Aqui o Banco Central proíbe até hoje o recebimento de depósitos nos bancos comunitários,

para defender o oligopólio dos grandes bancos. A batalha pela gestão adequada do dinheiro é fundamental, lembrando que o dinheiro que está nos bancos é nosso, dos nossos depósitos, e o que é criado por alavancagem deve responder às necessidades da sociedade. Da mesma forma, também é nosso o dinheiro dos nossos impostos, desviado para o pagamento de juros sobre a dívida pública.

Utilizar os bancos públicos, em particular a Caixa e o Banco do Brasil, para introduzir mecanismos de mercado no oligopólio privado, oferecendo crédito com juros compatíveis com o que se pratica no resto do mundo, é outra frente de luta importante. É bom lembrar que a redução dos juros nos bancos públicos em 2013, levando muita gente a abandonar os bancos privados, estimulou as elites financeiras a provocarem o golpe.

O rentismo generalizado tem força econômica, força na mídia comercial, força no congresso. Trata-se de um enfrentamento muito amplo, lembrando que o fato de a agiotagem ter atingido níveis escandalosos, enriquecendo grupos improdutivos, representa também uma grande fragilidade: é um sistema sem a legitimidade do capitalismo industrial. Os 70 milhões de adultos inadimplentes no Brasil, em vez de se envergonharem, devem se indignar. Não são eles que “devem”, e sim os autores da agiotagem que precisam prestar contas.

Desnudar o que a mídia comercial chama respeitosamente de “os mercados”, sugerindo que qualquer reorientação os levaria a deixar o país, faz parte de uma guerra política em que a “mobilização” popular precisa de um lastro de “informação”, de compreensão sobre como vem sendo achacada . Uma população desinformada sobre as causas e mecanismos dos seus dramas econômicos adere a qualquer simplificação demagógica. E os dramas sociais que resultam na base da sociedade facilitam a emergência do populismo de extrema direita.

O essencial é que o dinheiro dos nossos impostos no governo e o dos nossos depósitos nos bancos representam recursos que são precisamente nossos, da sociedade como um todo, e devem ter uma função social, em particular quando enfrentamos os desastres sociais e ambientais desta dimensão.

3 - Resgatar a liberdade de acesso ao conhecimento e à informação

O conhecimento, como vimos, é uma construção social. Neste sentido, é um bem público. Patentes e outros direitos foram instituídos para reforçar a sua expansão, mas terminaram se transformando em feudos. Por outro lado, sendo imaterial e hoje disponível em meios magnéticos, o conhecimento pode ser generalizado no planeta sem custos adicionais. Ou seja, o principal fator de produção da sociedade que surge pode se transformar em dinamização produtiva, enriquecimento cultural e artístico, e construção colaborativa em escala planetária.

A Big Pharma utiliza o sistema de “*greening*”, mudando detalhes de um mesmo produto para obter mais vinte anos de direitos exclusivos sobre ele. Este é apenas um exemplo. Por outro lado, hoje, um número crescente de pesquisadores disponibiliza as suas criações gratuitamente online, obtendo mais acessos, aproveitando os conhecimentos

recebidos de outros. Vimos detalhes na Parte II do presente estudo, mas o essencial é que um dos eixos principais da nossa luta é nos libertarmos gradualmente do parasitismo científico e tecnológico, e de tantos entraves burocráticos. A Wikipédia constitui uma ferramenta de imensa utilidade mundial, temos de avançar no sentido de generalizar o acesso público e gratuito ao conhecimento, seguindo exemplos apresentados no *Wikinomics* de Don Tapscott e Anthony Williams.

A dimensão da fratura tecnológica entre o Norte Global e o Sul Global é impressionante, isso quando o mundo em desenvolvimento necessita vitalmente do acesso aberto para reduzir a desigualdade, tanto no plano internacional como internamente. O conhecimento existe, pode ser generalizado sem custos adicionais, enfrentamos necessidades dramáticas, o que estamos esperando?

Voltamos ao argumento básico: entre a renda ganha pelas corporações ao travar o acesso, e o efeito multiplicador possível para a sociedade em geral, a desproporção é imensa. A OMC foi criada, em grande parte, para manter o controle das tecnologias no restrito clube dos países ricos. Ha-Joon Chang, como vimos, evidencia o processo. O copyright de 70 anos após a morte do autor é absurdo, estimulando criatividade no túmulo.

Lawrence Lessig, Elinor Ostrom e outros autores que vimos acima trazem propostas práticas, como a de reduzir o copyright para 5 anos, quando a quase totalidade dos retornos sobre as publicações se esgota. Jimmy Wales da Wikipédia abriu o caminho, temos de generalizar. Os mesmos mecanismos que foram expandindo os anos de duração de patentes e copyrights podem ser usados para reduzi-los gradualmente, resgatando os mecanismos de mercado e estimulando a criatividade.

Os fluxos de informação são hoje controlados em grande parte pela mídia comercial, com os oligopólios absurdos por exemplo da família Murdoch, mas de forma geral pela articulação dessa mídia com as corporações que financiam a sua publicidade. As declarações de separação entre a área comercial e os conteúdos informativos constituem uma ficção, bastando para isso acompanhar a leitura, os enfoques, a deformação da realidade em função dos interesses corporativos.

Em escala ainda mais ampla, as mídias sociais, buscando a maximização de engajamento através dos algoritmos, gerou um universo de propagação de ódios e de violência, porque maximizam a atenção, o que aumenta os lucros com publicidade. O que temos pela frente; como embate, é assegurar o controle desta indústria da atenção: se trata do nosso tempo de vida, das nossas consciências. Iniciativas de regulação importantes já surgiram, em particular na Europa, bem como no Brasil, sendo que no nosso caso entre ter uma lei e conseguir que seja aplicada, há uma grande distância.

O resgate da informação é vital para podermos ter processos democráticos de decisão. Mustafa Suleyman, que trabalhou nas grandes corporações da área, como Google, escreve: “Eu acredito que desenhar formas de reconciliar o lucro e o objetivo social em estruturas organizacionais híbridas é a melhor forma de enfrentar os desafios que temos pela frente, mas fazê-lo funcionar na prática é incrivelmente difícil.” (Suleyman, p. 255) Stiglitz é direto: “Estamos atolados no pesadelo de propaganda Murdoquiana (*Murdochian*) e pior, incluindo a mídia social controlada por Musk e Zuckerberg que permite a viralização que qualquer coisa que eles desejem.” (Stiglitz, 2024, p. 287) Max

Fisher, no estudo *A Máquina do Caos*, traz excelentes exemplos de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil.¹¹⁴

A batalha pela inclusão digital, frente aos imensos atrasos apresentados pelos estudos da CGI (Comitê Gestor da Internet), é vital. Uma pessoa sem “acesso” está excluída de serviços essenciais, como em outros tempos foi ser analfabeto. É impressionante a quantidade e qualidade dos núcleos de mídia independente, jornalistas e universidades de primeira linha que criaram e expandem informação honesta, e de forma colaborativa.

A batalha pela educação pública, gratuita e de acesso universal é essencial no sentido de que a densidade do conhecimento na sociedade, não a sua apropriação por elites, tem efeitos multiplicadores em todos os setores de atividade.

A revolução digital gerou a base para a democratização generalizada do conhecimento, que hoje banha o planeta sob forma de sinais magnéticos. É uma imensa oportunidade subutilizada, de generalização do acesso gratuito e universal ao principal fator de produção, o conhecimento. A universidade pode ser muito mais do que uma escadinha para avanços sociais individuais através do diploma: pode ser um vetor de elevação do nível científico tecnológico generalizado.

O que está acontecendo, na minha visão, é que as novas tecnologias, nas suas diversas dimensões, foram inicialmente apropriadas pelas corporações e pelos países mais ricos, criando oligopólios e formas centralizadas de comunicação, gerando controle da informação e intermediação financeira com o dinheiro imaterial. Com a gradual inclusão digital planetária, no entanto, os mais variados atores sociais passaram a se dar conta de que as mesmas tecnologias podem ser apropriadas pela base da sociedade, com mídia independente, uma educação conectada e trabalhando em redes colaborativas, bancos comunitários, políticas de gestão local em rede e assim por diante.

Era natural que os mais ricos e mais poderosos se apropriassem de início dessas tecnologias, e que tentem impedir o acesso aberto, com os mais variados pretextos, mas as mesmas tecnologias que geraram as fortunas no topo e “bolhas” desinformadas na base podem ter o seu sinal político invertido. E como vimos, um oligopólio americano controlar o fluxo mundial de comunicação social, gerando as imensas fortunas, a manipulação ideológica, o marketing comportamental, e informações para o sistema militar de escala planetária que desenvolveram, é absurdo.

Repetindo, as ondas eletromagnéticas são da natureza, as tecnologias foram desenvolvidas essencialmente com recursos públicos, o universo de conhecimento gerado pela sociedade é uma construção social de longo prazo, as informações privadas dos nossos comportamentos são precisamente privadas, mas tudo é apropriado por um oligopólio que não presta contas. Ficarmos nas mãos de um grupo de manipuladores é um despropósito político evidente, e uma gigantesca perda de potencial. O aproveitamento generalizado das imensas oportunidades da revolução digital é vital, abrindo e universalizando o acesso, com bem público de acesso universal e gratuito.

¹¹⁴ Max Fisher – *A Máquina do Caos* – Ed. Todavia, São Paulo 2023 - <https://dowbor.org/2023/06/a-maquina-do-caos-como-as-redes-sociais-reprogramaram-nossa-mente-e-nos-so-mundo.html>

Não pagamos para andar na rua, que é de acesso público, gratuito e universal, mesmo custando muito na sua construção. Essa gratuidade permite a instalação de farmácias, padarias e residências, e que essas sim podem privadas e lucrativas. Da mesma forma, a generalização e caráter público do acesso irá multiplicar iniciativas privadas, enquanto hoje as fortunas se fazem com restrições e deformações do próprio acesso. Precisamos hoje de um pacto digital global que restabeleça o equilíbrio, liberando o imenso potencial de uma sociedade incluída. E podemos desde já multiplicar plataformas colaborativas locais e nacionais, públicas e gratuitas, com uma democracia mais descentralizada e participativa.

4 – Enraizar a democracia nos governos locais

Entre a profunda revolução tecnológica que se generaliza no planeta, e a arquitetura institucional herdada do século passado, centrada em bens e serviços materiais, gerou-se um hiato de governança. A fragilização desse sistema desgovernado nos leva aos dramas que constatamos em cada passo, com desinformação descontrolada, desigualdade explosiva, catástrofes ambientais, e um caos crescente de violência por toda parte.

Neste sentido, a crise não é só nos resultados – desigualdade, crises ambientais, violência – mas essencialmente na perda de capacidade de tomarmos as medidas necessárias, ou seja, na perda de governança. Chamo isso de impotência institucional. Todos sabemos que temos de mudar os rumos, reorientar nossas capacidades de trabalho, nossas tecnologias e recursos financeiros para resolver os problemas estruturais, mas continuamos a aprofundar os dramas.

Entre a Conferência de Paris em 2015, que mostrou os caminhos para reduzir os impactos climáticos, e 2023, os bancos repassaram 7 trilhões de dólares para subvencionar a indústria de combustíveis fósseis. O próprio mundo da revolução digital gera imensa demanda de energia.¹¹⁵ Ambos setores, de energia e digital, estão na mão de gigantes corporativos que atuam no espaço global, e se articulam precisamente com o sistema financeiro.

Os interesses da Amazon, das Koch Industries e da JP Morgan Chase são convergentes, e se tornaram forças políticas globais. Vimos várias vezes que o que falta não é tecnologia, e muito menos recursos financeiros. As sucessivas transformações tecnológicas elevaram radicalmente a nossa possibilidade de assegurar bem-estar para todos, de forma ambientalmente sustentável, mas seguimos o caminho inverso, aprofundando as catástrofes sociais e ambientais.

O principal desafio que enfrentamos é o de governança, de assegurar a alocação racional dos nossos recursos. Não é proclamar a adesão aos ESGs, e sim realmente reorientar o desenvolvimento para o bem comum e para o longo prazo. A Amazon dá exemplos impressionantes de como tecnologias de ponta podem conviver com relações

¹¹⁵ Damian Gayle - *Banks have given almost \$7tn do fossil fuel firms since Paris Deal* – The Guardian, May 13, 2024 – Para a convergência dos investimentos em energia e a expansão da capacidade digital, ver Scott Galloway – *Big Energy* – Medium, May 12, 2024 - <https://medium.com/@profgalloway/big-energy-2288ff06a717>

trabalhistas pré-históricas. É legítima a luta dos seus trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, inclusive com o resgate da função dos sindicatos. Mas o território onde vivem as pessoas, os municípios, as cidades, podem igualmente se tornar espaços renovados de luta por condições de vidas sustentáveis.

O mundo se urbanizou, com aproximadamente a virada do século nos tornamos predominantemente urbanos. No Brasil, 87% da população vive em cidades. Essas cidades, mesmo pequenas, estão conectadas online, estão na rede. Ou seja, o que décadas atrás eram localidades “do interior” agora estão articuladas com o resto do mundo.

De certa forma, o impacto organizador dos trabalhadores que constituíram as empresas, as grandes fábricas, e que hoje está fragilizado, pode ser crescentemente complementado pela organização comunitária no território onde as pessoas vivem, onde enfrentam as dimensões concretas da vida, ter escolas adequadas para os filhos, sistemas de saúde, de segurança, de transporte, de lazer, de cultura. O espaço local, tão estudado por E.F Schumacher, por Robert Putnam, por tantos pesquisadores no mundo, pode constituir uma poderosa ferramenta de resgate do controle e governança do sistema a partir da base territorial.¹¹⁶

É importante entender a que ponto a generalização das redes energéticas e as correspondentes redes digitais transformaram o conceito de território, já que a economia imaterial se torna crescentemente independente da localização das pessoas. A própria divisão cidade/campo, entre população rural e urbana, se transforma quando as pessoas estão conectadas pela inclusão digital. Isso impacta de maneira profunda não só as formas como trabalhamos, mas o próprio conceito de gestão pública.

A China tem um governo central politicamente forte, mas a gestão do cotidiano das políticas econômicas, sociais e ambientais é rigorosamente descentralizada, permitindo que os recursos, tanto públicos como privados, sejam utilizados segundo as prioridades diferenciadas de cada localidade. De certa forma, a impressionante produtividade da economia chinesa, mas também de países nórdicos e outros que descentralizaram a gestão, resulta do fato que a democracia política e a democracia econômica se reencontram. E os ganhos de eficiência sistêmica são impressionantes. Como escreveu Schumacher, *Small is Beautiful*.

O essencial é que há um imenso espaço de resgate da utilidade das iniciativas econômicas, tanto públicas como privadas, através da reapropriação das iniciativas no nível onde as pessoas moram, e onde as suas necessidades se manifestam. John Friedman chamou isso de *Empowerment*, empoderamento. Podemos falar em protagonismo das cidades, das vizinhanças, das comunidades.¹¹⁷

¹¹⁶ Marcio Pochmann e Ladislau Dowbor – *Políticas de desenvolvimento local* – Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010.
<https://dowbor.org/2010/06/ladislau-dowbor-e-marcio-pochmann-org-politicas-para-o-desenvolvimento-local-fpa-2010.html> - No site dowbor.org, a pesquisa por *desenvolvimento local* apresenta numerosos estudos.

¹¹⁷ Sobre a China, e em particular o seu sistema extremamente descentralizado de gestão, temos o excelente trabalho já mencionado de Keyu Jin, *The New China Playbook: beyond socialism and capitalism* - Ed. Viking, 2023 -
<https://dowbor.org/2024/01/the-new-china-playbook-beyond-socialism-and-capitalism.html> ; Arthur J. Kroeber, *China's Economy*, Oxford University Press, 2016 -

Não há muito mistério nesta reorientação, quando se constata que a Suécia repassa diretamente para a gestão descentralizada cerca de 70% dos recursos públicos, o Brasil apenas 15%. Kroeber afirma que a China é mais descentralizada que a Suécia, e Keyu Jin caracteriza a sua economia de “*major economy*”, economia de prefeitos. No Brasil o prefeito viaja para Brasília para conseguir uma fatia de emenda parlamentar, negociando reciprocidades.

Liberar o governo central dos cotidianos das decisões diversificadas de 5.570 municípios lhe permitirá se concentrar nos grandes dilemas nacionais. Mais do que um problema político, trata-se de uma elementar racionalidade administrativa, *management*. Um país não vai funcionar se os territórios que o constituem, os 5.570 municípios, não funcionam. Centralização e burocratização vão de mãos dadas.¹¹⁸

Um elemento chave é que o protagonismo local para o desenvolvimento pode dinamizar as organizações da sociedade civil, os sindicatos, empresários locais e a administração pública local em parcerias essenciais como para por exemplo a redução da contaminação dos rios, a racionalização dos transportes, a rearborização e tantas iniciativas que geram emprego, dinamizam a economia e protegem o meio ambiente.

Na Europa como na China, toda cidade tem um cinturão verde hortifrutigranjeiro que assegura trabalho, alimentos frescos, pequena indústria de transformação, e custos menores para as famílias, além de contas mais equilibradas na prefeitura. Os sindicatos de uma cidade, em vez de ficarem apenas divididos em categorias, podem se articular para promover o desenvolvimento local.¹¹⁹

O essencial é que os municípios do país, e os bairros das grandes cidades, podem se tornar geradores de desenvolvimento para o conjunto, sem que se perca a visão mais ampla e capacidade de controle central, pela facilidade da gestão compartilhada em rede, em vez de esperarem que o desenvolvimento “chegue” pela atração de iniciativas externas.

5 - Resgatar a função pública de articulação e coordenação

Se o desenvolvimento local e a apropriação das políticas de desenvolvimento na base da sociedade constituem reorientações fundamentais, pois é no local onde as pessoas vivem que as necessidades são melhor identificadas e enfrentadas, e a democracia pode adquirir dimensões diretamente participativas, não há como esperar, no nível dos desafios nacionais, que as coisas se resolvam de maneira automática, pela mão invisível do mercado. Essa penosa idiotice tem de ser deixada de lado, e a lentidão da mudança tem raízes na simples pretensão dos grandes interesses privados, as grandes corporações

<https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>

¹¹⁸ Como esse sistema disfuncional favorece a corrupção é um estudo que apresentamos sob o título *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro*, Ed. Perseu Abramo, 2013, disponível em

<https://dowbor.org/2013/06/1-dowbor-os-estranhos-caminhos-do-dinheiro-sao-paulo-ed-fundacao-perseu-abramo-2013-isbn-978-85-7643-209-8-70p.html>

¹¹⁹ Sistematizamos propostas no relatório de pesquisa *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local* – 2006, atualizado em 2023 -

<https://dowbor.org/2023/05/desenvolvimento-local-empoderar-a-comunidade.html>

e plataformas, de maximizarem os seus lucros sem prestar contas ao que acontece na sociedade.

Até que ponto teremos de chegar, em termos de desigualdade, dramas ambientais e catástrofes de todo tipo, para que surja a compreensão de que necessitamos de um processo de desenvolvimento equilibrado, e de que o atual desequilíbrio é uma questão do desajuste das instituições, herdadas de outros tempos?

Os numerosos autores que vimos neste ensaio têm em comum esta compreensão de que o desenvolvimento equilibrado se organiza, não surge de forma mágica. O “Norte” é claro: precisamos de uma sociedade economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. Este tripê básico hoje é consensual.

Tom Malleson analisa os nossos potenciais económicos em torno ao conceito de “sistema social produtivo”: toda produção é, na realidade, uma produção social. O produtor de um produto final pode assumir a glória dos resultados obtidos, e buscar justificar as fortunas e a desigualdade, mas a sua produtividade está apoiada em infraestruturas fundamentais com o sistema de transportes construído com recursos de toda a sociedade, bem como as redes de energia, de telecomunicações, de água e saneamento, além de sistemas de saúde, educação, segurança e semelhantes.

“Todas essas coisas foram construídas por um grande número de pessoas em cadeias complexas de cooperação. Elas aumentam massivamente a capacidade produtiva dos indivíduos que participam do sistema económico.” (Malleson, p.141) Mas também se aproveitam da infraestrutura política e institucional, com regras sobre a propriedade, sistemas de segurança, regras financeiras e semelhantes: “O ponto essencial aqui é que a produção económica contemporânea não poderia acontecer sem essa infraestrutura político-legal.”

Igualmente essencial é a nossa herança cultural comum que assegura a agilidade das transações e a riqueza da cooperação, o que Robert Putnam chamou de capital social. Acrescente-se a herança de conhecimentos acumulados na sociedade: “Atualmente é amplamente reconhecido que uma fonte maior da prosperidade moderna (se não a fonte mais importante) é o conhecimento coletivo acumulado que herdamos do passado.

Muitos economistas hoje concordam com Abramovitz (1993) quando ele afirma que “aproximadamente 80% do crescimento económico no século passado foi criado não pelos insumos de trabalho ou capital em si, mas pelo progresso tecnológico no sentido mais amplo.” (p.143) Faz parte deste aporte mais amplo o imenso investimento educacional e a sua contribuição para a infraestrutura do conhecimento. As corporações que conseguem reduzir ou evitar de pagar os seus impostos esquecem quem financiou a formação dos seus técnicos.

Malleson também ressalta o imenso aporte do que hoje chamamos de economia do cuidado: “Os cuidados (*care*) que foram providenciados às pessoas jovens é o que as torna capazes de fazer qualquer coisa.”(144) Esse cuidar das pessoas, em grande parte feminino e não assumido como aporte produtivo, faz parte do que ele chama de “infraestrutura invisível”.

Acrescente-se os grandes investimentos da sociedade nas infraestruturas de saúde, sem os quais nenhuma das produtividades individuais que as pessoas tendem a atribuir à genialidade de indivíduos seria possível. “Por exemplo, uma razão pela qual o Canadá sofreu danos econômicos com a Covid-19 muito menores do que os Estados Unidos, resulta, pelo menos em parte, da cobertura universal de serviços de saúde do Canadá.”

Grande parte da riqueza acumulada resulta também da apropriação de recursos naturais. Gostamos de falar de “produtores de petróleo”, quando se trata de um recurso natural acumulado: “Muitos dos nossos carros bem como o aquecimento, eletricidade, na realidade grande parte da própria vida industrial, podem existir apenas porque são movidos por uma imensa herança natural de combustíveis fósseis formados durante um período de 60 milhões de anos.”(145).

O aporte da natureza de forma geral é bem mais amplo, e o solo que herdamos é da humanidade, as florestas cuja exploração e comercialização tanto enriquece os que se apropriam sem ter precisado plantá-las, tudo isso foi herdado. Em outros termos, a produtividade faz parte de uma imensa herança natural e social, e o monopólio que permite a concentração dos resultados nas mãos de poucos bilionários não tem legitimidade. Constitui, como já vimos nos estudos de Gar Alperovitz, apropriação indébita.

“A razão porque tudo isso importa, escreve Malleon, é que demonstra porque a produtividade e a propriedade em si nunca emergem apenas do indivíduo. Pelo contrário, a produção é sempre um processo profundamente social, interdependente, envolvendo o pano de fundo do labor de grande parte da comunidade... Toda produção é, na realidade, uma produção social.”(146)

A força de Michael Sandel, no seu livro *A Tirania do Mérito*, está no desmonte dos argumentos com os quais os mais ricos se protegem. O importante para os afortunados é defender o seu merecimento, que traz implicitamente a ideia de que os que não sobem na vida não devem culpar o dreno de riqueza no topo, mas a sua própria incapacidade de imitá-los. Ou seja, os pobres são pobres por sua culpa.

Sandel insiste muito no sentimento de humilhação que se gera na base da sociedade. Explorados de maneira ostensivamente injusta pelos aristocratas, pelos senhores da terra em diversos sistemas, os servos eram obrigados a se submeter, mas tinham a compreensão da injustiça que sofriam. Atualmente, os trabalhadores não só são reduzidos à pobreza e privados de oportunidades, mas têm de arcar com a narrativa que isso resulta de sua própria incapacidade, ou falta de vontade de trabalhar. Sempre há alguns exemplos de pobres que subiram na vida.

Sandel restabelece o bom senso: “Ser bom em ganhar dinheiro não mede nem nosso mérito nem o valor de nossa contribuição.” (Sandel, p.201). No conjunto, ao desmontar a farsa do mérito, ele nos traz uma visão de reorientação política mais ampla, centrada nos valores, nos resultados efetivos para a sociedade. As soluções não podem se limitar à dimensão econômica.

O congelamento da maioria da população na pobreza e na imobilidade social leva por sua vez aos desastres políticos, com tantos oportunistas que se elegem com o discurso do ódio, alimentados pela frustração na base da sociedade. As mudanças que buscamos

no sentido do aprofundamento da democracia, da expansão das dimensões colaborativas, da generalização de políticas inclusivas, do deslocamento da filosofia absurda da guerra de todos contra todos – tudo isso envolve mudanças civilizatórias mais amplas. É uma mudança cultural, no sentido mais profundo. É o resgate da função pública do Estado sem dúvida, mas muito mais: somos todos responsáveis pelos impactos do que fazemos.

A economia nunca é apenas economia, na realidade é economia política, com todas suas dimensões e complexidades. Assim, assegurar a presença do poder público como regulador e definidor das regras do jogo é fundamental. Trata-se precisamente do equilíbrio fundamental entre o econômico, o social e o ambiental. E não se trata de simplificações ideológicas, por exemplo de que a empresa privada seria mais eficiente ou menos corrupta. Como vimos, a corrupção é uma dinâmica de duas mãos, e hoje vemos no Brasil a quantidade de políticos que simplesmente “pertencem” a grupos privados. Não são corrompidos apenas para um voto específico ligado a interesses, são adquiridos por atacado – e pelo setor privado.

Como trabalhei vários anos organizando políticas econômicas em diversos países, no quadro da ONU, a própria necessidade de dar respostas coerentes aos desafios me levou a priorizar formas institucionais diversificadas segundo o tipo de atividades. O setor privado empresarial pode se regular com mecanismos de mercado, quando se trata de produção de automóveis, relógios ou biscoitos. Já a privatização de infraestruturas de transporte, energia, telecomunicações ou água e saneamento leva a monopólios desastrosos, são setores que devem ser geridos segundo interesse público. Saúde, educação e segurança não são como bicicletas ou tomates, e a sua apropriação privada, com busca de maximização de lucros, leva a ilhas de luxo que dividem a sociedade. O sistema financeiro, quando não é fortemente regulado, e confrontado com oferta de serviços públicos de baixo custo, amplia os escândalos que acompanhamos, e gera fortunas baseadas em pedágios.¹²⁰

Em outros termos, em vez de adesões a grandes simplificações ideológicas, com amplos discursos sobre “liberdade” e “propriedade privada”, precisamos organizar, na sociedade complexa moderna atual, soluções diferenciadas segundo os diferentes setores da economia. Basta olhar como funciona a educação na Finlândia, a saúde no Canadá, o financiamento produtivo na China, e tantos outros exemplos, para se dar conta da necessidade de um pragmatismo pé no chão. Este equilíbrio nas opções só é possível com um resgate das funções públicas. Com a fragilização do Estado que enfrentamos, gerou-se o caos.

Priorizamos aqui algumas reorientações nas nossas frentes de luta, em torno ao resgate da soberania, do controle dos recursos financeiros, da liberação do acesso ao conhecimento, do empoderamento das comunidades por meio da descentralização e do empoderamento. Todos eles envolvem, como denominador comum, o resgate do papel

¹²⁰ O detalhe das soluções diferenciadas segundo os setores pode ser encontrado em L. Dowbor – *O pão nosso de cada dia* - Autonomia Literária/Outras Palavras, São Paulo, 2021 - <https://dowbor.org/2015/06/l-dowbor-o-pao-nosso-de-cada-dia-os-processos-produtivos-no-brasil-ed-fundacao-perseu-abramo-sao-paulo-2015144p-isbn-978-85-7643-266-1.html>

do Estado, são dimensões da governança e formas de repensar como nos organizamos como sociedade, uma maneira de atualizar os objetivos e das formas de alcançá-los.

Demasiadas transformações ocorreram com a revolução digital para que continuemos a tentar resgatar direitos que foram sendo erodidos, em vez de buscar os novos potenciais mais amplos que se abrem. Se os objetivos não parecem realistas, é bom lembrar que no ritmo atual de agravamento das catástrofes planetárias, chegará um momento em que uma massa suficiente de atores sociais terá despertado para que sejam possíveis.

Nos Estados Unidos, com a II Guerra Mundial, o conjunto dos esforços do governo, das empresas, dos centros de pesquisa, das universidades, dos movimentos sociais foram reorientados para responder ao desafio comum, à emergência que surgiu naquele momento. Houve uma convergência de esforços em torno ao principal desafio. Inclusive o choque dos desastres e dos 60 milhões de mortos permitiu que houvesse convergência de esforços para criar a ONU e outros sistemas de regulação planetária, hoje ultrapassados, mas que constituíram um progresso importante. Só cegos não veem a dimensão dos nossos desafios atuais. A ficção dos livres mercados e da mão invisível terá de ser substituída pela convergência racionalmente organizada dos esforços para enfrentar os nossos desafios críticos.

CONCLUSÃO

“We sometimes forget, but the economy is supposed to serve society, not the other way around.” Joseph Stiglitz, 2024¹²¹

¹²¹ “Por vezes esquecemos, mas se supõe que a economia deva servir à sociedade, não o inverso.” J. Stiglitz, *The Road to Freedom*, 2004, p. 265

É ousado, ou exagerado, chamar o sistema que se expande de novo modo de produção? Na minha análise, demasiados mecanismos estruturantes se deslocaram para que continuemos a chamar esta nova realidade de capitalismo, mesmo acrescentando o qualificativo de neoliberalismo. É mais do que um “neo” sobreposto ao liberalismo. A base tecnológica, os mecanismos de controle dos processos produtivos, as formas de apropriação do excedente, a dimensão do controle político, as relações de trabalho, as narrativas e formas de manipulação das pessoas, o alcance territorial das plataformas globais, tudo isso constitui um novo sistema articulado, ou em todo caso, em articulação.

Qualifico essa nova fase de revolução digital, que gera um modo de produção rentista, e uma divisão de classes diferenciada. Não desaparece a indústria, como a agricultura não desapareceu com o surgimento da revolução industrial. Mas o eixo estruturante se deslocou, e as várias dimensões dessa revolução, em particular pelas suas características tecnológicas, tendem a gerar um sistema novo.

A fragilidade e o caos mundial que resultam têm muito a ver com o fato de que as tecnologias e o controle econômico mudaram de forma qualitativa a base produtiva, enquanto as superestruturas institucionais, as formas de organização política e de regulação econômica permaneceram na era analógica: a tecnologia avança muito mais rapidamente do que as instituições. Basta ver o peso da financeirização, que atua no plano global, quando os mecanismos de regulação são de âmbito nacional.

As plataformas se apropriam das tecnologias, e ocupam o espaço. Se um país busca adequar os seus capitais financeiros para que sirvam ao desenvolvimento, eles nos dizem que irão se deslocar para outros países, ou para paraísos fiscais. E realmente, com apenas um “Enter”, a sede fiscal legal de uma corporação se transfere para Luxemburgo ou para as ilhas Cayman, e o dinheiro imaterial é simplesmente registrado em outro território. Gerou-se um amplo hiato entre o território global das plataformas de informação, de comunicação e de finanças, e a dimensão nacional da política.

No capitalismo que conhecíamos, e em particular no que funcionou razoavelmente no quadro do Estado de Bem-Estar, nos 30 anos do pós-guerra, os capitais pertenciam a um país, e, bem ou mal, tinham de seguir as regras e regulação correspondentes. Além disso, ao pertencerem ao universo de produção de bens e serviços, eles entravam em concorrência com outros produtores, no que eram efetivamente mercados concorrenciais. Tinham de ser socialmente úteis com os seus serviços e produtos, ou seriam ultrapassados. E tinham de pagar os impostos ao comercializarem os seus produtos.

Hoje, os capitais são fluxos globais que se deslocam para onde não serão controlados. Eles têm suficiente poder de monopólio para não se preocupar com a concorrência, e suficiente poder político para mudar as leis e evitar os impostos, ou simplesmente recorrer a paraísos fiscais. Frente aos dramáticos efeitos de desigualdade e das catástrofes ambientais que geram, basta encarregar seus departamentos de relações públicas de promoverem os ESGs, melhorando sua imagem.

O rentismo global não é controlado nem pela regulação do sistema público, nem pelos mecanismos de mercado. Em situação de monopólio e oligopólio, podem se chamar de

mercados, mas sem concorrência não se trata de mercados, e sim de controle. Giram soltos, e quando um Elon Musk ameaça derrubar o governo da Bolívia ou atacar o sistema jurídico do Brasil, ele está simplesmente exercitando os novos músculos das plataformas globais.

David Boyd, relator especial da ONU, desabafa: “Sabemos que a indústria do tabaco mentiu descaradamente durante décadas. A indústria do chumbo fez o mesmo. A indústria do amianto fez o mesmo. A indústria do plástico tem feito o mesmo. A indústria dos pesticidas tem feito o mesmo... Parece que há algo de errado com os nossos cérebros, para que não consigamos entender quão grave é a situação. Eu penso que o direito a um meio-ambiente saudável é, na realidade, o fundamento que exigimos para usufruirmos de todos os outros direitos humanos. Se não tivermos um planeta Terra vivo e saudável, todos os outros direitos serão apenas palavras no papel.”¹²²

Isso tem muito pouco a ver com o padeiro de Adam Smith, que para ganhar dinheiro, mesmo sem preocupação social, tinha de produzir bom pão, e a preços razoáveis, pois podia aparecer outra padaria no bairro. Aliás o preço da farinha dependia das políticas de importação reguladas pelo governo. O aparelho conceitual com o qual analisamos a nova realidade é simplesmente arcaico. Serve apenas para alguns setores, em particular de pequena e média empresas, mas não para a máquina global que enfrentamos. Ele inclusive permite que o sistema destrutivo atual se cubra da legitimidade que o capitalismo produtivo ainda tinha. É um empréstimo de legitimidade.

Não tenho problema em assumir o caráter incipiente da análise acima. Trata-se de um esboço das principais características da revolução digital em curso. Mas a base sobre a qual devemos construir a nossa compreensão dos mecanismos, e o aparelho conceitual correspondente, serão mais sólidos e coerentes do que a multiplicação de qualificativos referentes a um sistema hoje ultrapassado. O que temos de permanente na história é que há os que ganham porque trabalham, e os que ganham pelo trabalho dos outros. Mas temos de assumir que vivemos uma realidade diferente, e dinâmicas que interagem de forma nova.

Isso exige construir análises e políticas que respondam aos desafios novos que enfrentamos. A luta salarial continua essencial, mas na realidade fragmentada que enfrentamos, com a fragilização do operariado e dos sindicatos, e o aprofundamento de novas contradições, temos de ampliar a visão. É uma proposta civilizatória que precisamos trazer em contraposição à barbárie que se amplia.

O eixo central é que as mesmas tecnologias que ampliaram de maneira radical a exploração e a manipulação das pessoas, e que destroem o meio ambiente, base natural da nossa sobrevivência, podem ter o seu sinal político invertido, e servir à libertação. Não é apenas batalhar uma fatia maior do bolo contaminado, melhorando o salário, mas colocar com clareza para a sociedade de que não é esse o bolo que queremos.

Os valores éticos de uma sociedade sustentável e a prosperidade econômica podem ser reconciliados, e para populações desorientadas podem ter um profundo efeito mobilizador. Na era das máquinas, a socialização dos meios de produção podia ser o

¹²² David Boyd, The Guardian, May 7, 2024 - <https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/07/un-expert-human-rights-climate-crisis-economy>

caminho, eram fábricas, máquinas concretas. Na era da revolução digital o desafio é diferente, e mais complexo. Envolve resgatar a função social e ambiental do novo universo das plataformas, e em particular resgatar o papel articulador e regulador do Estado, a capacidade de colocar o interesse público, o bem-estar das famílias e a sustentabilidade do processo na linha de frente.

BIBLIOGRAFIA

- Alperovitz, Gar and Lew Daly - *Apropriação Indébita: como os ricos estão tomando a nossa herança comum* - São Paulo, Editora Senac, 2010. -
<https://dowbor.org/2010/06/apropriacao-indebita-gar-alperovitz-e-lew-daly-ed-senac-sa-o-paulo-2010.html>
- Aug, Carmen – *How big tech make their billions* - Visual Capitalist – 25 de abril de 2022 - <https://www.visualcapitalist.com/how-big-tech-makes-their-billions-2022/>
- Baker, Raymond W. – *Invisible Trillions: How financial secrecy is imperiling capitalism and democracy, and the way to renew our broken system* – BK, Oakland, 2023
- Banco Central do Brasil – *Estatísticas monetárias e de crédito* – Brasília, DF, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>
- Banque de France – *Taux d’usure 2022* – Paris, 30 dez. 2021. <https://www.banque-france.fr/statistiques/taux-dusure-2022t1>
- Berners-Lee, Tim – *Weaving the Web* – Harper Paperbacks, New York 2000
- Biagini, Cédric e Guillaume Carnino – Biblioteca de Bolso, *Le Monde Diplomatique Brasil* – setembro de 2009
- Big Think – *‘The West’ is in fact the world’s biggest gated community* – Big Think, October 12, 2019 –
https://bigthink.com/strange-maps/walled-world/?utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR3WF9_e_YVIDAstRyyaTwHgBs_SqwwXV3y11DbT-nwDtwAgzlpq65cy9vM#Echobox=1648785756-1
- Blandy, Beatriz e Ladislau Dowbor – *A financeirização da educação brasileira e seus impactos* -
<https://dowbor.org/2023/04/a-financeirizacao-da-educacao-brasileira-e-seus-impactos.html>
- Boyle, James – *The Public Domain: Enclosing the Commons of the Mind* – Yale University Press, New Haven and London, 2008, 315 p.
- Brasil - *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Campbell, MacGregor – Robots to get their own operating system – *New Scientist* - 8 August 2009, p. 18
- Carta de São Paulo de Acesso aos Bens Culturais - <http://stoa.usp.br/acesso>
- Castells, Emmanuel - *The Rise of the Network Society* – Wiley-Blackwell, 2009
- Chang, Ha-Joon – *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective* - Anthem Press, London, 2002; no Brasil, *Chutando a Escada*, edição da Unesp, São Paulo, 2003
- Christophers, Brett – *Rentier Capitalism* – Vero, London, 2020 -
<https://dowbor.org/2023/09/rentier-capitalism-who-owns-the-economy-and-who-pays-for-it.html>

- Clemente, Felipe et al. – *Brazilian Evidence on Tax Evasion and Enforcement*. – Criminal Justice Review, Sage Publications, 2021.
<https://www.sinprofaz.org.br/pdfs/sonegacao-fiscal-o-povo-fortaleza-ce.pdf>
- Craveiro, Gisele; Jorge Machado e Pablo Ortellado – *O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil* – GPOPAI, USP Leste, São Paulo, 2008
- Creative Commons – <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.5/br/> ou <http://www.creativecommons.org.br/>
- Crédit Suisse – *Global Wealth Databook 2022* – páginas 118 e 133
<https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=global+wealth+databook+2022>
- ESP - *Crise de crédito tira R\$1 tri da economia e piora recessão* – O Estado de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 2016
- Dias, Lia Ribeiro – O direito democrático à comunicação – *A Rede: Tecnologia para a inclusão social* - ano 2, n. 17, 15 de agosto de 2006 – www.arede.inf.br
- Dowbor, L. – *A Era do Capital Improdutivo* – São Paulo: Autonomia Literária-Outras Palavras, 2017 -
<https://dowbor.org/2017/11/2017-06-l-dowbor-a-era-do-capital-improdutivo-outras-palavras-autonomia-literaria-sao-paulo-2017-316-p-html.html>
- Dowbor, Ladislau – *Democracia Econômica: novas tendências da gestão social* – Ed. Vozes, Petrópolis, 2008 -
<https://dowbor.org/2012/06/1-dowbor-democracia-economica-alternativas-de-gestao-social-vozes-2012-131p.html>
- Dowbor, Ladislau – *Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável* – disponível em Artigos Online, 2004 –
<https://dowbor.org/2004/10/informacao-para-a-cidadania-e-o-desenvolvimento-sustentavel-2.html>
- Dowbor, Ladislau – *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais* – SESC, São Paulo, 2020 -
<https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>
- Dowbor, Ladislau – *Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana* – Ed. Elefante, São Paulo, 2022 –
<https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>
- Eckersley, Peter – *Knowledge wants to be free too* – *New Scientist* – 27 June 2009, p. 28
<http://www.newscientist.com/article/mg20227141.000-finding-a-fair-price-for-free-knowledge.html?full=true&print=true>
- Electronic Foundation Frontier – www.eff.org
- Epstein, Gerald - *Busting the Bankers' Club: finance for the rest of us* – University of California Press, Oakland, 2024 -
<https://dowbor.org/2024/02/busting-the-bankers-club-finance-for-the-rest-of-us.html>
- Fisher, Max – *A máquina do Caos* – Ed. Todavia, São Paulo 2023 -
<https://dowbor.org/2023/06/a-maquina-do-caos-como-as-redes-sociais-reprogramaram-nossa-mente-e-nosso-mundo.html>

- Fraser, Nancy – *Cannibal Capitalism* – Verso, London, 2023
- Gayle, Damian - *Banks have given almost \$7tn to fossil fuel firms since Paris Deal* – The Guardian, May 13, 2024
- Ghosh, Jayati - *Why and how Economics must Change* - IMF – Finance and development, March 2024
<https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2024/03/Symposium-Why-and-how-economics-must-change-Jayati-Ghosh>
- Globo - *Petrobrás triplica os dividendos pago a acionistas e 2022; governo fica com R\$ 62 bilhões*. G1. [S.L.], 4 nov. 2022. Disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/04/petrobras-triplica-os-dividendos-pagos-a-acionistas-em-2022-governo-fica-com-r-62-bilhoes.ghtml>
- Gorz, André – *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* – Ed. Anna Blume, 2005 -
<https://dowbor.org/2005/11/o-imaterial.html>
- GPOPAI - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação – USP-Leste – www.gpopai.usp.br <http://www.gpopai.usp.br/boletim/article86.html>
- Hudson, Michael – *The Destiny of Civilization* – Islet, 2022 -
<https://dowbor.org/2022/09/destiny-of-civilization-finance-capitalism-industrial-capitalism-or-socialism.html>
- Jin, Keyu – *The New China Playbook: beyond socialism and capitalism* – Viking, New York, 2023 -
<https://dowbor.org/2024/01/the-new-china-playbook-beyond-socialism-and-capitalism.html>
- Kelly, Marjorie - *Wealth Supremacy* - Berrett-Koehler, 2023 -
<https://dowbor.org/2023/10/wealth-supremacy-how-the-extractive-economy-and-the-biased-rule-of-capitalism-drive-todays-crises.html>
- Kelly, Marjorie - *The Divine Right of Capital: dethroning the corporate aristocracy* – Berrett-Koehler, San Francisco, 2001
- Kroeber, Arthur J. – *China's Economy* – Oxford University Press, 2016 -
<https://dowbor.org/2016/11/arthur-r-kroeber-chinas-economy-oxford-oxford-university-press-2016-isbn-978-0-19-023903-9-320-p.html>
- Lessig, Lawrence – *Remix: making art and commerce thrive in the hybrid economy* – The Penguin Press, New York, 2008, 327 p.
- Lessig, Lawrence – *The Future of Ideas: The Fate of the Commons in a Connected World* – Random House, New York, 2001, 340 p.
- Luque, Carlos *et al.* Uso e abuso da taxa de juros, Valor, São Paulo, 11 maio 2022.
- Magalhães, Eduardo Rodrigues - *Quem está no comando: poder econômico entre grupos hegemônicos no Brasil* – 2023 -
https://dowbor.org/wp-content/uploads/2023/09/Revista-Pesquisa-e-Debata_PUC_SP.pdf
- Malleon, Tom – *Against Inequality: the practical and ethical case for abolishing the super-rich* – Oxford University Press, 2023
- Marks, Paul – *Cities race to reap the rewards of wireless net for all* – New Scientist, 25 March, 2006

- Mason, J. W. – Roosevelt Institute – *Disgorge the Cash* - 2015 - <http://rooseveltinstitute.org/wp-content/uploads/2015/09/Disgorge-the-Cash.pdf>
- Mazzucato, Mariana - *The Value of Everything* – Portfolio/Penguin, 2018 <https://dowbor.org/2021/02/the-value-of-everything-making-and-taking-in-the-global-economy-publicaffairs-2018.html>
- Mazzucato, Mariana – Missão Economia: Um guia inovador para mudar o capitalismo –Portfolio/Penguin, 2022 - <https://dowbor.org/2022/06/missao-economia.html>
- Mazzucato, Mariana – *The Entrepreneurial State: debunking public versus private sector myths* – Anthem, 2011 – <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunkiong-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>
- MIT – <http://ocw.mit.edu/OcwWeb/web/home/home/index.htm> - site do *Massachusetts Institute of Technology*, disponível em Creative Commons
- Oms, J. (Org.) – *O consumidor na era da pontuação de crédito* – IDEC, Belo Horizonte, 2022
- Oreiro, José Luís. et al. – *Carta Aberta ao Presidente Lula*. – Blog jlcoreiro. Economia, Opinião e atualidades. Brasília, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2022/11/18/carta-aberta-ao-presidente-lula/>
- Ortellado, Pablo – *Mais acesso à produção cultural* – Entrevista em A Rede, ano 6, n.51, set. 2009 www.arede.inf.br
- Ostrom, Elinor, e Charlotte - *Understanding Knowledge as a Commons* - MIT Press, 2007 - <https://dowbor.org/2015/05/elinor-ostrom-e-charlotte-hess-understanding-knowledge-as-a-commons-entendendo-o-conhecimento-como-um-bem-comum-cambridge-mit-press-cambridge-2007.html>
- Oxfam - *Survival of the richest* – Jan 2023 – *Desigualdade S.A.* – Jan. 2024 <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621477/bp-survival-of-the-richest-160123-en.pdf> Em português: <https://materiais.oxfam.org.br/a-sobrevivencia-do-mais-rico-davos-2023> e <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>
- Pochmann, Márcio – *O violento consenso das commodities* – Outras Palavras, 30 jan. 2023. <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-o-violento-consenso-das-commodities/>
- Pochmann, Márcio e Ladislau Dowbor – *Políticas de desenvolvimento local* – Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010. <https://dowbor.org/2010/06/ladislau-dowbor-e-marcio-pochmann-org-politicas-para-o-desevolvimento-local-fpa-2010.html>
- Raymond, Eric S. – *The Cathedral and the Bazaar: Musings on Linux and Open Source* – O’Reilly, Cambridge, 2001 - <http://www.opencontent.org/openpub/>
- Câmara dos Deputados, Brasília - Renúncias fiscais chegarão a R\$ 456 bilhões no ano que vem. Brasília, DF, 29 set. 2022. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/noticias/910855-renuncias-fiscais-chegarao-a-r\\$-456-bilhoes-no-ano-que-vem](https://www.camara.leg.br/noticias/910855-renuncias-fiscais-chegarao-a-r$-456-bilhoes-no-ano-que-vem)

- Ribeiro, W. – *Com maior inadimplência em 12 anos, endividamento atinge 79,3% das famílias* – UOL, [S.L.], 10 out. 2022.
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/10/10/com-endividamento-em-setem-bro-inadimplencia-atinge-maior-valor-em-12-anos.htm>
- Rifkin, Jeremy – *A era do acesso* – Makron Books, São Paulo, 2001
- Rifkin, Jeremy – *The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons and the eclipse of capitalism* – St. Martin Press, 2014
<https://dowbor.org/2015/03/jeremy-rifkin-the-zero-marginal-cost-society-the-internet-of-things-the-collaborative-commons-and-the-eclipse-of-capitalism-new-york-palgrave-macmillan-2014.html>
- Saez, Emmanuel and Gabriel Zucman – *The Triumph of Injustice* - Norton, New York, 2019
- Sandel, Michael J. – *A tirania do mérito* – Civilização Brasileira, 2020
<https://dowbor.org/2022/07/a-tirania-do-merito-o-que-aconteceu-com-o-bem-comum.html>
- Shepetyuk, Ivanna – *What is the average marketing budget by industry* - Merehead, March 14, 2023
<https://merehead.com/blog/average-marketing-budget-different-business-areas/>
- SINPROFAZ - *Sonegação fiscal causa um prejuízo de 562 bilhões ao Brasil* - 28 de novembro de 2020
<https://www.sinprofaz.org.br/pdfs/sonogacao-fiscal-o-povo-fortaleza-ce.pdf>
- Stiglitz, Joseph – *The road to freedom: economics and the good society* – Norton, New York, 2024
- Stiglitz, Joseph – *A Better Way to Crack it* – *New Scientist*, 16 September 2006
- Suleyman, Mustafa – *The coming wave* – Crown, 2023
- Sweezy, Paul, and Harry Magdoff – *Stagnation and the Financial Explosion* – Monthly Review Press, New York, 1987, p. 101
- Tapscott, Don e Anthony Williams – *Wikinomics: Como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio* – Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2007
- TNI – *Big Tech: the rise of GAFAMT* – Transnational Institute, 2023
<https://www.tni.org/en/big-tech-the-rise-of-gafaamt> – Ver também
<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/estudo-especial-a-captura-da-tecnologia/>
- UBS – *Global Wealth Report 2023* –
<https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>
- UN – *Promoting Development and Saving the Planet* – World Economic and Social Survey 2009 www.un.org/esa/policy/wess/wess2009files/wess09/overview_en.pdf
- Unrisd – *Crises of Inequality* – 2022 – p.1
<https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/2022/full-report-crises-of-inequality-2022.pdf>
- Varoufakis, Yanis – *Technofeudalism: what killed capitalism* – Melville House, London, 2023
- Versignassi, Alexandre e Camila Barros, *Donos do mundo: os fundos que mandam nas maiores empresas da terra*, VC S/A, 11 de setembro 2023

https://vocesa.abril.com.br/mercado-financeiro/donos-do-mundo-os-fundos-que-manda-m-nas-maiores-empresas-da-terra#google_vignette

Contracapa: As mudanças no capitalismo mundial são demasiado amplas para nos contentarmos com classificar o que hoje acontece como Indústria 4.0. A revolução digital é tão profunda, em termos estruturais, como foi a revolução industrial há dois séculos e meio atrás. Trata-se de outro modo de produção em construção, em que a financeirização supera a acumulação produtiva de capital, a exploração por meio do rentismo supera a exploração por meio de baixos salários (mais-valia), inclusive porque se desloca o próprio conceito de emprego. Os que comandam não são mais os capitães da indústria, e sim os que controlam os algoritmos, as plataformas de comunicação e o próprio dinheiro imaterial, no quadro da financeirização. Em termos de análise científica, é hoje mais produtivo pensar no novo sistema, no rentismo que resulta da revolução digital, do que acrescentar adjetivos ao conceito tradicional de capitalismo.

Prefácio/orelha: Neste livro se responde a questões fundamentais do nosso tempo: em que tipo de sociedade vivemos. Seu autor, um dos mais importantes intelectuais do Brasil contemporâneo, já havia encaminhado essas respostas, nos seus livros anteriores. Especialmente na sua obra mais importante, essencial para responder a essa questão: *A era do capital improdutivo*, um dos meus livros preferidos. A lógica da acumulação de capital mudou, anunciava Ladislau Dowbor. O capitalismo entrou numa nova época: a do capitalismo improdutivo. Uma era em que “fazer aplicações financeiras rende mais do que investir em produção”. O conjunto desse processo é sempre alimentado pela revolução científica e tecnológica. “A transformação científica foi e continua sendo o motor principal das transformações econômicas.” Depois que nós tínhamos acostumado a identificar capitalismo com produção, com desenvolvimento, passamos a uma época de hegemonia do capital financeiro, da financeirização da economia, em que o eixo da economia está no capital especulativo. Este novo livro Dowbor especifica o caráter desse novo tempo do capitalismo: a era da revolução digital. Uma era em que “os mecanismos envolvem o domínio das plataformas relativamente às empresas tradicionais e, em particular o fato de se tratar do controle do imaterial, ou intangível, o que permite mecanismos muito mais amplos de apropriação em escala planetária, sem a correspondente criação de bens e serviços, empregos e bem-estar econômico”. É a era do rentismo digital, a combinação da financeirização econômica e da digitalização tecnológica. É um livro que complementa, de forma atualizada e extremamente rica, a inovação da concepção de capitalismo improdutivo, com que Dowbor inovou e alterou radicalmente as concepções tradicionais sobre o capitalismo contemporâneo. Uma revolução digital, que gera um modo de produção rentista e uma divisão de classes diferenciada. O eixo se deslocou e as várias dimensões da revolução digital tendem a gerar um sistema novo, que Dowbor caracteriza como um novo modo de produção. Basta isso para fazer deste novo livro de Dowbor uma obra indispensável para quem deseja compreender o cada vez mais complexo e contraditório capitalismo contemporâneo.

Emir Sader